



República Federativa do Brasil

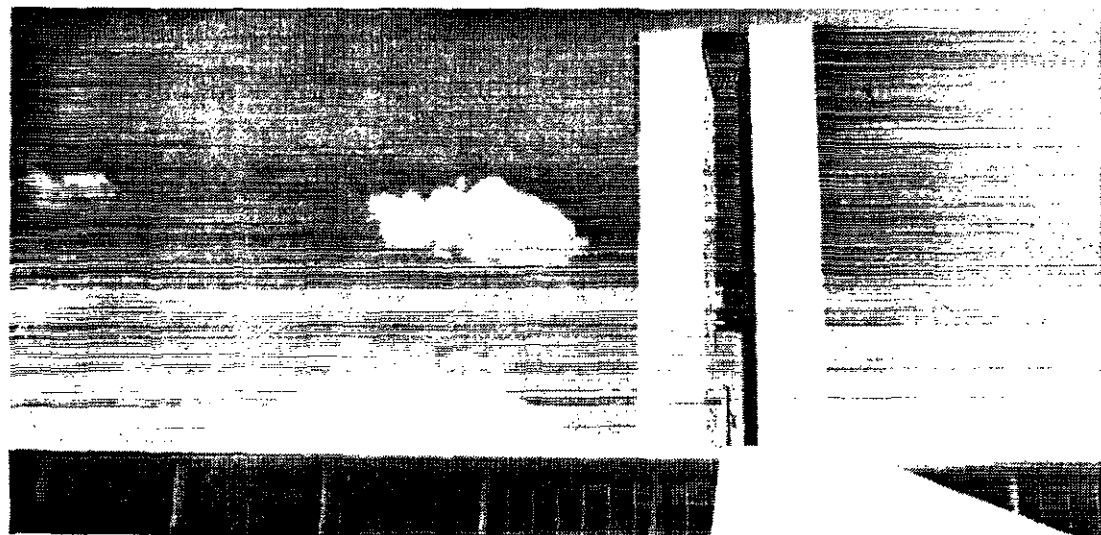
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXVIII — Nº 104

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 1983



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 138ª SESSÃO,
EM 29 DE AGOSTO DE 1983

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 213/83, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, que institui o Dia do Voluntariado Nacional.

1.2.2 — Discursos do Expediente

SENADOR ALBANO FRANCO — Convênio assinado entre o Governador do Estado de Sergipe e o Presidente do BNDS, com vistas à construção de estradas vicinais e de abastecimento d'água da região semi-árida daquele Estado.

SENADOR ALMIR PINTO — Editorial publicado pelo jornal "O Estado de S. Paulo", intitulado *Agricultura uma Trincheira*. Trabalho da lavra do Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco, José Jorge, publicado pelo "Jornal de Brasília" sob o título *Seca e Desesperança*.

SENADOR LUIZ VIANA — Retificando informações prestadas por S. Exª a respeito da tramitação, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, de requerimento que institui comissão especial interna destinada a examinar a dívida polonesa junto ao Brasil.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — 41º Aniversário da LBA.

SENADOR HELVÍDIO NUNES — Apelo ao Senhor Presiden-

te da República, em favor de providências que possibilite o envio de recursos ao Nordeste, pelos Ministérios do Interior e da Fazenda, destinados ao pagamento dos trabalhadores alistados na frente de serviço.

SENADOR MARTINS FILHO — Campanha desenvolvida pela Cruz Vermelha intitulada "Faça chover no Nordeste".

SENADOR JOÃO CALMON — Necessidade de apuração, pelo Governo Federal, de irregularidades que porventura tenham ocorrido na condução das negociações da dívida polonesa com o Brasil.

1.2.3 — Requerimento

— Nº 758/83, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, solici-

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, Nilo Coelho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 58, DE 1983

Aprova o texto do Tratado de Amizade e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, concluído em Bogotá, a 12 de março de 1981.

Art. 1º É aprovado o texto do Tratado de Amizade e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, concluído em Bogotá, a 12 de março de 1981.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de agosto de 1983. — Senador Nilo Coelho, Presidente.

TRATADO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, inspirados pelo propósito de reafirmar os fraternos laços de amizade que unem o Brasil e a Colômbia;

Conscientes dos esforços que desenvolvem ambos os países no sentido de incrementar a cooperação entre países em vias de desenvolvimento;

Empenhados em tornar ainda mais fortes os vínculos que unem as nações da América Latina e em assim contribuir para a solidariedade e integração regionais;

Desejosos de ampliar a cooperação política, econômica, comercial, cultural, científica e técnica entre os dois Estados;

Persuadidos da fecundidade do diálogo político, entre os dois Governos, sobre temas de interesse comum, resolvem concluir o presente Tratado:

ARTIGO I

As partes Contratantes convêm em instaurar e aperfeiçoar mecanismos de entendimento e cooperação sobre assuntos de interesse comum, tanto no plano bilateral como no regional e multilateral.

ARTIGO II

Para alcançar os objetivos previstos no Artigo I, as Partes estabelecem uma Comissão de Coordenação

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

tando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, dos discursos proferidos pelo Vice-Presidente Auréliano Chaves e pelo Presidente João Baptista Figueiredo, quando da solenidade em que reassumiu o cargo.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 753/83, de desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 139/80, que dá nova redação ao art. 836 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho. *Apreciação adiada por falta de "quorum"*.

— Projeto de Lei do Senado nº 77/81 — Complementar, de autoria do Senador Franco Montoro, que cria nas regiões metropolitanas o Conselho Administrativo constituído pelos prefeitos e por representantes das Câmaras Municipais, modificando a Lei Complementar, nº 14 de 8 de junho de 1973. *Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de "quorum"*, tendo usado da palavra o Sr. Marcondes Gadelha.

— Projeto de Resolução nº 100/82, que autoriza a Prefeitura Municipal de Cavalcante (GO) a elevar em Cr\$ 11.290.000,00 o montante de sua dívida consolidada. *Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de "quorum"*.

— Projeto de Lei do Senado nº 39/83, que autoriza o Poder Execu-

tivo a conceder um abono de emergência de 70% (setenta por cento) para os servidores públicos federais, e dá outras providências. *Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de "quorum"*.

— Projeto de Lei do Senado nº 70/83, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que estabelece critério e limite para os reajustes dos preços de ingressos de jogos de futebol. *Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de "quorum"*.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR HÉLIO GUEIROS

— Considerações sobre a dívida contraída pela Polônia para com o Brasil. Apelo ao Senhor Presidente da República em favor de solução para o impasse que se verifica entre canaviais e a direção da Usina Abrahão Lincoln, no Estado do Pará.

SENADOR MAURO BORGES

— Planejamento econômico e evolução recente da economia brasileira.

SENADOR MARCO MACIEL

— Necessidade de maior apoio governamental ao aproveitamento de fontes alternativas de energia e, de modo particular, ao desenvolvimento da indústria alcoolquímica.

SENADOR GASTÃO

MÜLLER — Apelo da população de Mirassol D'oeste, em favor da instalação de escritório do Instituto Brasileiro do Café naquela cidade.

SENADOR HUMBERTO LU-

CENA — Apelo ao Governo do Estado da Paraíba, no sentido da apuração de ameaças que estariam sofrendo os membros da Associação de Docentes da Universidade Federal da Paraíba, sediada em Campina Grande.

SENADOR NELSON CARNEI-

RO — Apelo ao Secretário de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em favor da instalação do Distrito Ernesto Machado, em São Fidélis — (RJ).

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

2 — ATO DO SR. PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Portaria nº 750, de 1983

3 — ATA DE COMISSÃO

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

infra-estrutura, complementação industrial e programas de inversões mútuas ou conjuntas em outros países;

b) intercâmbio comercial e medidas para assegurar seu incremento e diversificação, tanto do ponto de vista global como do relacionado com o comércio fronteiriço, tendo em conta, para este último, os compromissos derivados dos acordos sobre cooperação amazônica;

c) aperfeiçoamento dos meios de transportes entre os dois países;

d) cooperação técnica, especialmente no setor agropecuário, e intercâmbio cultural, científico e tecnológico.

ARTIGO IV

A Comissão de Coordenação se comporá de uma seção de cada Parte, presidida pelos Ministros das Relações Exteriores ou seus Representantes Especiais, e integrada por Delegados designados pelos respectivos Governos. A Comissão de Coordenação reunir-se-á alternadamente no Brasil e na Colômbia, em data acordada por via diplomática.

A Comissão de Coordenação incorporará, como Subcomissões, as Comissões Mistas Específicas e poderá ademais estabelecer grupos de trabalho nos campos que estime conveniente. As Subcomissões e os grupos de trabalho submeterão seus relatórios e os resultados de suas atividades à Comissão de Coordenação.

ARTIGO V

As Partes Contratantes celebrarão, sempre que as circunstâncias o aconselharem, protocolos adicionais ou outros tipos de atos internacionais sobre assuntos de interesse comum.

ARTIGO VI

O presente Tratado entrará em vigor na data da troca dos Instrumentos de Ratificação e terá vigência indefinida. Qualquer das Partes Contratantes poderá denunciá-lo; a denúncia surtirá efeito noventa dias após o recebimento da notificação respectiva.

Feito em Bogotá, D.E, aos 12 dias do mês de março de 1981, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil: **Raimiro Saraiva Guerreiro**

Pelo Governo da República da Colômbia: **Diego Uribe Vargas**.

Brasileiro-Colombiana, sem prejuízo da utilização de outros mecanismos de mútua conveniência.

ARTIGO III

A Comissão de Coordenação Brasileiro-Colombiana terá por finalidade fortalecer a cooperação entre os dois países, analisar e acompanhar assuntos de interesse co-

mum referentes à política bilateral, regional ou multilateral, e igualmente propor aos respectivos Governos as medidas que julgar pertinentes, especialmente nos seguintes campos:

a) projetos econômicos de importância para as relações bilaterais e multilaterais, como os relativos à

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, Nilo Coelho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 59, DE 1983

Aprova o texto do convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Transportes Marítimos, concluído em Brasília, a 9 de fevereiro de 1982.

Art. 1º É aprovado o texto do Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Transportes Marítimos, concluído em Brasília, a 9 de fevereiro de 1982.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de agosto de 1983. — Senador Nilo Coelho, Presidente.

CONVÊNIO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO EQUADOR SOBRE TRANSPORTES MARÍTIMOS

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador,

Considerando o interesse em desenvolver o intercâmbio comercial entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador;

Levando em conta o interesse especial em promover o comércio recíproco mediante o fortalecimento e a adequada proteção da estabilidade econômica das respectivas marinhas mercantes, cuja existência e desenvolvimento se consideram essenciais, não somente para a ampliação e diversificação das relações econômicas entre ambos os países, mas também para assegurar as bases que possibilitem o incremento do intercâmbio comercial;

Considerando que o intercâmbio bilateral de produtos deve ser acompanhado de um intercâmbio eficaz de serviços;

Reconhecendo a necessidade de assegurar a eficiência e regularidade dos transportes marítimos e a adoção de tarifas de fretes adequadas e estáveis;

Reconhecendo que as marinhas mercantes dos dois países têm direito a transportar prioritariamente as cargas que são objeto do intercâmbio comercial recíproco;

Levando em consideração que os armadores de bandeira brasileira e os armadores de bandeira equatoriana são os transportadores diretamente interessados nas cargas marítimas do intercâmbio entre os dois países e que os fretes provenientes do transporte marítimo dessas cargas devem beneficiar os armadores de ambos os países;

Considerando que é conveniente que as empresas marítimas estreitem as suas relações e mantenham contatos permanentes entre si;

Convém no que se segue:

ARTIGO I

1. O transporte marítimo das mercadorias, objeto do intercâmbio comercial entre ambos os países, será obrigatoriamente efetuado em navios de bandeira brasileira e equatoriana, incluindo as cargas que recebam favor governamental em qualquer dos dois países, entendendo-se entre elas as cargas que recebam financiamento estatal, prêmios ou abonos tributários sobre o valor da carga, do frete e do seguro. Mantém-se tal favor governamental, desde que as cargas sejam transportadas em navios de bandeira brasileira ou equatoriana.

2. O transporte deverá efetuar-se de forma tal que a totalidade dos fretes obtidos seja dividida em partes iguais entre as bandeiras das duas Partes Contratantes, tanto em um sentido do tráfego quanto no outro.

3. No caso em que uma das Partes Contratantes não se encontre eventualmente em condições de efetuar o trans-

porte conforme o estabelecido no parágrafo 2 deste Artigo, o referido transporte deverá, sempre que seja possível, ser feito em navios da outra Parte Contratante, e se computará dentro da quota de 50% (cinquenta por cento) da Parte cedente.

4. Cada Parte Contratante poderá autorizar, mediante comunicação prévia à autoridade marítima competente da outra Parte Contratante, a cessão por armadores de sua bandeira de sua quota de 50% (cinquenta por cento) a armadores dos países membros da ALADI. Tal cessão só poderá ser autorizada quando existir um tratamento recíproco em outro tráfego de intercâmbio com países membros da ALADI. Esta cessão não invalida a responsabilidade das Partes Contratantes em todos os termos deste Convênio.

5. Os transportes de minérios a granel, com carregamento completo, assim como os de petróleo e seus derivados, estarão excluídos do escopo do presente Convênio e permanecerão sujeitos à legislação interna de cada Parte Contratante.

ARTIGO II

1. Consideram-se, respectivamente, navios de bandeira brasileira ou equatoriana, os navios matriculados como tais, de acordo com a legislação vigente em cada uma das Partes Contratantes, e que tenham direito às reservas de carga de cada Estado, de acordo com a correspondente legislação sobre reserva de carga e de afretamento de cada uma das Partes Contratantes.

2. Os navios dos armadores dos países membros da ALADI que sejam autorizados a participar do tráfego nos termos do Artigo I, parágrafo 4, gozarão dos mesmos direitos e obrigações aplicáveis, nos termos do presente Convênio, aos navios de bandeira brasileira e equatoriana.

3. Os navios afretados, sem transferência de sua propriedade, por armadores nacionais ou empresas de navegação legalmente constituídas, cujos contratos de afretamento hajam sido registrados perante a respectiva autoridade marítima competente de cada uma das Partes Contratantes e, em consequência, autorizados a participar no tráfego comercial entre ambos os países, gozarão em cada um deles do tratamento de navio nacional, pelo tempo de duração do afretamento.

4. Tanto as Partes Contratantes quanto os países membros da ALADI poderão utilizar o sistema "voyage charter", até que o tráfego de ida e volta seja suficientemente rentável para a utilização do sistema "time charter" ou para a participação com navios próprios.

5. Nos casos de afretamento, os armadores de uma das Partes Contratantes deverão dar preferência, sempre que possível, em igualdade de condições, a navios de sua própria bandeira e, na falta destes, em primeiro lugar, a navios da outra bandeira e, em segundo lugar, a navios de terceira bandeira.

6. As autoridades marítimas competentes comunicar-se-ão, reciprocamente, em cada ocasião, as autorizações concedidas para afretamento de navios destinados ao tráfego comercial entre ambos os países.

ARTIGO III

As Partes Contratantes comprometem-se a evitar demoras no embarque de mercadorias além do prazo que for estabelecido, de comum acordo, pelas autoridades marítimas competentes de ambos os países. Em princípio, não poderá haver espera nos embarques superior a 3 (três) dias, para os produtos perecíveis e de fácil deterioração, e de 20 (vinte) dias para as demais cargas.

ARTIGO IV

1. Os embarques em navios de terceira bandeira poderão ser autorizados quando não houver, nos prazos estabelecidos no Artigo III, disponibilidade de embarque

nos navios de bandeira brasileira ou equatoriana, ou em navios dos países da ALADI, devidamente autorizados, conforme o disposto no Artigo I, parágrafo 4, do presente Convênio.

2. Essas autorizações serão concedidas pela autoridade marítima competente do país de embarque, mediante consulta ao Comitê do Acordo de Tarifas e Serviços, e por solicitação prévia do embarcador, a qual deverá ser apresentada com uma antecipação mínima de dez dias da data prevista para a saída do navio de terceira bandeira.

3. As cargas transportadas por terceiras bandeiras, em decorrência da aplicação do parágrafo anterior, serão computadas no percentual de participação correspondente aos armadores da Parte Contratante que não teve na oportunidade navio em posição, de conformidade com os itinerários que se estipulem no Acordo de Tarifas e Serviços.

ARTIGO V

A preferência para o transporte se aplicará de maneira que não resulte em encarecimento dos fretes que prejudique o intercâmbio entre ambos os países.

ARTIGO VI

1. Para a execução do presente Convênio, os armadores brasileiros e equatorianos constituirão um Acordo de Tarifas e Serviços.

2. O Acordo de Tarifas e Serviços terá a seu cargo a organização do tráfego marítimo coberto por este Convênio, para o seu mais eficiente e econômico desempenho.

3. Esse Acordo atenderá aos diversos aspectos do transporte marítimo brasileiro-equatoriano, estimulando o contato permanente entre os setores comerciais interessados e as autoridades competentes de ambos os países.

ARTIGO VII

As Partes Contratantes promoverão a constituição de um ou mais **Full Money Pools** que agrupem os armadores de ambas as bandeiras.

ARTIGO VIII

1. Só poderão realizar transporte de cargas a serem embarcadas em portos brasileiros e destinadas a portos equatorianos, e vice-versa, os armadores autorizados pelas respectivas autoridades marítimas competentes para servir no tráfego.

2. Os armadores de bandeira de países da ALADI que tenham sido autorizados de acordo com os termos do Artigo I, parágrafo 4, serão obrigados a cumprir as disposições do Acordo de Tarifas e Serviços. O armador brasileiro ou equatoriano cedente assumirá a responsabilidade em relação ao referido Acordo por falta de cumprimento das normas deste Convênio e de todas aquelas regras complementares que possam ser estabelecidas.

ARTIGO IX

1. O Regulamento do Acordo de Tarifas e Serviços conterá disposições que assegurem o seu correto funcionamento. Essas disposições serão determinadas de maneira ampla e não limitativa pelas empresas de navegação autorizadas de ambas as bandeiras, sujeitas à aprovação das autoridades marítimas competentes de ambas as Partes Contratantes.

2. A tarifa de fretes deverá ser estruturada com base em um sistema completo de classificação das cargas do intercâmbio, conforme as normas estabelecidas na nomenclatura aduaneira que seja adotada por ambas as Partes Contratantes.

ARTIGO X

Caso no Acordo de Tarifas e Serviços não se chegue a entendimento quanto ao estabelecimento das tarifas de fretes e condições de transporte, caberá às autoridades marítimas competentes de ambas as Partes Contratantes fixá-las de comum acordo.

ARTIGO XI

De conformidade com a legislação em vigor em ambos os países, as tarifas de fretes e as condições gerais de transporte estabelecidas de comum acordo pelos armadores dos dois países, bem como suas revisões e modificações serão submetidas à aprovação das autoridades marítimas de ambas as Partes Contratantes.

ARTIGO XII

1. As autoridades marítimas competentes das Partes Contratantes estabelecerão diretamente entre si os prazos em que deverão aprovar, ou formular as objeções ou desaprovações das tarifas de fretes, bem como o procedimento de consulta, para os casos em que uma delas, com conhecimento da outra, decida objetar ou desaprovar tais tarifas.

2. As autoridades marítimas competentes das Partes Contratantes fixarão os prazos para as comunicações recíprocas sobre aprovação, objeção ou desaprovação das tarifas e condições de transporte, assim como a antecedência com que se deverá notificar os usuários das modificações nas tarifas de fretes.

ARTIGO XIII

Caso no Acordo de Tarifas e Serviços não se chegue a uma solução, dentro do prazo fixado, sobre as objeções ou desaprovação das tarifas ou condições de transporte, formuladas pela autoridade marítima competente de uma Parte Contratante, esta promoverá uma reunião com a autoridade marítima competente da outra Parte Contratante para proceder de conformidade com o disposto no Artigo XII deste Convênio.

ARTIGO XIV

Quando a aplicação do frete ou das condições de transporte seja prejudicial aos interesses do comércio, dos usuários ou dos transportadores, as Partes Contratantes promoverão, em suas jurisdições, consultas entre os setores interessados, após o que as citadas autoridades tomarão as decisões pertinentes.

ARTIGO XV

1. A fim de que as autoridades marítimas competentes de cada Parte Contratante possam proceder à fiscalização dos serviços e controlar o grau de participação dos armadores e da bandeira no tráfego previsto no presente Convênio, o Acordo de Tarifas e Serviços deverá, mensalmente, enviar àquelas autoridades cópias dos mapas de contabilização dos "Pools", assim como das frequências e itinerários cumpridos, no mesmo período, pelos navios dos armadores autorizados.

2. Os armadores autorizados de cada uma das Partes Contratantes enviarão ao Acordo de Tarifas e Serviços cópias dos manifestos de cargas e suas correções, bem como das frequências e itinerários cumpridos por seus navios.

3. O Acordo de Tarifas e Serviços deverá proporcionar à autoridade marítima competente a informação que esta lhe solicite em relação a suas atividades.

ARTIGO XVI

1. As empresas brasileiras ou equatorianas de navegação marítima, constituídas no território de uma das

Partes Contratantes e que sejam membros do Acordo de Tarifas e Serviços, serão isentas de pagamento, no território da outra Parte Contratante, de impostos sobre rendas e lucros auferidos como resultado de operações comerciais de transporte.

2. As Partes Contratantes comprometem-se a interceder junto às autoridades fazendárias para que haja rápida liquidação e transferência das importâncias resultantes de pagamento de fretes aos armadores autorizados, em cada país Contratante deste Convênio.

ARTIGO XVII

As Partes Contratantes se comprometem a adotar, dentro de suas respectivas jurisdições, as medidas necessárias para facilitar as operações dos navios.

ARTIGO XVIII

Para cumprimento do disposto no Artigo I deste Convênio, as autoridades competentes de cada Parte Contratante adotarão as medidas necessárias para que a documentação, que ampara as cargas de intercâmbio entre os dois países, seja carimbada com dizeres que indiquem a obrigatoriedade de embarque em navios da bandeira dos signatários deste Convênio.

ARTIGO XIX

1. Os navios de bandeira brasileira e equatoriana que transportem cargas entre ambos os países gozarão, em cada um deles, de um tratamento igual aos de bandeira nacional que operem no mesmo tráfego, sem prejuízo dos direitos soberanos de cada país para delimitar certas zonas por motivos de segurança nacional.

2. O disposto no parágrafo I deste Artigo não afetará o pagamento da contribuição de faróis e balizas nem a obrigatoriedade de usar os serviços de praticagem que se aplicam aos navios mercantes estrangeiros em águas nacionais de cada país, de acordo com a regulamentação interna de cada Parte Contratante.

3. O tratamento de igualdade previsto no parágrafo I deste Artigo não envolve direito algum do abastecimento de combustível aos preços estabelecidos na legislação ou regulamentos das Partes Contratantes para os navios nacionais, devendo o abastecimento neste caso reger-se pelas normas internas de cada país.

ARTIGO XX

1. Nenhuma das disposições do presente Convênio poderá ser interpretada como restrição ao direito de cada país de regulamentar sua cabotagem nacional, assim como os transportes para e de terceiros países.

2. Do mesmo modo, não poderá considerar-se, como restrição, o direito de cada país de facilitar, sob qualquer forma, os serviços de cabotagem nacional que seus navios realizem.

3. Para os fins do presente Convênio, entende-se por comércio e navegação de cabotagem nacional os serviços de transporte por água que se realizem entre portos ou pontos geográficos de um mesmo país, conforme sua legislação.

ARTIGO XXI

A aplicação das cláusulas deste Convênio não poderá significar discriminações de cargas, nem recusas injustificadas de embarques, nem de cobranças excessivas de fretes, nem atrasos de embarques, nem concessões de descontos ou a adoção de outras medidas que constituam práticas de competição injusta, que perturbem a participação dos navios de cada uma das bandeiras das Partes Contratantes.

ARTIGO XXII

1. As Partes Contratantes se comprometem a exigir que o Acordo de Tarifas e Serviços, previsto no Artigo VI, adote um sistema estatístico uniforme que demonstre a correta e equilibrada participação dos navios de ambas as bandeiras no tráfego coberto por este Convênio.

2. As autoridades marítimas competentes deverão intercambiar as mais amplas informações a respeito das cargas transportadas nas condições estabelecidas no Artigo IV do presente Convênio.

ARTIGO XXIII

As autoridades marítimas competentes intercambiarão informações destinadas a promover a maior eficiência do transporte marítimo entre as Partes Contratantes.

ARTIGO XXIV

1. Para os efeitos do presente Convênio, entende-se por autoridade marítima competente, na República Federativa do Brasil, a Superintendência Nacional da Marinha Mercante — SUNAMAN, do Ministério dos Transportes, e, na República do Equador, a Dirección de la Marina Mercante y del Litoral del Ministerio de Defensa Nacional.

2. Se, por alteração da legislação de alguma das Partes Contratantes, for modificada a competência da autoridade marítima, mencionada no parágrafo 1 deste Artigo, a nova autoridade será comunicada à outra Parte Contratante mediante Nota Diplomática.

ARTIGO XXV

1. Cada Parte Contratante poderá solicitar reuniões de consulta entre as autoridades marítimas competentes sobre as disposições e a aplicação do presente Convênio, as quais deverão ser iniciadas dentro do prazo de noventa dias, a contar da notificação do respectivo pedido, e serão realizadas no território do país ao qual forem solicitadas, a menos que se convenha de outra maneira. Essas solicitações para consulta deverão ser feitas através dos canais diplomáticos.

2. As autoridades marítimas competentes poderão também comunicar-se diretamente entre si, seja por correspondência ou através de representantes, para tratar de assuntos cuja importância não requeira consultas formais e para avaliar as condições e resultados da aplicação do presente Convênio e promover o seu aperfeiçoamento.

ARTIGO XXVI

O presente Convênio poderá ser revisto ou modificado, por mútuo acordo entre as Partes Contratantes, na medida em que se torne necessário, e de acordo com os preceitos constitucionais vigentes em cada país.

ARTIGO XXVII

O presente Convênio entrará em vigor a partir de noventa dias da troca dos instrumentos de ratificação pelas Partes Contratantes e terá uma duração de cinco anos, sendo renovável automaticamente por períodos iguais e sucessivos, a menos que, a qualquer momento, uma das Partes Contratantes comunique à outra, com uma antecipação mínima de cento e vinte dias, seu desejo de denunciá-lo.

Feito em Brasília, aos 9 dias do mês de fevereiro de 1982, em dois originais, nas línguas portuguesa e espanhola, sendo ambos textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil: **Raimiro Saraiva Guerreiro**

Pelo Governo da República do Equador: **Luís Valencia Rodríguez**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, Nilo Coelho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 1983

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia sobre Cooperação Econômica e Industrial, celebrado em Brasília, a 5 de novembro de 1981.

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia sobre Cooperação Econômica e Industrial, celebrado em Brasília, a 5 de novembro de 1981.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de agosto de 1983. — Senador Nilo Coelho, Presidente.

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA FINLÂNDIA SOBRE COOPERAÇÃO ECONÔMICA E INDUSTRIAL

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia.

Desejosos de fortalecer os tradicionais laços de amizade que unem seus países, e de intensificar a cooperação econômica e industrial em base de igualdade, visando ao benefício mútuo de ambos os países,

Convieram no seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes encorajarão e procurarão desenvolver mutuamente a cooperação econômica e industrial entre instituições, organizações, empresas e outras partes interessadas nos respectivos países.

ARTIGO II

As formas, modalidades e condições para cooperação dentro do quadro deste Acordo serão negociadas e acordadas pelas instituições, organizações, empresas e outras partes interessadas, com base nas leis e demais atos normativos dos respectivos países.

ARTIGO III

As Partes Contratantes procurarão facilitar, na medida do possível, as formalidades relacionadas com a preparação, contratação e implementação da cooperação dentro do quadro deste Acordo.

ARTIGO IV

Fica estabelecida pelo presente Acordo uma Comissão Mista Intergovernamental de Cooperação Econômica e Industrial entre o Brasil e a Finlândia. A Comissão Mista poderá incluir representantes de instituições, organizações, empresas e outras partes dos dois países.

ARTIGO V

1. A Comissão Mista examinará e promoverá as relações econômicas e industriais entre os dois países. Examinará, de uma maneira geral, todos os assuntos de ordem econômica relativos à cooperação nos setores da economia dos dois países, nos quais tal cooperação possa ser iniciada.

2. Com vistas ao desenvolvimento dessas relações, procurará identificar áreas de interesse comum e tomará providências para a implementação de projetos e programas específicos.

ARTIGO VI

A Comissão Mista servirá como meio para a troca de informações e consulta sobre assuntos de sua competência e encorajará e facilitará contatos entre as instituições, organizações, empresas e outras partes, mencionadas no Artigo I.

ARTIGO VII

A Comissão Mista reunir-se-á em Brasília ou em Helsinque, por solicitação de qualquer das Partes Contratantes.

ARTIGO VIII

1. As Partes Contratantes notificar-se-ão, por escrito, do cumprimento das formalidades constitucionais exigidas por ambos os países para a entrada em vigor deste Acordo. O Acordo entrará em vigor 30 (trinta) dias a contar da data da última dessas notificações.

2. O presente Acordo terá vigência por um período indeterminado. Qualquer das Partes Contratantes poderá notificar à outra, por escrito, sua decisão de denunciá-lo. Neste caso, a denúncia surtirá efeito seis meses a contar da data de recebimento da notificação.

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados para esse fim, assinaram o presente Acordo.

Feito em Brasília, aos 5 dias do mês de novembro de 1981, em dois exemplares originais, nos idiomas português, finlandês e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência quanto à interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil: **Raimiro Saraiva Guerreiro.**

Pelo Governo da República da Finlândia: **Martti Lintulahti.**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, Nilo Coelho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 61, DE 1983

Aprova o texto do Decreto-lei nº 2.026, de 1º de junho de 1983, que "prorroga o prazo previsto no artigo 6º do Decreto-lei nº 1.944, de 15 de junho de 1982".

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 2.026, de 1º de junho de 1983, que "prorroga o prazo previsto no artigo 6º do Decreto-lei nº 1.944, de 15 de junho de 1982".

Senado Federal, 29 de agosto de 1983. — Senador Nilo Coelho, Presidente.

**Ata da 138ª Sessão
Em 29 de Agosto de 1983**

**1ª Sessão Legislativa Ordinária,
Da 47ª Legislatura**

*Presidência dos Srs. Nilo Coelho,
Lenoir Vargas, Almir Pinto e Jorge Kalume*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Nilo Coelho — Luiz Caval-

cante — Albano Franco — Lourival Baptista — Luiz Viana — João Calmon — Itamar Franco — Gastão Müller — Lenoir Vargas — Octavio Cardoso.

O Sr. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — A lista de presença acusa o comparecimento de 23 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. Sobre a mesa, projeto de lei ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 1983

Institui o Dia do Voluntariado Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o "Dia Nacional do Voluntariado", a ser comemorado, anualmente, a 28 de agosto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

28 de agosto é o dia que assinala a criação da Legião Brasileira de Assistência — LBA.

Para todos nós que, fora da Instituição, acompanhamos sua trajetória e temos plena consciência do papel que sempre desempenhou e, com a mesma eficácia, ainda hoje desempenha na História da Assistência Social Brasileira, este dia, 28 de agosto, mais que a celebração festiva de um nascimento, registra o início da mobilização da solidariedade nacional; simboliza a presença histórica do voluntariado brasileiro.

Efetivamente, foi em 28 de agosto de 1942 que a LBA, criada para participar do Programa Emergencial de Apoio ao Esforço de Guerra, assumia o compromisso de "congregar brasileiros de boa vontade para promover, por toda as formas, serviços de assistência social, prestados diretamente ou em colaboração com o poder público e as entidades privadas".

Seria clamorosa injustiça esquecer a pioneira e inescusável criadora da Instituição, Dona Darcy Vargas, cuja memória é hoje reverenciada por todos os brasileiros.

Surgiram, assim, os voluntários da LBA; 1 milhão de pessoas, em todo o País, que se distinguiram, naqueles anos heróicos de resistência, em memoráveis campanhas sociais de apoio aos nossos pracinhas, proteção às suas famílias e amparo aos necessitados em geral. Os que viveram aqueles tempos gloriosos ou os que deles ouviram falar sabem como a atuação do voluntariado social brasileiro tornou-se um marco histórico da LBA.

LBA e Voluntariado são, pois, idéias irmãs, realidades e presenças indissociáveis.

Em agosto de 1979, tendo como Presidente Léa Leal, foi criado o Programa Nacional do Voluntariado, tendo como Presidente de Honra, Dona Dulce Figueiredo, buscando, com isso, fazer ressurgir, na mesma Casa onde nascera, aquele espírito solidário e construtivo que tornou épicos os primeiros anos da LBA.

A finalidade básica do PRONAV/LBA foi a institucionalização, em todas as unidades federativas, de um grande movimento voluntário que, sob a coordenação das primeiras damas estaduais, territoriais e municipais, dinamizasse e expandisse a programação da LBA da assistência aos carentes, constituindo-se ainda num expressivo e qualificado contingente de reservas operacional, pronto para ser mobilizado nas horas angustiantes de emergências social e nacional.

Não há como negar que esse duplo objetivo foi plenamente alcançado.

Com o aproveitamento efetivo do voluntariado, a LBA dobrou seus atendimentos sociais de 8.666.827, em

1978, para 18.558.931, em 1982. Em menos de 4 anos de existência, o PRONAV/LBA realizou 10.897.695 atendimentos, operando com 110.000 voluntários em 862 núcleos e 1.043 grupos de voluntariados em todo o Brasil.

Por outro lado, no recente episódio das inundações que afligiram a Região Sul do País, foi marcante e comóvete a presença maciça de voluntários na Campanha SOS-SUL que, de imediato, a LBA lançou através do PRONAV. Despertadas as consciências, mobilizaram-se prontamente as forças voluntárias. E, de todos os cantos do País, começaram a surgir os elos de uma imensa corrente de solidariedade. O SOS-SUL tornou-se um movimento de espontaneidade e determinação que, na hora certa, soube agir, trabalhar, ajudar, doar e arrecadar recursos de toda natureza para as vítimas das enchentes.

Foi bonito de ver e, mais belo ainda, de participar. Ver e participar da fraternidade despojada, anônima e coletiva do povo brasileiro.

Episódios como esses mostram que o País está maduro para o voluntariado; para a participação consciente, não apenas emergencial, mas permanente e institucionalizada como reserva mobilizável.

Há, pois, que confiar no sentimento e no trabalho voluntário.

E a LBA que, desde seus primórdios, sempre teve essa confiança e incorporou esse trabalho, parte agora, com o PRONAV, para um movimento mais amplo e mais árduo, pois que não se reveste das características excepcionais e emocionais que marcaram o bem sucedido SOS-SUL.

Trata-se do Projeto Nordeste que, com a consciência e motivação adquiridas nas recentes campanhas, está lançando, para ajudar, com o mesmo empenho e espontaneidade, nossos irmãos nordestinos, vítimas inermes da calamidade crônica da seca e suas conseqüências sempre trágicas. Nesta hora do Nordeste, a LBA não tem dúvida de que terá a seu lado o apoio voluntário, não apenas dos que engajados já no PRONAV, mas, também, de toda a nação brasileira. Temos fé, portanto, de que todo o País se tornará voluntário e solidário ao Nordeste.

E o sentimento e a obra voluntária sempre souberam corresponder e superar nossa fé.

Reconhecendo a participação solidária do voluntariado brasileiro, pelo muito que dele ainda esperamos em outras jornadas, igualmente essenciais, pelo que representou e representa de brasilidade e civismo, pelo passado inspirador, pelo presente exemplar e pelo futuro necessário e promissor, por tudo isso, encaminho a proposta de criação do **Dia do Voluntariado Nacional**, e que o dia escolhido para homenagear os voluntários seja o da criação da Legião Brasileira de Assistência, pois foi nesse dia que, com mais fortaleza e nitidez, o País sentiu o espírito, a presença e a fibra do voluntariado brasileiro, atendendo o chamamento de Dona Darcy Vargas, que teve a feliz inspiração de promover o seu advento.

O voluntariado e a LBA são, hoje, forças irmãs e indissociáveis na realidade social brasileira.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 1983. — **Lourival Baptista.**

As Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Há oradores inscritos. Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Gueiros. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Fábio Lucena. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Com a palavra o nobre Senador Albano Franco, para uma breve comunicação.

O SR. ALBANO FRANCO (PDS — SE. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Esta é breve comunicação a respeito de acontecimento ocorrido quinta-feira última em Aracaju, quando o Governador do Estado, Sr. João Alves Filho, teve oportunidade de, na presença do Presidente do BNDES, Dr. Luís Sandea, assinar convênios da mais alta importância, de valor superior a 30 bilhões de cruzeiros. Na ocasião ainda foi lançado o projeto Chapéu de Couro, que propiciará água a todo o Estado de Sergipe, principalmente à região semi-árida, através dos complementos das adutoras, através dos poços artesanais, como também a construção de estradas vicinais.

Este foi o acontecimento mais importante do ano para o Estado de Sergipe.

Faço este registro, congratulando-me com o Governador João Alves Filho, companheiro de campanha eleitoral. Realmente a plataforma principal de S. Ex^a na campanha foi o problema da água, e quinta-feira passada foi efetivamente lançado o Projeto Chapéu de Couro Projeto que virá solucionar tão grande problema que Sergipe enfrenta. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Pinto.

O SR. ALMIR PINTO (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não posso deixar passar sem registro nesta Casa o editorial de grande órgão da imprensa paulista subordinado ao importante tema "Agricultura uma Trincheira".

Começa por falar sobre a influência da Escola da CEPAL — que trouxe o Brasil, durante muitos anos, na ilusão de que, sem industrialização, não haveria salvação.

Reporta-se à Carta do IBRE — seu papel sobre a Agricultura na obtenção de receitas em divisas, e o faz com a preocupação daqueles economista que conscientes estavam das dificuldades cambiais; e, para o seu entendimento, sérios problemas poderiam ser causados à importação de petróleo que o dia-a-dia se tornava insuportável, ferindo, de maneira grave, a economia brasileira.

Confessou aquele órgão, embora um tanto tardiamente, a influência que a Agricultura poderia exercer, não só diante do desemprego hoje, atingindo a 4 milhões de brasileiros, como ainda podendo propiciar ao erário, direta ou indiretamente, uma receita de 10 bilhões de dólares, que chegariam para fazer face às despesas da Nação com óleo negro, e, ainda mais, reduzir o consumo de tão caro combustível.

Com o incremento mais a mais, reclamado para o amanhã da terra, capacitaram-se os economistas a reconhecer como imperiosa a produção de alimentos em grande escala, hoje, mais do que nunca, diante do descalabro ocorrido com as duas concomitantes catástrofes: a do Sul, com a destruição das lavouras, pelas inesperadas inundações; e do Nordeste, flagelado pela seca em 5 anos, dizimando rebanhos e plantações, calamidade esta, se repetida no ano de 1984 (que Deus nos livre), não há como evitar o crescente absurdo dos preços das utilidades, o que nas condições atuais torna cada vez mais dramática a economia brasileira.

Acreditam, no entanto, os economistas do IBRE que, para a agricultura atingir os patamares por todos idealizados, mister se fará uma condição que, apesar de sempre reclamada pelos agricultores, nem sempre se realiza na sua plenitude.

Tal condicionamento se relaciona aos preços compensadores que "não apenas permitam comprar os insumos necessários (o que é indispensável para ativar o setor industrial) mas, também, ofereçam rentabilidade condigna aos investimentos feitos."

Uma curiosidade nos aconselhamentos dos economistas da Fundação: — não pedem subsídios nem créditos, se bem que considerem absolutamente necessários o

crédito abundante (a preço real) e, deixam bem claro — a "segurança quanto a livre fixação dos preços dos produtos agrícolas".

O custo real recomendado está de certo ligado ao fato dos preços altíssimos de referidos produtos que, adquiridos baratíssimos nas fontes produtoras, alteram-se de maneira absurda, graças à nefasta ação dos atravessadores.

Sempre a televisão nos há mostrado as etapas por que passam os produtos agrícolas. Daí a advertência de, no momento, mais do que nunca caber o tabelamento dos produtos essenciais à vida da população, para evitar o abuso dos preços extorsivos.

Melhor do que ninguém, as donas de casa avaliam a inflação, e o fazem com o rigor da verdade, porque sentem os seus efeitos na própria carne.

Li e reli, Sr. Presidente, o editorial do jornal **O Estado de S. Paulo**, de 25 do mês em curso, e achei por bem deletar os pontos capitais relacionados com a nossa sacrificada economia.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Nordeste não sabe quando contará com as "casamatas" agrícolas, importantes trincheiras que resguardarão a agricultura do ressequido médio setentrional brasileiro.

Há cinco anos que luta em campo aberto para sobreviver a tão danoso efeito das repetidas estiagens deixando o solo sem vegetação para salvar sequer a pecuária, hoje inteiramente dizimada, compreendendo uma área de 1 milhão e 100 mil quilômetros quadrados, o que corresponde a 80% da região.

É a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste quem nos diz serem 22 milhões de pessoas sofrendo diretamente o flagelo da seca, que se reflete na mortandade de indefesas crianças consumidas pela sede e pela fome.

Passarei, meus colegas, a comentar ligeiramente o trabalho do Deputado José Jorge, da bancada pernambucana na Câmara Federal, inserido no **Jornal de Brasília** de sábado último, 27 do mês em curso, intitulado "Seca e Desesperança". Por serem tão incisivos e corretos os seus conceitos, decidi-me analisar trechos do editorial, para que todos ajuízem que o clamor contra a estiagem não parte só desta Casa. A outra, também, tem sangue de nordestinos para demonstrar a justa revolta e indignação pelo menosprezo secular de uma região tão dádiosa, que muito poderia contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico da nacionalidade.

Ao apontar dados buscados na SUDENE, o ilustre parlamentar pernambucano afirma que além daqueles 22 milhões de pessoas, muitas outras sofrem indiretamente as conseqüências, mediante o empobrecimento regional, o desemprego generalizado, o aumento desenfreado do custo dos gêneros de primeira necessidade importados de outras regiões.

O deputado pernambucano interroga: será que o Nordeste é inviável? Se o é, não é por outro motivo senão pela falta de uma decisão política, que dê ao povo nordestino recursos para investimentos concretos, visando a enfrentar os problemas da seca e não apenas em momentos emergenciais.

O Nordeste é viável, sim, e esta viabilidade, no pensar do ilustre parlamentar, requer atenções especialíssimas do Governo Federal, que não se limite ao fluxo de recursos insuficientes, além dos cortes orçamentários frequentes.

Todos reconhecem a gravidade do momento. Resta uma conscientização de que a região está necessitada de grandes programas para, já não digo evitar as secas, mas permitir com elas conviver.

E os meios para que isto seja obtido, não será preciso que eu desta tribuna os repita, porque o governo bem os conhece!

Com o quadro de misérias que diariamente vemos nas TVs a prioridade concedida ao Nordeste terá que funcio-

nar para valer. Daí o apelo ao Presidente Figueiredo, para propiciar o trabalho a que se propõe fazer o CTA, para que assim tenhamos em ação o MOCLIMA, que nos parece um dos fatores de redenção da sofrida região. É só, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Com a palavra o nobre Senador Luiz Viana para uma breve comunicação.

O SR. LUIZ VIANA (Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há dias, ocupando esta tribuna, o nosso ilustre colega Senador Itamar Franco perguntou à Presidência que destino havia tido uma solicitação feita pelo Senador João Calmon para a constituição de uma comissão especial na Comissão de Relações Exteriores.

Decorria a interpelação ou indagação do Senador Itamar Franco, de eu lhe haver informado que aquela solicitação não me havia chegado. Eu, hoje, quero fazer uma retificação, inclusive pedir desculpas a S. Ex^a, porque lhe dei uma informação inexata. A solicitação do Senador João Calmon estava na minha mesa, mas eu ignorava. De forma que quando S. Ex^a me solicitou informações sobre o andamento dessa solicitação, eu lhe informei que não tinha conhecimento da mesma. Somenete depois foi que eu verifiquei que realmente essa solicitação estava na minha mesa. Logo depois a despachei, aliás, designando relator da solicitação do Senador João Calmon o próprio Senador Itamar Franco.

Eu peço, assim, desculpas a S. Ex^a porque foi um erro não de vontade, mas de entendimento.

O Sr. Itamar Franco — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer, nobre Senador Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco — Diante do cavalheirismo, da gentileza e da sinceridade de V. Ex^a, eu não tenho nada a acrescentar ao seu pronunciamento, a não ser agradecer a V. Ex^a as explicações. Creio que V. Ex^a não faltou à verdade, não faltou ao seu companheiro, claro que fico alegre, não pela indicação para ser o relator, mas porque, no momento em que se discute em todo o País o problema de relacionamento Brasil-Polônia, no famoso caso das "polonetas", é preciso dar andamento, e com rapidez, à Constituição da Comissão Especial proposta pelo Senador João Calmon.

Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. LUIZ VIANA — Agradecido a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Legião Brasileira de Assistência, (LBA) surgiu no cenário nacional, no dia 28 de agosto de 1942, como instituição incumbida de elaborar a Política de Assistência Social do Governo Federal, através da execução de programas vinculados ao atendimento das necessidades básicas das nossas populações carentes e socialmente marginalizadas.

O 41º aniversário da fundação da LBA, ontem transcorrido, adquiriu, em virtude da expansão e aperfeiçoamento das múltiplas atividades institucionais no decorrer de sua trajetória, dimensões de um acontecimento de ressonância nacional.

O crescente prestígio e a indiscutível credibilidade da LBA resultam da sua vinculação e permanente dedicação em todo o território nacional, à execução de uma vasta rede de programas interligados e múltiplos empreendimentos no âmbito da complementação alimentar, da implantação de serviços básicos de saúde,

creches-casulo, profissionalização, habitação, geração de empregos, proteção aos idosos, direitos de cidadania e vítimas das calamidades climáticas ou flagelos que, de vez em quando, atingem vastos segmentos das camadas mais pobres e vulneráveis da Nação.

Conforme acentuou a ilustre Presidente da LBA, Léa Leal, em palestra que pronunciou na Escola Superior de Guerra (ESG), em 9 de setembro de 1980, "...Esta ação social múltipla que marca a presença da LBA no Governo dirige-se, sobretudo, à população brasileira carente; àquela população de baixa ou nenhuma renda, em situação de desemprego ou subemprego, de poder aquisitivo insuficiente e com reduzido ou inexistente grau de instrumentalização para superar, por seus próprios meios e recursos, a infeliz situação de marginalidade sócio-econômica em que se encontra".

Pode-se avaliar, em toda sua trágica amplitude e periculosidade, a situação dos vastos contingentes demográficos para os quais a LBA significa uma legítima possibilidade de sobrevivência — talvez a única possível, em circunstâncias desesperadoras geradas pelo desemprego, pela fome, pela subnutrição, pelas doenças e pelo analfabetismo.

Segundo indicadores mencionados pela Presidente Léa Leal, naquela sua realista conferência perante os estagiários da ESG — (dados do IBGE para 1978) — quase setenta por cento da população brasileira recebe até dois (2) salários mínimos. Seriam estes os clientes potenciais da LBA. Há, porém, dentro dessa expressiva parcela de nossa população, um grupamento bem mais vulnerável, que podemos estimar em quarenta milhões de brasileiros, nossos irmãos de terra e cidadania que, espalhados pelas zonas rurais, ou concentrados e empilhados nas periferias das grandes metrópoles, sobrevivem, trágica e cruelmente, nesses bolsões de miséria social. São quarenta milhões de infelizes, desafortunados e desesperançados. E é deles que precisamos cuidar imediatamente.

O 41º aniversário do advento da LBA é, por todas essas razões, uma data digna das melhores demonstrações de apreço, carinho e admiração do nosso povo — não somente pelo seu significado institucional, no panorama das realidades nacionais, como, também, pelo notável desempenho de sua ilustre Presidente nestes últimos anos, Léa Leal, dinâmica e competente sucessora de Dona Darcy Vargas, a inesquecível fundadora da LBA.

O Sr. Luiz Viana — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com muito prazer, eminente Senador Luiz Viana.

O Sr. Luiz Viana — Tenho ouvido, com toda a atenção, as palavras de V. Ex^a em relação à LBA e à sua Presidente, e referências absolutamente justas porque realmente a Dona Léa Leal tem sido uma grande Presidente da LBA. Congratulo-me com V. Ex^a e solidarizo-me com suas palavras.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Muito obrigado, eminente Senador Luiz Viana, pelo apoio que dá a essa obra extraordinária que é realizada pela Legião Brasileira de Assistência através da sua benemérita Presidenta Léa Leal.

O Sr. Albano Franco — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com muito prazer, ouço o aparte do eminente Senador Albano Franco.

O Sr. Albano Franco — Nobre Senador Lourival Baptista, desejo associar-me também às homenagens que V. Ex^a presta hoje pelo 41º aniversário da Legião Brasileira de Assistência e, em particular, realmente ressaltando o desempenho e a operosidade do trabalho de Dona Léa Leal, sua presidenta atual. De fato, o meu Estado, Sergi-

pe, tem sido grandemente beneficiado pela gestão de Dona Léa Leal, inclusive, agora, no próximo mês de novembro, vai começar a funcionar em Aracaju o programa complementar de alimentação, quando, inicialmente, vão ser beneficiadas vinte e cinco mil famílias. É, portanto, motivo de satisfação elogiar um órgão que tanto faz pelos carentes, pelos mais humildes em nosso País.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Sou muito grato a V. Ex^a, nobre Senador Albano Franco, pelo depoimento que dá a respeito da LBA, do seu trabalho e da sua eficiência, particularmente em nosso Estado, onde a Legião Brasileira de Assistência, na verdade, tem dado uma grande contribuição aos mais carentes.

O Sr. Jorge Kalume — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Jorge Kalume — Muito obrigado, antecipado. Quero associar-me, nobre Senador Lourival Baptista, a essa justa homenagem que V. Ex^a está prestando à Legião Brasileira de Assistência nesse seu 41º aniversário de fundação e dizer-lhe que, inegavelmente, a LBA tem prestado relevantíssimos serviços a este País e tem crescido com o Brasil. Em particular, quero felicitar a atual Presidenta Dona Léa Leal pela maneira com que ela tem procurado conduzir os trabalhos que lhes são afetos.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Muito grato a V. Ex^a, nobre Senador Jorge Kalume, pelo seu aparte e também pelo valioso depoimento que dá a respeito da atuação da Legião Brasileira de Assistência, que tem a sua frente essa figura extraordinária de Léa Leal.

O Sr. Helvídio Nunes — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com muito prazer, nobre Senador Helvídio Nunes.

O Sr. Helvídio Nunes — Nobre Senador Lourival Baptista, eu também desejo associar-me às justas homenagens que V. Ex^a presta, neste instante, à Legião Brasileira de Assistência e à sua digna e eficiente presidenta. Na realidade, a LBA está em todos os Estados e, praticamente, de modo direto ou indireto, em todos os Municípios do País. A LBA, por conseguinte, merece os nossos louvores e, mais do que os nossos louvores, as nossas homenagens.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Muito grato a V. Ex^a, eminente Senador Helvídio Nunes, pelo seu aparte, que juntamente com os dos eminentes Senadores Luiz Viana, Albano Franco e Jorge Kalume em muito enriquecem este pronunciamento que faço na tarde de hoje, referente ao quadragésimo primeiro aniversário da Legião Brasileira de Assistência. Conforme asseverou V. Ex^a, a atuação da LBA se estende pelo Brasil afora, atingindo os mais longínquos recantos do território Nacional, presente, como de fato, se encontra na totalidade de seus municípios.

A fim de comemorar, condignamente, os 41 anos de ininterrupto e profícuo funcionamento da LBA, Léa Leal redigiu, com rara sensibilidade, emoção e realismo, a magnífica mensagem que está sendo lida, na data de hoje, em todas as superintendências, estaduais e territoriais da LBA, espalhadas pelo Brasil inteiro.

Trata-se de documento digno de atenta reflexão, cuja transcrição solicito, neste momento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Aproveitando o ensejo, e, com a finalidade de homenagear o trabalho desenvolvido por essa instituição, principalmente na atual administração da Presidenta Léa Leal, através do PRONAV/LBA, encaminhamos, hoje, um projeto de lei instituindo o Dia do Voluntariado Nacional da LBA.

O Sr. Jorge Kalume — V. Ex^a me permite outro aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com prazer, eminente Senador Jorge Kalume.

O Sr. Jorge Kalume — Por um lapso, deixei de mencionar o nome da primeira presidenta, o nome da fundadora, que foi Dona Darcy Vargas, merecedora do nosso respeito, dos nossos aplausos, pela maneira com que se houve desde o início desse trabalho em prol dos menos favorecidos.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Muito grato a V. Ex^a, eminente Senador Jorge Kalume, por este seu segundo aparte, em que relembra aquela figura extraordinária de Darcy Vargas, de quem eu, neste modesto pronunciamento, assinalai o nome da inesquecível fundadora da LBA, que foi a Sr^a Darcy Vargas. Muito grato a V. Ex^a, eminente Senador Jorge Kalume.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

MENSAGEM

A 28 de agosto de 1983 a LBA comemora 41 anos de existência.

O Brasil inteiro conhece a LBA.

Por conhecê-la, os brasileiros deram-lhe sempre o apoio essencial nas horas certas.

Deram-lhe, ainda, o que é mais caro e raro: a credibilidade institucional.

Por isso, não vou repetir, agora, o que fez e faz a LBA.

O Brasil nos conhece e sabe o que fazemos.

Neste aniversário o que importa é assinalar e agradecer este apoio e esta credibilidade brasileira.

A participação voluntária em torno da LBA, nos episódios recentes da Campanha SOS-Sul, comprovou a união e solidariedade entre povo e instituição.

Não há melhor lembrança e melhor presente do que este.

Com a tradição de presença e mobilização do voluntariado brasileiro que vem dos anos duros da II Guerra Mundial, a LBA, tão histórica em sua atualidade, quer hoje, 41 anos passados, apenas agradecer e prometer.

E o Brasil, que nos conhece, sabe que só prometemos para cumprir.

A promessa é a renovação de lutas e trabalhos sociais.

É formar uma nova corrente, lançar uma nova Campanha, mais árdua e duradoura, em prol do Nordeste.

É também a certeza de que os servidores e os voluntários da LBA, mais uma vez, estarão conosco, dando o melhor de si, anônimas e conscientemente.

E o voluntariado da LBA é hoje o Brasil inteiro, que sente e sofre o Nordeste.

Não seremos redenção, mas prometemos presença e determinação.

28 de agosto de 1983 é, portanto, o dia de uma nova prioridade na LBA: o lançamento do Projeto Nordeste.

É nossa maneira, a melhor maneira de festejar um aniversário.

Estou certa de que seria exatamente desse modo que Darcy Vargas, nossa fundadora e nosso exemplo, gostaria que comemorássemos este dia.

Com muito trabalho e muita fé no Brasil e nos brasileiros.

E também com muita gratidão por nos ajudarem a ser o que somos. — Léa Leal, Presidenta da LBA.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Helvídio Nunes.

O SR. HELVÍDIO NUNES (PDS — PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Foi com natural angústia que todos recebemos a notícia e vimos, através dos diferentes meios de comunicação, os quadros dolorosos do Centro-Sul do País, especialmente nos Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, provocados pelas enchentes.

Ao lado da natural angústia, Sr. Presidente, na convicção de que a calamidade seria passageira, e que em breve o povo daquela área se entregaria, como vem ocorrendo, febrilmente, às tarefas de reconstrução, passei a me preocupar com o drama há cinco anos vividos pela minha região, o Nordeste, temeroso de que, em consequência da catástrofe do Sul, a do Nordeste não viesse a receber igual tratamento do proporcionado ao Centro-Sul do País.

A imprensa, por intermédio do rádio, da televisão, dos jornais, deu a mais ampla cobertura ao desastre verificado nos Estados do Sul. E eu supus, preocupado, que, em seguida, esqueceria o drama vivido pelo Nordeste. Felizmente, Sr. Presidente, enganei-me redondamente, melhor dizendo, as minhas preocupações não se justificaram, porque os fatos estão a demonstrar, a cada dia, que o mesmo patriotismo que chamou a atenção da imprensa para os terríveis quadros vividos pelos Estados do Sul, levou a que os meios de comunicação vissem igualmente, e transmitissem para o País inteiro o retrato fiel das dificuldades, das agruras e da miséria por que passa o nordestino, há cinco anos consecutivos.

As minhas homenagens, pois, à Imprensa, com a ressalva única de que o Nordeste não se compõe apenas no Ceará e de Pernambuco, mas que o Piauí, o Rio Grande do Norte, a Paraíba, enfim, todos os Estados nordestinos padecem a mesma calamidade e sofrem as mesmas consequências da miséria existente em toda a região.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, ocupo a tribuna na tarde de hoje, especialmente para fazer um apelo. Sabem todos que aqueles que se encontram fichados, que aqueles que se encontram alistados, que aqueles que se encontram trabalhando nas frentes de emergência recebem o salário de 15 mil e 300 cruzeiros mensais.

É sabido por todos, de outra parte, que nem todos quantos necessitam de trabalho já obtiveram lugar nas frentes de serviço. É importante lembrar, nesta oportunidade, que a seca, que a catástrofe relativa ao ano de 1983, praticamente ainda não chegou ao meio, ela atingirá o ápice, tudo indica, no fim de novembro para princípio de dezembro. Antes disso, ela estará seguindo um curso evolutivo terrível, um curso evolutivo macabro. Mesmo porque, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o problema maior, o mais angustiante, é o relativo a oferta de água. E a água, infelizmente, está desaparecendo, está sumindo da região nordestina.

Angustiante é que, antes que o flagelo cumpra o seu fadário terrível, centenas de milhares de flagelados ainda estão à busca, e continuarão à busca das frentes de trabalho. Eis que, Sr. Presidente e Srs. Senadores, na última semana, naturalmente à falta de recursos, naturalmente na ausência do numerário suficiente para atender ao pagamento de pessoal, a SUDENE determinou a suspensão de novas admissões, isto é, a SUDENE determinou que, de agora em diante, aqueles que estejam porventura necessitando de trabalho, aqueles que estejam precisando urgentemente de quinze mil e trezentos cruzeiros mensalmente para sobreviver, não mais terão acesso às frentes de serviço. Que culpa tem a SUDENE, Sr. Presidente, Srs. Senadores? Nenhuma culpa! Daí o apelo que neste instante dirijo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que na última sexta-feira reassumiu o posto que dignifica, para que determine ao Ministério do Interior, ordene ao eficiente Ministro Mário Andreazza, mas sobretudo que autorize aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento a remeterem, a enviarem para o Nor-

deste, urgentemente, recursos abundantes para que, não apenas os que se encontram alistados, mas para que todos quantos não desejarem morrer de fome, tenham acesso às frentes de trabalho, para receberem a miséria das misérias: quinze mil e trezentos cruzeiros mensais. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE — (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Martins Filho.

O SR. MARTINS FILHO (PDS — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: "Faça chover no Nordeste".

Este o tema da campanha que a Cruz Vermelha Brasileira está lançando para socorrer os flagelados da longa estiagem nordestina.

Pretende-se mobilizar a opinião pública nacional para que o Brasil assuma a consciência da real situação das populações do semi-árido do Nordeste e se proponha a prestar o socorro possível nessa hora de tragédia.

O objetivo imediato da campanha é arrecadar dinheiro, alimentos, leite em pó, roupas e outros itens que possam minorar a extrema necessidade de vastos contingentes populacionais da Região.

A médio prazo, creio firmemente, essa campanha demonstrará a imprescindibilidade de decisões políticas conseqüentes, para resolver o problema nordestino; não sob o enfoque emergencial como vem sendo feito desde sempre, mas como fenômeno cíclico que realmente é, e que exige soluções de profundidade.

A campanha "Faça chover no Nordeste" pelo que se propõe e pela entidade que a assina, merece, além de nosso louvor, incondicional apoio, pois a chance da Cruz Vermelha Brasileira assegura, além da absoluta seriedade dos procedimentos a serem implementados, total indiscriminação político-partidária, como ocorreu com a recente campanha dessa benemérita instituição em prol dos flagelados pelas enchentes do Sul.

Coloco-me aqui, à disposição da Cruz Vermelha Brasileira para o que puder ser útil nesse mister e apelo aos nobres pares, principalmente aos representantes dos Estados nordestinos, que façam tudo a seu alcance para que a campanha "Faça chover no Nordeste" tenha um retumbante sucesso.

Obrigado. (Muito Bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1^o Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 758, DE 1983

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 233 do Regimento Interno, requero a transcrição nos Anais do Senado Federal, dos discursos proferidos pelo Vice-Presidente da República, Aureliano Chaves e pelo Presidente João Baptista Figueiredo, quando da solenidade em que reassumiu o cargo, no último dia 26 de agosto, no Palácio do Planalto.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 1983. — Lourival Baptista.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — De acordo com o § 1^o do art. 233 do Regimento Interno, o requerimento será publicado e submetido ao exame da Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Está finda a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há quorum para deliberação.

Em consequência, o Requerimento nº 753/83, constante do primeiro item da pauta, tem sua apreciação adiada para a próxima sessão, em virtude de achar-se em fase de votação.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Passaremos, então, às matérias em discussão.

Item 2:

Discussão, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 77, de 1981 — Complementar, de autoria do Senador Franco Montoro, que cria, nas regiões metropolitanas, o Conselho Administrativo constituído, pelos prefeitos e por representantes das Câmaras Municipais, modificando a Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973, tendo

PARECERES, sob nº 740 de 1983, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade.

Em discussão o projeto, quanto à constitucionalidade. Concedo a palavra ao nobre Senador Marcondes Gadelha.

O SR. MARCONDES GADELHA (PDS — PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, as regiões metropolitanas constituem um problema moderno, e seriíssimo, em administração pública, decorrente do acelerado processo de urbanização, processo esse consequente do progresso natural dos povos. As grandes cidades degeneraram em megalópoles que foram, aos poucos, transformando-se num habitat cruel e perverso aos desígnios do homem. Cumpre, então, encontrar soluções que tornem mais expedita a gestão desses monstros do século XX.

Procurei em vão na justificativa do projeto de autoria do eminente Senador Franco Montoro, atualmente Governador de São Paulo, razões de ordem técnica. Encontrei apenas uma argumentação de natureza política — infelizmente já ultrapassada pelo tempo e pelo próprio processo de abertura — em desfavor do autor do projeto.

Em sua justificativa o nobre autor diz:

A nomeação dos integrantes dos Conselhos pelo governador do Estado, retira a necessária autonomia desses órgãos. Atualmente são eles, em regra, constituídos por pessoas comprometidas com a política oficial e com o Chefe do Executivo Estadual.

Ora, Sr. Presidente, atualmente não sei qual a opinião do Governador Franco Montoro sobre a suspeição que procura eivar todos os conselheiros designados pelo Governador de Estado.

Se nas grandes regiões metropolitanas a gestão hoje se encontra inteiramente em mãos oposicionistas, gostaria de saber se ainda subsiste essa situação como sendo um erro natural de gestão, porque, fora disso, não encontramos qualquer outra argumentação que venha dar sustentação a esse projeto de autoria do ex-Senador Franco Montoro.

O Sr. Itamar Franco — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MARCONDES GADELHA — Pois não.

O Sr. Itamar Franco — Nobre Senador Marcondes Gadelha, não estou aqui para defender o Governador Franco Montoro, mas não acredito, honestamente, que o Governador e ex-Senador da República Franco Montoro tenha mudado de opinião só porque foi eleito governador. V. Exª tem razão — não neste caso. V. Exª tem razão em algumas dessas ilações que tira. Realmente, após o 15 de novembro, assistimos a algumas mudanças de comportamento. É verdade, concordo com V. Exª. Entretanto, neste caso especificamente abordado por V. Exª, não creio que o Governador Franco Montoro tenha mudado de opinião só porque eleito governador de Estado. Não me cabe realmente a defesa de S. Exª, o que faria com muito prazer. Tenho para mim que o Governador Franco Montoro não deve ter mudado de opinião.

O SR. MARCONDES GADELHA — Acredito que S. Exª não terá mudado de opinião. Concorro com o nobre colega. Vou um pouco mais longe. V. Exª foi prefeito de uma cidade importante de Minas Gerais — Juiz de Fora. V. Exª é engenheiro e tem amplo conhecimento da gestão pública pelo lado de dentro dos problemas. V. Exª há de ter-me como um aliado seu em qualquer proposta que vise a simplificar a administração das grandes áreas metropolitanas.

O Sr. Itamar Franco — Não tenho dúvida Exª

O SR. MARCONDES GADELHA — Também V. Exª há de notar que esse projeto em nada modifica a sistemática atual, a não ser no seu aspecto político. Assim passa a ser uma legislação dileitante, com a qual não concordamos.

O Sr. Itamar Franco — Nobre Senador Marcondes Gadelha, apenas interferi no seu pronunciamento para demonstrar que o Governador Franco Montoro deve continuar com o mesmo pensamento. Esta, apenas a finalidade de minha intervenção.

O SR. MARCONDES GADELHA — Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Continua em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo mais oradores, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 100, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 523, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Cavalcante (GO) a elevar em Cr\$ 11.290.000,00 (onze milhões, duzentos e noventa mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 524 e 525, de 1982, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Municípios, favorável.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

A Presidência deixa de submetê-lo a votos, em virtude da falta de quorum para deliberação, devendo ser apreciado na próxima sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Item 4:

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 39, de 1983, de autoria do Senador Pedro

Simon, que autoriza o Poder Executivo a conceder um abono de emergência de 70% (setenta por cento) para os servidores públicos federais, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 739, de 1983, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores solicitando a palavra, declaro-a encerrada.

Não havendo número, a votação fica adiada para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Item 5:

Discussão, em primeiro turno (apreciação da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1983, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que estabelece critério e limite para os reajustes dos preços de ingressos de jogos de futebol, tendo

Parecer, sob nº 738, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

Em discussão o projeto, quanto à constitucionalidade. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Há oradores inscritos. Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Gueiros.

O SR. HÉLIO GUEIROS (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Como o nobre Senador Helvídio Nunes, que honrou há pouco esta tribuna para fazer um apelo, eu também gostaria de fazer um apelo ao senhor Presidente da República com relação a um problema no meu Estado, o Pará.

Devo, porém, confessar a minha perplexidade em tomar o rumo certo, porque acabo de ler nos jornais que a brava e indomável bancada do PDS, não toda ela, mas 14 eminentes Senadores, estão escolhendo um padroeiro para a sua causa, para poder ter acesso ao senhor Presidente da República. E, segundo os jornais, o padroeiro escolhido pelos 14 Senadores do PDS é São Dêlio, ou mais completamente, São Dêlio Jardim de Matos.

Esses Senadores foram chamados a um ágape por S. Exª lá, confessaram a sua impossibilidade de qualquer acesso ao senhor Presidente da República e invocaram, então, as graças e os favores de São Dêlio para que possam chegar ao senhor Presidente da República.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Exª um aparte? (Assentimento do orador.) Como estava no almoço, eu não escutei nada disso que V. Exª está falando. V. Exª está fazendo um discurso jocoso, que não tem nenhum compromisso com a realidade dos fatos.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Nobre Senador Jutahy Magalhães, então, antes de me contradizer, V. Exª deveria desmentir os jornais da terra. Os jornais, deste sábado, estão noticiando fartamente que 14 Senadores do PDS tiveram um reposto com V. Exª o Sr. Ministro da Aeronáutica, que se comoveu...

O Sr. Jutahy Magalhães — A interpretação é de V. Exª, os jornais não dizem isso.

O SR. HÉLIO GUEIROS — ... com o pedido dos quatorze senadores. Inclusive, os jornais deram também

a resposta de São Délio, declarando que se os senadores estavam pedindo é porque estavam necessitados e nada lhe custava ir até o Presidente da República para expor os problemas de quatorze Senadores do PDS.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a está fazendo uma interpretação do noticiário dos jornais. Eu estou achando interessante.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Mas, eminente Senador Jutahy Magalhães, ...

O Sr. Jutahy Magalhães — Nos dias de hoje é necessário um pouco de humor. Nós estamos com tantos problemas pela frente, que dar alguma risada sempre faz bem.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Eminente Senador Jutahy Magalhães, eu só posso me basear nos jornais. Eu não tenho acesso à intimidade da Bancada do PDS. Verifica V. Ex^a que das irregularidades que acontecem também na área federal, eu tenho conhecimento através dos jornais. E quero dizer que não só eu sou afastado do convívio dessas coisas íntimas do Governo. Ainda há pouco o nobre Senador João Calmon declarou que não foi um dos privilegiados com a remessa de supostos documentos reservados em defesa do Governo. Aliás, a propósito, embora me desviando, eu não entendo como se faça uma acusação pública pelos jornais e a defesa tenha que ser secreta, clandestina. É a primeira vez na vida que eu ouço falar em semelhante processo, em que a acusação é pública, vai para os jornais, mas a defesa é cautelosa, é sigilosa, é clandestina, e poucos iniciados têm acesso a ela.

O Sr. Jutahy Magalhães — Aí concordo plenamente com V. Ex^a. Acho que toda defesa tem que ser pública, clara, objetiva, sem subterfúgio nenhum, e toda resposta tem que ser dada. Neste ponto concordo plenamente com V. Ex^a. Não aceito que haja resposta e defesa secretas. Já que disseram que nós do PDS estamos com a bola, agora, para dar resposta, nós do PDS temos que ter conhecimento de todos os fatos para podermos responder.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Pelo menos verifica V. Ex^a que, com menos de dois minutos de um despretençioso pronunciamento, já conseguimos chegar a um acordo de pensamentos e de idéias. Estou de pleno acordo com V. Ex^a de que quem é acusado publicamente deve responder publicamente.

Aliás, isto está até na Bíblia. A doutrina bíblica é a seguinte: quando um cidadão comete um pecado em público, deve penitenciar-se em público; quando comete um pecado somente com relação a um seu próximo, deve ir ao seu próximo e pedir perdão; e quando comete um delito ou pecado secretamente, também deve confessar-se secretamente para os céus.

Portanto, verifica-se que é até uma doutrina bíblica, cristã, e, como somos um povo cristão, nada demais que se invoque a Bíblia e os ensinamentos do Cristianismo.

Devo confessar, entretanto, também, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que existem umas coisas meio esquisitas nestes últimos tempos aqui no Brasil.

Na semana passada, li, na primeira página do jornal *O Estado de S. Paulo*, que um diplomata de carreira do Itamarati havia chamado o seu colega de burro, mas b-ur-ro! Às vezes, no aceso e no fragor das lutas corpo a corpo, no Parlamento, há alguma irreverência ou algum excesso — e, quando há, todo mundo cai logo de bico em cima do Parlamentar — isso ainda se pode tolerar. Mas verifica-se que os educados cavalheiros do Itamarati já não são mais aqueles. Somente porque um discorde do outro, um diplomata de carreira chama o outro de burro.

Também, Sr. Presidente, achei meio esquisito que o Presidente da República, ao reassumir o seu posto, rece-

bendo a Presidência da República das mãos honradas do Vice-Presidente Aureliano Chaves, tenha declarado que não vai admitir nenhum arranhão na soberania nacional, quando da discussão e encaminhamento da solução dos nossos problemas financeiros na área internacional. Ora, Sr. Presidente, outra coisa esquisita, porque este Plenário já se fartou de ler e ouvir falar de documentos assinados pelo "trioelétrico", formado pelos Ministros Delfim Netto e Ernane Galvão e pelo Sr. Carlos Langoni, em que eles, em nome do Brasil ou do Banco Central — porque tudo para mim é a mesma coisa — se comprometem a não invocar motivos e razões da soberania nacional da discussão dos problemas de empréstimos externos. Não dá para entender que o Presidente da República diga que não vai admitir arranhões na soberania nacional quando seus auxiliares diretos assinam documentos nos quais se comprometem que não vão invocar razões de soberania nacional na discussão desses empréstimos, nem prévia e preventivamente a requererem moratória.

Então, Sr. Presidente e Srs. Senadores, realmente eu me sinto meio confuso em endereçar um apelo em favor do meu Estado, porque estou notando uma situação nacional muito confusa, muito complicada, e eu, que quero acertar no endereço do meu apelo, fico sem saber qual o caminho que devo tomar.

O Sr. José Lins — Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HÉLIO GUEIROS — Ouço a aparte do nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins — Parece que a culpa do descaminho que toma o discurso de V. Ex^a é a própria vontade de V. Ex^a quis V. Ex^a desviar-se do apelo em favor do seu Estado para provocar graça, como salientou o Senador Jutahy Magalhães. Mas fiquei com a impressão, nobre Senador, de que V. Ex^a acharia muito normal que o tratamento de "burro" no Parlamento. Não ficaria bem para o pessoal do Itamarati, mas aqui no Parlamento, no corpo a corpo a que V. Ex^a se referiu, poderia muito bem ter usado. Quanto à soberania nacional, só pode prometer mantê-la quem a tem. Seria esdrúxulo se o Brasil, ou qualquer país, pudesse, realmente, alegar razões de soberania como motivo para não pagar dívidas contraídas lá fora.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Quanto à observação de V. Ex^a sobre que eu gostaria que aqui no Plenário houvesse esse tratamento de burro, quero dizer a V. Ex^a que quem estranhou, pela primeira vez, esse tratamento entre os homens públicos do Brasil fui eu. Essa declaração foi feita há vários dias e a primeira pessoa que está aqui estranhando esse tipo de tratamento entre homens públicos no Brasil, sou eu. Logo verifica V. Ex^a que essa conclusão de V. Ex^a é totalmente descabida, sem o menor nex. Que eu quero dizer...

O Sr. José Lins — V. Ex^a deu a entender que no "corpo a corpo" do Plenário, isso seria aceitável.

O SR. HÉLIO GUEIROS — ... e falei no termo irreverência. É porque V. Ex^a não presta bem atenção no que eu falo, para lamentar meu. O que eu disse é que no fragor da luta, da discussão, ainda se pode permitir alguma irreverência. Foi isso que eu falei, não usei o termo burro porque esse termo burro é exclusivo dos diplomatas do Itamarati no Governo do Presidente João Figueiredo. Porque, tenho que confessar a V. Ex^a nunca ouvi na minha vida um diplomata do Itamarati chamar o seu colega de burro, é a primeira vez na vida, neste Governo do honrado Presidente João Baptista Figueiredo.

Mas, Sr. Presidente, se fui levado a digressão é porque o homem põe e Deus dispõe, ou melhor, o homem põe e João Baptista dispõe, e as discussões aqui dentro, também, dispõem. Realmente ia fazer um apelo, como vou fazer um apelo, mas não posso deixar de me referir a es-

ses fatos muito recentes e muito imediatos que têm a ver alguma coisa com a Administração Pública no Brasil.

Isto posto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo dar o meu recado a respeito do apelo a quem interessar possa, mas acredito que se trata do Senhor Presidente da República, como sou calvinista, dispense, aliás, intercessão e, dentro da minha doutrina calvinista, portanto, me dirijo diretamente ao Senhor Presidente da República sem a mediação de intercessores e intermediários, como o desejam os quatorze Senadores do PDS.

Quero me referir, Sr. Presidente, Srs. Senadores, à situação na Vila do Pacau com o problema dos canaviais e da Usina de Açúcar Abraham Lincoln. A situação lá é de maior gravidade. O Governo federal, que, no fundo, através dos seus órgãos, é o único responsável pelo clima de intranquilidade e perturbação que lá existem, tem que dar a solução para que não se repitam não apenas os fatos já ocorridos lá, mas para que não haja fatos ainda mais graves.

Quero dizer a V. Ex^a que, tal como aconteceu no primeiro incidente, os canaviais do Pacal se deslocaram lá do meio da selva do Xingu, da Amazônia e vieram até aqui, a Brasília, atrás de uma solução para os seus problemas.

Esses canaviais foram localizados, lá, na Vila do Pacal, pelo INCRA. O INCRA fez uma convocação geral, no Brasil, para que todos aqueles que quisessem arriscar, ou crer no desenvolvimento da Amazônia, se deslocassem para lá, para cuidar de fazer plantações de canaviais para atender a uma usina de açúcar e álcool chamada Abraham Lincoln que o INCRA construiu lá.

Os colonos de todas as partes do Brasil, daqui do Centro, Sul, do Sudeste, se deslocaram para lá e lá se fixaram. Foram levando tudo quanto tinham, até mesmo seus pequenos pertences. Vederam o que tinham por aqui e foram-se localizar no Pacal, com a promessa solene do INCRA, que era a Usina Abraham Lincoln.

Quero dizer a V. Ex^a que a inauguração dessa Usina Abraham Lincoln foi meio cômica, meio gaiata e, por isso, também, é que, às vezes, tenho que ser cômico e gaiato, embora não seja do agrado do Senador José Lins e do Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. José Lins — Pelo contrário, agrada-me que V. Ex^a o tenha reconhecido.

O SR. HÉLIO GUEIROS — É porque, com as coisas que acontecem no Brasil, às vezes, o melhor é a gente rir para não chorar; até porque, já dizia um compositor da minha terra, "que o que dá para rir dá também para chorar". De modo que, embora, eventualmente, eu possa ser engraçado, na realidade eu estou sendo muito sério. E há gente que pode chorar com uma coisa que para muitos aqui possa parecer muito engraçada.

O que é fato, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que a inauguração dessa Usina Abraham Lincoln foi meio engraçada, meio cômica. Foi ao tempo do Governo do Presidente Médici. Inauguraram a usina e para enganar, tapar o Presidente Médici, saíram daqui, de São Paulo, aviões da VASP — e isto foi motivo de reportagem documentada do *O Estado de S. Paulo* — levando agricultores e levando, também, sacas de açúcar como se fossem produção da Usina Abraham Lincoln. Foi uma verdadeira papagaiada, desculpem-me a expressão. Os aviões da VASP saíram daqui carregados de agricultores, carregados de sacos de açúcar e, na ocasião determinada da inauguração, o Presidente Médici, no seu palanque, depois de ouvir as explicações das autoridades do INCRA, que naquele tempo era subordinado ao Ministério da Agricultura, teve a oportunidade de ver colonos, agricultores, carreteiros e carregadores segurando nas costas sacas de açúcar produzido em São Paulo como se fosse produzido na Transamazônica, exatamente na Usina Abraham Lincoln.

Verificam, portanto, V. Ex^{as} que esse empreendimento foi sempre uma farsa. E continua nos dias de hoje sendo

uma farsa. Acontece que isto estaria muito bem se não envolvesse destinos e vidas de homens que acreditaram na boafé das intenções do Governo e para lá se deslocaram e se fixaram.

Há poucos meses, V. Ex^{as} estão lembrados, os colonos e canavieiros da Vila do Pacau, desesperançados de qualquer medida que fizesse com que a Usina Abraham Lincoln, depois revendida pelo INCRA a uma empresa de Pernambuco, depois de perder as esperanças de que a empresa não pagaria a eles o valor da safra que lhes foi entregue, obstruíram a Rodovia Transamazônica, criando um problema de repercussão nacional. Depois de muita confusão, de muita complicação, inclusive de ameaças do Sr. Ministro da Justiça, foi afinal encontrada uma solução e o INCRA pagou o que a empresa devia aos canavieiros e eles desobstruíram a rodovia.

Agora, Sr. Presidente, os canavieiros enfrentam o mesmo drama. Estão lá com as suas plantações de cana inteiramente sem condições de colheita, porque a usina, vendida a industriais de Pernambuco, encontrava-se fechada.

Há pouco tempo, há pouco mais de um mês, vieram aqui, fizeram uma via crucis pelas várias repartições federais de Brasília à procura de uma solução e até agora nada foi feito. Eles estão, pois, voltando à sua fase de desespero e nessa fase, ao verificarem que vão perder tudo, eles podem cometer alguma insensatez.

É por isto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que, ainda a tempo, ergo a minha voz, aqui no Senado, para fazer com que o Senhor Presidente Figueiredo, que deve ter voltado retemperado da sua estada em Cleveland, que diz que voltou com força total, não tem problemas de saúde, está com disposição plena, que Sua Excelência tome conhecimento desse problema que existe no Estado do Pará e dê uma solução para que esses canavieiros não cheguem ao desespero.

Sr. Presidente, é preciso notar que já houve um esboço de violência, lá no Pacal, com esses canavieiros incendiando, ou tentando incendiar, a casa do gerente da Usina Abraham Lincoln. A usina continua fechada. É possível que eles deem seguimento a esse gesto extremo e também tentem tocar fogo na usina. E o detalhe é que, segundo se diz, a Usina está com um estoque de 30 mil litros de álcool. Sr. Presidente e Srs. Senadores, fácil é de se prever o que será, verdadeira catástrofe, um incêndio lá no Pacal, no meio da selva amazônica, tocando-se fogo em 30 mil litros de álcool.

Um jornal da minha terra, Sr. Presidente, noticia a situação, numa síntese de primeira página, da seguinte maneira:

A casa incendiada do gerente da usina da Conan, no Pacal, aponta, escurificada pelo fogo, como a ponta do estopim em que está se transformando a área, no dizer de um dos colonos. Funcionários públicos residentes na área forçaram a que os motores de luz passassem a funcionar 24 horas por dia, temerosos de novos atentados, de vez que, na região, a situação está se tornando insustentável. Muitos colonos já vieram para Altamira, para residir em casa de parentes, enquanto os canaviais esperam e o Banco do Brasil executa os lavradores por dívidas, de vez que toda a lavoura é financiada. A usina está completamente abandonada, e é virtualmente impossível, se não começar agora, aprontá-la a tempo para a moagem da cana. Não houve, até agora, nenhuma solução para os problemas dos funcionários e canavieiros que interditaram a Transamazônica e hoje fazem uma nova assembleia geral para decidir o que fazer. Também não foi aberto inquérito para apurar a responsabilidade do incêndio na casa do gerente da usina que, aliás, já viajou para Recife, a fim de dar conta da situação aos usineiros. Vila Pacal está ficando, gradativamente, entregue a si mesma, e o bispo, D. Edmundo Krautler protesta con-

tra o retardamento de uma decisão que já poderia ter sido tomada. O pessoal especializado que ainda ficou é pouco, e está querendo ir embora, de vez que não há garantia nem de salários, nem mesmo de que a usina vá funcionar.

Sr. Presidente, é o apelo que faço ao Senhor Presidente da República, para que dê uma solução: o impasse pode ser jurídico, mas não vai adiantar nada. A empresa diz que o responsável por todas as despesas até que a usina atinja a sua produção nominal, que é de 800 a 1000 sacas de açúcar, é o INCRA. O INCRA, por sua vez, diz que não tem nada a ver com a empresa.

O que é fato, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é que a situação de 400 ou 500 famílias de canavieiros não pode ficar à mercê desse bate-boca, dessa confusão entre INCRA e a empresa Abraham Lincoln. É preciso que o Governo intervenha. E como os colonos foram colocados lá sob o aval e a fiança do INCRA, é imprescindível, indispensável que o INCRA tome conhecimento do problema, e dê uma solução, antes que seja tarde demais.

Quero dizer a V. Ex^a que o Município de Altamira, por incrível que pareça, é um Município da chamada área de segurança nacional. Então, poderia parecer que, por ser um Município de Segurança Nacional, lá houvesse mais garantias e mais interesse do Governo Federal em atuar de maneira mais eficaz perante a população, para mostrar que vale alguma coisa ser Município de Segurança Nacional. Mas, o que está se verificando é que, a não ser nomear o Prefeito, o Governo Federal não faz coisa alguma por esses Municípios de Segurança Nacional. E no caso de Altamira, além de não fazer nada, ele, através de órgãos seus, está conturbando, está perturbando a paz social naquele Município.

Por isto, Sr. Presidente, daqui desta tribuna do Senado, formulo meu apelo, repetindo, antes que seja tarde demais, para que o Governo tome uma atitude e resolva esse problema da Vila do Pacal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Eunice Michiles — Gabriel Hermes — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — João Lobo — Carlos Alberto — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Nelson Carneiro — Mauro Borges — Saldanha Derzi.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Borges.

O SR. MAURO BORGES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PDS — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Muito se tem falado a respeito das atuais dificuldades com as quais se defronta o País; da sua origem e, principalmente, das suas consequências sobre a população brasileira. A exegese da crise — reconhece-se — é passo importante à sua superação. E, à Nação — Governo e povo — cabe dar mostras de saber fazê-lo e, a partir daí, adotar as providências que se imponham.

No entanto, identificadas as suas causas, avaliada a sua extensão, a questão a ser posta, agora, é se nós, brasileiros, estamos efetivamente aproveitando as oportunidades que a crise traz em seu bojo, para o nosso País; se estamos trabalhando objetivamente, de forma criativa, para sair da situação em que estamos mergulhados, lançando novas bases para uma era de prosperidade.

Daí porque refutamos louváveis, patrióticas, iniciativas voltadas para a busca de caminhos alternativos, à concretização do nosso projeto de desenvolvimento.

A crise energética, por exemplo, nos traz à consideração as enormes possibilidades de que o País dispõe no campo de utilização de outras fontes, inclusive — e sobretudo — da biomassa. O programa do álcool, deflagrado na administração do Presidente Ernesto Geisel é uma demonstração bem eloquente: em apenas 5 anos o Pró-Álcool já atingiu a mais de 10 bilhões de litros/ano, isto é, o equivalente à produção nacional de petróleo de 1979 e representou no ano passado uma economia de divisas de 1,5 bilhões de dólares. Acrescente-se que, até meados da década, o referido programa poderá alcançar a casa dos 15 bilhões de litros/ano, desde que não lhe falem os meios e os incentivos.

Ademais é significativa repercussão social desse programa por gerar, para cada 20 mil litros produzidos, 1.500 empregos diretos e muitos indiretos.

Ainda dentro desse quadro, vale lembrar um novo e dinâmico campo de atividades oferecido ao País com o notável desenvolvimento de uma química do álcool e do açúcar, desde que adequada e corretamente utilizada. Essa nova alternativa, inobstante em órbita predominantemente privada, bem está a merecer o estímulo e o apoio do Governo, em seu irrecusável papel de indutor e promotor da atividade econômica.

Isso vale afirmar que o álcool e o açúcar, poderão ser aproveitados como matérias-primas para fins ainda mais nobres, agregando maior valor ao produto e trazendo mais renda para a atividade e receita para o Governo. Não foi por outra razão que recente trabalho do Instituto Weizmann, de Israel, observou que o Brasil poderá converter-se em Líder de uma nova revolução, a processar-se, "com o objetivo de reduzir ou eliminar totalmente a utilização do petróleo como matéria-prima de uma longa série de produtos manufaturados e sua substituição por matérias de produtos vegetais".

Com relação especificamente ao álcool, embora as suas virtualidades, como matéria-prima alternativa para a obtenção de muitos produtos hoje fornecidos pela petroquímica, sejam conhecidas há muitos anos, a política de exploração intensa das fontes de petróleo e a prática de preços aviltados, inviabilizaram, por muito tempo, o desenvolvimento da alcoolquímica. As breves experiências de produção de borracha sintética (polibutadieno) ao tempo da II Grande Guerra, favorecidas por fatores políticos — as incertezas do comércio marítimo, à época — são um testemunho desse fato. Agora, que a política de valorização do petróleo imposta pelos países produtores despertou nas populações de todo o mundo a consciência da sua finitude e da insensatez que representa o seu consumo em ritmo crescente, é tempo de reconsiderar o assunto.

Não se diga, em contra-argumento, que a tendência mais recente dos preços do óleo no mercado internacional é a da estabilização. A estabilização é fruto da retração de demanda, decorrente do esforço de ajuste dos países consumidores, e da própria recessão mundial. E a recessão há de passar, como a história já o demonstrou tantas vezes. O comportamento favorável dos preços, no entanto, só se manterá se a retomada do desenvolvimento vier a dar-se em bases de menor dependência em relação aos hidrocarbonetos não renováveis, oligopolizados pela OPEP.

Além de tudo, há o argumento estratégico. Se mais da metade do petróleo consumido pelo ocidente provém do golfo pérsico — região conflagrada e cujo futuro político é difícil prever-se — e tem de passar pelo estreito de Ormuz, aceitar a situação presente implica assumir grandes riscos. Sem falar em que, vindo de onde vier, o petróleo, como recurso fóssil, tem os dias contados, e os cálculos razoavelmente precisos, estão ao alcance de todos.

Há que se refletir bastante, também, sobre a verdade, algo melancólica, mas já bastante difundida nas mentes mais esclarecidas do Terceiro Mundo, de que a "era do desperdício" acabou e de que, em um mundo marcado pela escassez energética, os caminhos do nosso desenvolvimento terão forçosamente que divergir daqueles trilhados pelos países ricos. E isso envolve alterações em hábitos de consumo, em estilos tecnológicos, na política de uso não predatório e consciente da terra e de suas riquezas, em bases permanentemente renováveis.

Tal política tem propiciado o crescimento da indústria química, que cresce, malgrado as dificuldades da hora presente, a mais de 20% ao ano, e tende promover o oferecimento de novas tecnologias ou seu aperfeiçoamento.

Também aí, esse setor trará certamente uma nova opção ao Brasil, oferecendo oportunidades de fornecimento de equipamentos e tecnologias a países produtores de biomassa energética.

Por tudo isso, o Governo deve dedicar uma atenção especial à alcoolquímica, que apresenta possibilidades promissoras em todo o País, particularmente no Nordeste açucareiro.

O estímulo à alcoolquímica, semelhante ao que o Governo soube adotar para a implantação dos pólos petroquímicos, terá, além das vantagens já apresentadas, a de não implicar em nenhuma concentração geográfica de investimentos, pois a tecnologia da transformação do álcool permite rotas mais específicas, menos geradoras de subprodutos e, conseqüentemente, localizáveis em diferentes pontos da região canavieira. É o que já vem acontecendo em relação a Pernambuco e Alagoas, por exemplo, e poderá prosseguir, em relação a outros Estados. Pode-se pensar até em especializações sub-regionais, segundo as principais linhas da química do álcool: os produtos acéticos, os derivados do eteno, os compostos envolvendo o cloro e outros.

Os programas alcoolquímicos em Pernambuco já compreendem a produção de aldeído acético, através da COPERBO, a primeira empresa nacional, recorde-se, a utilizar o álcool etílico como matéria-prima básica. Hoje, a referida empresa, por intermédio de uma subsidiária — A Cia. Alcoolquímica Nacional — investe perto de 120 milhões de dólares na construção de unidade destinada a fabricar ácido acético e acetato de vinila monômero-MVA, abrindo caminhos para atender o mercado interno e gerar divisas com a exportação estabelecidas no referido estado. Igualmente, outras empresas, já produzem, a partir do álcool, octanol, butanol, acetato de butila, além de projetos em execução, aprovados pela SUDENE, que vão viabilizar fábricas de PVC e MVC.

No Estado de Alagoas, a SALGEMA produz etano e dicloreto e, através da Cia. de Camaçari, encontra-se em execução importante unidade também para fabricação de MVC e PVC.

Sem falar no pujante Estado de São Paulo — onde se localizam consideráveis complexos do ramo — outras unidades da Federação, além das citadas, já estabelecem ou desenvolvem pólos alcoolquímicos como o Rio de Janeiro — cujo programa deverá contar com incentivos fiscais estaduais, Minas Gerais e a Bahia, que se prepara para gerar, sobretudo em terras no seu extremo sul, 500 milhões de litros/ano.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a implementação de um programa de indústrias alcoolquímicas terá para o País, como se pode verificar, apresenta um vasto e expressivo significado face às novas e amplas alternativas que se abrem e ensaia que se extraia da atual crise lição altamente positiva.

Os estudos comparativos de custos entre os procedimentos alcoolquímicos e petroquímicos revelam sensível tendência para maior competitividade econômica para os produtos obtidos a partir do álcool. Fatores outros, em virtude da estabilização de preços altos aliados à res-

tritiva oferta de petróleo, propendem, a médio prazo, a ampliar a economicidade de produtos alcoolquímicos.

Afora todos esses ponderáveis argumentos, considere-se que a alcoolquímica, juntamente com a sucroquímica, poderá contribuir para diversificar a agroindústria da cana-de-açúcar, dar-lhe sólida base econômica e assegurar empregos e renda, tanto na lavoura canavieira como nas fábricas que produzirão os derivados de alto valor agregado.

O Sr. Mauro Borges — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Com prazer, ouço V. Ex^a

O Sr. Mauro Borges — Ouço com a maior atenção o discurso de V. Ex^a e estou inteiramente de acordo com a política de incremento do álcool, com toda série de vantagens, sobretudo, basicamente, como combustível substituto dos derivados de petróleo. Entretanto, gostaria de ressaltar a V. Ex^a que o Governo também precisaria olhar com maior atenção para outras medidas de economia, tais como o aproveitamento da madeira. Nos últimos anos, plantamos quantidades enormes de eucaliptos com recursos de incentivos fiscais, e essa madeira está passando do prazo de otimização econômica para o seu abate, para o seu uso; e poderíamos incrementar, paralelamente, a industrialização da madeira para produzir o metanol, que é um combustível excelente e, também, para diminuir os gastos de petróleo, sobretudo com os adubos nitrogenados, poderíamos utilizar as fontes de energia elétrica que, no momento, há em abundância no País. Temos usinas até paradas, como a recentemente inaugurada, a de Emborcação, isto é, há uma dissipação de energia elétrica, no momento, no País, e poderíamos partir para a eletrólise do ar atmosférico para a produção de nitrogênio puro, e também da água para produzir não só o hidrogênio de alto valor comercial como, paralelamente, a amônia, NH₃, que substituiria o adubo nitrogenado fornecido pela PETROBRÁS. Basicamente, temos o sulfato de amônio e a uréia, que consomem alguns milhares de barris de petróleo por dia, talvez o que o Brasil consome no momento, em termos de adubos nitrogenados, equivale a um custo de cerca de 600 milhões de dólares. Portanto, estou de acordo com V. Ex^a, mas é preciso também marchar para a utilização de outras fontes alternativas que estão aí à vista de todos, mas o Governo ainda não dá passos definitivos para a sua utilização.

O SR. MARCO MACIEL — Caro Senador Mauro Borges, ouvi com muita atenção o seu judicioso aparte.

Inicialmente, gostaria de dizer que a sua manifestação faz lembrar quanto o País é rico em fontes renováveis de energia. Só na biomassa, além do álcool, do etanol, V. Ex^a lembra apropriadamente o metanol, quer dizer, a energia obtida da madeira. Poucos países do mundo têm, talvez, tantas potencialidades quanto o Brasil. Se nós não formos bem dotados de recursos fósseis, petróleo e carvão, sobretudo, e não podemos ainda fazer esta afirmação, graças a Deus, porque em verdade as pesquisas estão muito atrasadas, — mas mesmo se isso for verdade, de uma coisa poderemos estar certos, é de que nós temos enormes e imensas potencialidades no plano de outras fontes alternativas ou subsidiárias de energia.

E eu poderia acrescentar, além das observações que V. Ex^a fez, que, em algumas áreas do País, inclusive no Nordeste, graças a altas taxas de insolação, nós poderíamos pensar também na utilização, como fonte subsidiária, da própria energia solar. E isso, naturalmente, ensejaria que o País também desenvolvesse a sua tecnologia, isto é, que o País desenvolvesse tecnologia adequada para, quem sabe, não apenas satisfazer atividades internas, mas também oferecer sua experiência a outros países do mundo. Os equipamentos que poderão ser fabricados em função desses processos tecnológicos, ensinarão certamente a ex-

portação de determinados bens, que seriam extremamente importantes para o País, sobretudo, na fase em que nós vivemos. Estou de pleno acordo com suas observações, e observo que, realmente, o Governo ainda tem muito o que fazer nesse terreno. Não podemos desconhecer o muito que já foi feito, mas não posso, também, deixar de negar que ainda há muito o que fazer nos mais variados campos desse setor.

O Sr. Guilherme Palmeira — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não, com muito prazer ouço o aparte de V. Ex^a, caro Senador Guilherme Palmeira.

O Sr. Guilherme Palmeira — Nobre Senador Marco Maciel, quero congratular-me com o seu substancial discurso, no qual aborda as perspectivas da Cloro-Alcool Indústrias, para o desenvolvimento do Nordeste, principalmente Alagoas e Pernambuco, mas sem desprezar, também, o desenvolvimento em outras regiões principalmente do centro do nosso País. Eu, em apoiando a posição de V. Ex^a, só diria da minha preocupação no desenvolvimento desse programa, primeiro, pelo apoio, que ainda não é o ideal, por parte do governo, ao setor, principalmente ao plantador de cana. Agora mesmo, estamos prestes à fixação de novos preços para o açúcar e para a cana. E eu chamaria a atenção para que isso fosse fixado pelo menos perto da realidade e dos reclamos dos produtores, sob pena de permanecer um desestímulo, e tenho feito alguns pronunciamentos a respeito, aqui, no Senado, e tenho procurado Ministros da área econômica, acompanhado de lideranças, tanto de Alagoas como de Pernambuco, para mostrar sempre a nossa preocupação; há só os financiamentos que são liberados tardiamente; os preços que fogem totalmente à realidade, e com isso vários plantadores, vários usineiros têm enfrentado seriíssimas dificuldades, com dispensa de empregados, tanto na área rural como na área industrial, e nós precisamos estimular; está provado que a grande alternativa, para Alagoas e Pernambuco, é que esse problema é decisivo. Em Alagoas nós conseguimos, graças à sensibilidade do Presidente Geisel e depois do Presidente Figueiredo, criar um pólo álcool-cloroquímico, que dará o equilíbrio necessário à economia alagoana. Mas, as coisas são lentas. Vejo uma outra preocupação, que é uma ação em forma de boicote até das multinacionais. Eu, quando Governador de Alagoas, lutei, além da implantação do pólo, conseqüentemente de várias indústrias que absorver matérias-primas, o cloro que produzimos através do salgema, o eteno, a partir do álcool, e veja V. Ex^a e os Srs. Senadores que até hoje nós importamos NVC para o fabrico do PVC, quando Alagoas já teria condições de hoje estar fornecendo e complementando toda essa matéria-prima. Não tenho a menor dúvida e acredito que as coisas possam ser contornadas, mas é importante que se fale, que se discuta e que se traga o problema para as Casas legislativas, especialmente para o Senado da República, como V. Ex^a está fazendo, deixando registrada a nossa preocupação de que isso também poderá fracassar da mesma maneira que poderá crescer e atingir o que todos nós desejamos, que é chegarmos a ser auto-suficientes tanto na produção de álcool anídrico como álcool para o setor químico. Portanto, ao congratular-me com V. Ex^a, quero dizer-lhe do meu apoio e de, sempre que possível, podermos atender aos interesses do Nordeste e os interesses do País, independentemente de ação de quem quer que seja. Muito obrigado.

O SR. MARCO MACIEL — Nobre Senador Guilherme Palmeira, gostaria de iniciar as considerações sobre o aparte com que me honrou V. Ex^a, dizendo que no seu Governo, e esse foi um dos pontos talvez mais significativos da sua proflua ação governamental, nas Alagoas, é

que se consolidou o desenvolvimento de um pólo cloro-álcool químico no seu Estado. E hoje já podemos dizer — e graças a plantas que já se realizam — que o Estado de Alagoas vai poder, dentro em breve, fornecer ao País produtos derivados do álcool, sendo alguns extremamente importantes, como aquele citado agora por V. Ex^a, o PVC, tão significativo, como disse, para a economia do nosso País.

E acredito que, ao viabilizar essas unidades, o Estado de Alagoas dá bem uma demonstração de uma utilização mais nobre do álcool; ou seja, não o álcool exclusivamente para combustível, consequentemente para a queima, mas o álcool como matéria-prima para uma química indispensável aos países desenvolvidos, e a países que, como o Brasil, pretendem ingressar no rol das nações mais influentes e mais afluentes.

V. Ex^a faz outra consideração que me parece extremamente importante. É a de que esses programas não estão desenvolvidos, quer o PROÁLCOOL, quer a utilização de produtos químicos a partir do álcool, como era de se esperar, em face da descontinuidade dos programas governamentais.

Essa, infelizmente, é uma constatação que nós fazemos neste instante, e que V. Ex^a, como Deputado, como Governador, e agora como Senador bem conhece. Quer na fixação dos preços, para as culturas da cana; quer no desenvolvimento de atividades industriais: quer, enfim, na execução de políticas que viabilizem esse setor tão importante para o País, sobretudo na época em que vivemos, caracterizada por uma grave crise energética e caracterizada pela necessidade que tem o País de gerar, crescentemente, produtos exportáveis.

Por isso, quero dizer a V. Ex^a que as suas palavras são extremamente adequadas, neste instante, em que o Governo está a concluir estudos voltados para a fixação dos novos preços da cana, do açúcar e do álcool. E aqui queríamos deixar um apelo, secundando a manifestação de V. Ex^a, no sentido de que o Governo fixe, efetivamente, preços remunerados para a atividade, para que os programas possam produzir os resultados que todos nós esperamos, inclusive o próprio Governo, porque são programas importantes para a economia nacional.

O Sr. Itamar Franco — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Ouço, com muita satisfação, o Senador Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco — Senador Marco Maciel, queria aproveitar o pronunciamento de V. Ex^a, quando defende maior incentivo à indústria álcool-química, e dentro do aspecto defendido do seu pronunciamento, falando necessariamente nas fontes renováveis de energia deste País; e é claro que aqui temos uma preocupação com o avanço da cana-de-açúcar, em detrimento à produção, por exemplo, do feijão e do próprio trigo; a cana-de-açúcar teve o maior aumento das culturas industrializáveis deste País, nos últimos tempos. Mas, o pronunciamento de V. Ex^a me chama a atenção para a seguinte: qual é o receio, Sr. Senador Marco Maciel, que tem por exemplo o Governo Federal em, às vezes, resistir ao avanço, particularmente dos bancos internacionais, da conjuntura internacional adversa, no nosso País, quando aqui mesmo, no Senado, a todo instante nós estamos escutando que, se o Brasil romper com o FMI, romper com a comunidade internacional, nós não teremos dinheiro para nos manter, durante mais de 20 dias, particularmente quanto ao problema relativo ao petróleo. Quando ouço um discurso como o de V. Ex^a, estudado, com uma profunda análise dos aspectos renováveis que o Brasil tem, percebe-se, Sr. Senador Marco Maciel, que esse temor do Governo é falso; que nós poderíamos resistir à comunidade internacional, poderíamos resistir aos banqueiros internacionais, nós não precisaríamos ter medo se amanhã dissessem que nós não teríamos dinhei-

ro para comprar o petróleo, porque teríamos como resolver o problema petrolífero. E V. Ex^a, no seu pronunciamento, aborda exatamente essa questão. V. Ex^a, neste instante, apresenta à Nação, apresenta ao Governo soluções que ele poderia ter para, realmente, romper com essa ordem internacional adversa que aí está. Esta é a indagação que faço a V. Ex^a: por que o Governo não reage? O que falta ao Governo? Qual é a timidez de agir nesse campo, se temos países com exemplos disso — é um exemplo típico no mundo — das suas fontes renováveis de energia? Desculpe-me o aparte, mas o pronunciamento de V. Ex^a me suscitou exatamente esta indagação. Nós podemos romper, não precisamos ter medo de não termos petróleo; temos como buscar fontes alternativas, nobre Senador Marco Maciel. Basta que tenhamos a coragem de redirecionar o desenvolvimento brasileiro. Era este o aparte que queria dar a V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL — Caro Senador Itamar Franco, concordo com V. Ex^a, pois, como, aliás, já foi referido por outros apartes, que o Brasil tem enormes potencialidades, no plano da geração de novas fontes energéticas, além das obtidas a partir de fontes fósseis.

Mas é evidente que esse é um trabalho que demanda tempo e, reconhecamos, já perdemos até algum tempo nesse setor. Mas, de toda sorte, é um trabalho que ainda vai exigir muito de pesquisa, muito de experimentação e muito ainda, de investimentos financeiros.

Por isso, se me afigura importante neste instante, que continuemos a manter as políticas adotadas com relação à compra de petróleo no exterior, porque, infelizmente, o Brasil ainda depende — e depende em largas porções, aproximadamente dois terços do que consome — da aquisição de recursos fósseis do exterior.

Por isso, digo a V. Ex^a que somente em parte eu posso acolher as palavras que V. Ex^a vem de proferir mas espero que com o desenvolvimento das atividades e com os estímulos que o Governo possa continuar dar a esse setor, nós possamos brevemente obter a nossa independência energética.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Para o Nordeste, de modo especial, este programa representará a sobrevivência da atividade canavieira, que apesar de suas precárias condições econômico-financeiras atuais, é responsável por grande parte da atividade nas áreas mais habitadas de cinco Estados da Região nordestina.

Impõe-se, por conseguinte, que o Governo Federal assegure ao PROÁLCOOL o apoio e impulsos de que carece — reconhecidamente um dos mais bem sucedidos programas no setor, em todo o mundo.

Ao lado disso, é imperioso o estabelecimento de uma definida, articulada e clara política para a alcoolquímica como se fez, repita-se, com a petroquímica, cujos resultados foram tão positivos e são, ainda, cada vez mais promissores.

O Sr. Mário Maia — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Ouço V. Ex^a, meu caro Senador Mário Maia.

O Sr. Mário Maia — Nobre Senador Marco Maciel, V. Ex^a, nesta tarde, aborda um dos mais importantes problemas nacionais. Aliás, é da singularidade de V. Ex^a abordar, nas mais devidas oportunidades, assuntos de alta relevância para o nosso País e o desenvolvimento de nossa estrutura social e econômica. Nesta tarde, V. Ex^a nos brinda com estudo que faz das alternativas energéticas. Nós estamos inteiramente de acordo com V. Ex^a e, como uma voz talvez isolada da Oposição, estamos também ao lado de V. Ex^a para incentivá-lo a continuar nesta senda, porque entendemos que nós, com a extensão territorial que temos, podemos perfeitamente dispor de uma área que não é tão grande assim; pelos cálculos já

feitos, pelos vários estudos oferecidos pelos técnicos no assunto, é uma área não superior ao Estado que tenho a honra de representar nesta Casa, o Estado do Acre, cerca de 150.000 km², é bastante para comportar uma lavoura de cana-de-açúcar e de mandioca suficiente para as necessidades energéticas de álcool para todo o País, e ainda sobrar alguma coisa. Desde quando alisávamos os bancos escolares ginasianos, que ouvíamos falar sobre o problema do álcool e até de carros. Nos idos de 1930, houve corridas de carros, no Brasil, movidos a álcool. Mas, infelizmente, pelo preço muito baixo do petróleo, naturalmente, não houve chance de se desenvolver esse aproveitamento alternativo de energia. Entretanto, no presente momento, nós não podemos mais esperar por nada, porque todos os estudos feitos, mundialmente conhecidos, como V. Ex^a acaba de evidenciar, mostram que os energéticos derivados dos hidrocarboneto, derivados de fósseis, têm um limite de tempo, estão próximos a terminar; alguns até mesmo acham que no ritmo em que nós vamos na extração do petróleo mundial, dentro de 35 ou 45 anos, não teremos mais essa fonte de energia para tocar as várias atividades humanas. Então, é hora! Não sei porque o Governo ainda não se decidiu a traçar uma meta com tempo determinado para se chegar a ela, para nós nos tornarmos auto-suficientes e completamente independentes de outras fontes de energia tipo petróleo; não só do álcool, como V. Ex^a fala, como de outras fontes alternativas, como os derivados da biomassa: a cana-de-açúcar, a mandioca que, na expressão nossa de nortistas, dá em qualquer parte deste País. Se V. Ex^a planta lavouras de cana no Acre e no Rio Grande do Sul, obtém os mesmos resultados; passando pelo seu Nordeste árido, até a Região Centro-Oeste do Mato Grosso e Goiás, dá a cana-de-açúcar com uma produtividade muito grande. Igualmente, com a mandioca, que dá no Rio Grande do Sul, dá no Acre, dá no Nordeste, dá em Mato Grosso. Então, se nós dispomos de alguma coisa que a natureza nos oferece — e são fontes renováveis de energia, não é como o petróleo, que é uma fonte esgotável —, nós podemos usar essas fontes alternativas de energia indefinidamente. Vamos melhorando a tecnologia do plantio da gramínea e da eufobiácea, que é a nossa mandioca. Gostaria de concluir o meu aparte, chamando atenção de V. Ex^a para o seguinte fato: neste exato momento, estamos no mês de agosto. Veja bem V. Ex^a como nós, brasileiros, somos perdulários, nós estamos montados em cima de riquezas incommensuráveis e, às vezes, nem notamos; e, quando notamos, nos damos ao luxo de usá-la da maneira mais perdulária possível. Nobre Senador, a biomassa vegetal da Amazônia, neste mês de agosto, se V. Ex^a fizesse ou conseguisse fazer um sobrevôo sobre a Região Amazônica, em várias áreas do Estado do Pará, do Estado do Amazonas, mesmo aqui no norte de Goiás, de Mato Grosso e no meu Estado do Acre, V. Ex^a veria um espetáculo dantesco: as matas sendo queimadas depois de derrubadas. Gigantes milenares de árvores são derrubadas irresponsavelmente, com o fim único de desocupar o espaço, madeiras de alto valor sendo derrubadas simplesmente a moto-serra, e não mais a machado, para serem queimadas e nada mais. Queimadas para desocupar o espaço e, naquele espaço onde se acabam de queimar alguns hectares de uma riqueza fabulosa, transformando em rolos de fumaça, que sobem ao céu aquela riqueza enorme, para, naquele solo, depois de causticado, transformado em cinzas, jogar algumas sementes — e olhem lá, quando são jogadas algumas sementes — de feijão, de arroz, algumas manivas de mandioca para uma lavoura de subsistência. Quer dizer, queima-se uma riqueza enorme, queimam-se dólares, fazem-se verdadeiras fogueiras de dólares vegetais, para depois jogar alguns vis cruzeiros em sementes de arroz, de feijão e milho, que duram simplesmente 3 meses. Uma vez tirada aquela lavoura, brota a capoeira, o mato. então, nós temos que direcionar a nossa exploração da natureza, de forma a preservá-

la, porque essas fontes, aos séculos e aos milênios, também se tornarão esgotáveis se a nossa inteligência continuar abusando da natureza. Quero congratular-me com V. Ex^a neste discurso que faz nesta tarde, e dizer que estamos ansiosos para que a política do Governo determine uma meta para que possamos ter terminais energéticos tirados, pelo menos atualmente, da cana-de-açúcar e da mandioca. Atualmente, uns bilhões que a PETROBRÁS está gastando na pesquisa e na prospecção do petróleo, que não sabemos se existe ou onde existe, em que profundidade existe — não somos contra, mas acho que a oportunidade não é esta. Nós podemos tomar fôlego, nos equilibrar economicamente, dominando a energia do álcool, extraído da biomassa, e quando tivermos suficientes recursos vamos continuar as prospecções e buscar petróleo na profundidade em que ele estiver. Mas fica como reserva, por hora, porque, por hora, não sabemos bem onde está o petróleo no Brasil, mas temos absoluta certeza de onde podemos cultivar a cana-de-açúcar e a mandioca em todo o território nacional, do Acre até o Rio Grande do Sul, do seu Estado de Pernambuco até o nosso Estado de Mato Grosso. Muito obrigado a V. Ex^a, pela atenção ao meu aparte.

O SR. MARCO MACIEL — Caro Senador Mário Maia, ouvi com muita atenção o aparte de V. Ex^a e quero dizer que concordo com suas palavras quando afirma ter o País enormes potencialidades no plano da biomassa. E também quando V. Ex^a lembrou que são enormes as fronteiras econômicas ainda a ocupar em nosso País. Praticamente nós temos áreas enormes ainda a explorar, quer no Oeste quer no Leste, porque, inclusive, não tenho dúvidas de que no nosso Leste — no mar — nós temos com certeza muitos recursos a explorar.

Há um relatório famoso sobre as possibilidades de petróleo no Brasil. É o Relatório Link, que, quando divulgado, causou uma enorme polêmica. Talvez poucas pessoas se aperceberam do fato de que esse relatório não era tão pessimista quanto se propagou a princípio. Porque, na realidade, o que ele negava era a existência de possibilidades maiores de petróleo no território continental brasileiro, mas em momento algum negou as enormes possibilidades de petróleo na plataforma continental. E hoje o que estamos vendo é que a exploração do petróleo da plataforma continental já ultrapassa a do território e isso mostra que são muito amplas ainda as possibilidades inclusive de obtenção de energia a partir de fontes fósseis no País. Mas, ao lado disso, temos a possibilidade, graças à dádiva de Deus, de termos outras fontes extremamente importantes para debelarmos a crise energética, com a qual nos defrontamos. Fontes, inclusive renováveis, e, o que é muito importante nos dias de hoje, não poluentes. Por isso acho que desde que haja planos corretos e determinação, o Brasil poderá dar um exemplo ao mundo, vencendo com galhardia a crise energética com a qual nos defrontamos.

O Sr. Marcondes Gadelha — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Com prazer.

O SR. MARCONDES GADELHA — Senador Marcos Maciel, quero parabenizá-lo por este importante discurso, este discurso patriótico...

O SR. MARCO MACIEL — Muito obrigado.

O Sr. Marcondes Gadelha — ... com que V. Ex^a suscita duas questões fundamentais de nosso desenvolvimento. Eu diria que V. Ex^a descobre os pés de barro do gigante: tecnologia e energia. E V. Ex^a faz, com muita propriedade, um esforço para caracterizar o Nordeste como um possível pólo energético do futuro. Realmente, Senador Marcos Maciel, temos disponibilidades de combustíveis fósseis, conforme está provado, tanto em terra firme,

como na plataforma continental; temos uma ampla utilização da biomassa com know-how próprio, com know-how nacional, que está sendo utilizado inclusive, em outros países. Mas queria que V. Ex^a não esquecesse, também, dentro desse elenco de preocupações, é a possibilidade de utilização da energia solar no Nordeste, não apenas no que diz respeito à conversão direta, mas também em relação ao efeito fotovoltaico que, infelizmente, tem sido esquecido nas nossas preocupações. A maioria dos países tem avançado consideravelmente nesse ponto, nobre Senador Marco Maciel e o Vale do Silício, na Califórnia, não é apenas um pólo informático, é também um ponto de utilização do silício para baterias solares. O Japão tem avançado, extraordinariamente, nesse ponto e nós, no Nordeste, temos também avançado alguns pontos, particularmente na Paraíba, onde temos um laboratório de energia solar que, lamentavelmente, não tem recebido os recursos necessários para essa operação que eu diria fundamental. O que é que vai dar na ponta desse processo todo, nobre Senador? Vai dar o combustível do futuro, que é o hidrogênio. Através de energia solar, através de eletrólise da água, nós teremos o combustível do futuro, combustível inesgotável, combustível leve e, sobretudo, não poluente. Todos os processos intermediários de armazenamento já estão resolvidos. A grande crítica que se fazia ao hidrogênio é de ser extremamente explosivo mas, agora, o hidrogênio já está sendo armazenado sob forma de hidretos metálicos que dão uma segurança muito grande no transporte e no armazenamento. Nós temos que avançar por essa direção, pela utilização da biomassa, como V. Ex^a propõe, pela utilização dos combustíveis fósseis mas, também, temos que fazer um esforço muito grande para transformar o nosso eterno "adversário", o nosso, por assim dizer, "inimigo", o Sol, no grande aliado no processo de desenvolvimento do Nordeste. Nós podemos extrair do Sol todas as nossas necessidades energéticas e, efetivamente, utilizar o que tem sido um fator de atraso e transformá-lo no nosso grande aliado do futuro, na superação dos problemas do desenvolvimento.

O SR. MARCO MACIEL — Nobre Líder, Senador Marcondes Gadelha, eu já tive a oportunidade de visitar o Laboratório de Energia Solar existente em seu Estado e pertencente à Universidade Federal da Paraíba. Lá de fato, se desenvolvem pesquisas interessantíssimas, com relação às possibilidades de utilização dessa chamada fonte subsidiária de energia. E o que me impressiona, a nós, que somos do Nordeste e sabemos quão é abundante o sol naquelas plagas, e quanto são positivas as experiências que se estão realizando.

O seu Estado, a Paraíba, é talvez, um dos Estados de maior insolação no nosso País. Estudos que certa feita tive oportunidade de ler, indicam que há determinadas regiões no seu Estado, que se caracterizam por serem regiões de insolação permanente, que chegam a acusar mais de 300 dias de sol-ano. E, por isso, acredito que estudos desse tipo, certamente, darão, uma enorme resposta e trarão para o País enormes vantagens, porque essa é, de fato, uma característica sobretudo dos chamados países tropicais, que os outros — os de clima temperado — não possuem, os de clima temperado. Por isso, acredito, referendando a opinião de V. Ex^a, que nós poderemos também nesse plano fazer enormes progressos. E, ao finalizar as considerações sobre o seu aparte, desejo afirmar a V. Ex^a, que concordo com o seu ponto de vista, agora expandido, de ser o hidrogênio a grande fonte energética do futuro. De fato, o hidrogênio que até então não estava sendo usado por dificuldades tecnológicas, agora, vencidas essas dificuldades, pode se caracterizar como a grande fonte do futuro e, com a característica, como ocorre com algumas outras novas fontes energéticas, que é a de não ser poluente e de ser, igualmente, renovável e, mais do que isso, extremamente abundante, em todo o nosso planeta.

Para o Nordeste, no processo do desenvolvimento da alcoolquímica, ao lado de vantagens locais para exportação de muitos de seus artigos e das enormes repercussões sócio-econômicas, sopesam outros fatores extremamente positivos. Em largas porções de seu litoral há a terra apropriada do massapê, insolação constante, chuvas copiosas de que necessita a cana para uma boa maturação. E ainda: o homem experiente, vivido, há séculos, nos mistérios e nas exigências da lavoura, nos meandros do fabrico do açúcar, melão, álcool e outros derivados, e na sua comercialização.

Ouçõ o nobre Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva — Nobre Senador Marco Maciel, eu quase que estava preferindo ouvir o restante do discurso de V. Ex^a, porque vejo que o tempo está se esgotando e o discurso que V. Ex^a faz nesta tarde é algo que traz uma contribuição inestimável à nossa causa do Nordeste e do Brasil. Eu queria apenas fazer uma lembrança, acrescentando a tudo o que V. Ex^a disse, que eu concordo plenamente, a começar pelo álcool a partir da cana, e o Estado de V. Ex^a é o maior produtor daquela região, eu lembraria que Deus ajuda o Nordeste exatamente com o Sol, com o que botou lá. V. Ex^a tem conhecimento de que, quando estive na Presidência da EBTU, fizemos convênio com a Universidade do Ceará, inclusive com a da Paraíba, para a exploração de energia não convencional, e uma delas foi o óleo que se pode extrair do marmeleiro. V. Ex^a conhece o marmeleiro agreste; é um invasor. Agora, vim hoje mesmo de Belo Horizonte, onde estamos fazendo uma pesquisa neste mesmo rumo e o marmeleiro dá 4%, a grosso modo, de óleo mineral, muito mais do que pode dar o xisto, que dá um e meio ou dois. Então, só o óleo mineral que se pode extrair do marmeleiro, daria serviço a milhares de pessoas para cortar os marmeleiros; e não há quem acabe com eles, V. Ex^a sabe. Do restante da madeira que sobra, extraídos os 4 ou 5% de óleo, pode-se fazer álcool, carvão, que hoje custa 200 dólares uma tonelada de carvão de madeira para exportar. Queria só lembrar que no Nordeste existem 6 milhões de hectares de marmeleiros nativos e agrestes nas piores terras. Talvez o marmeleiro todo transformado em óleo, e a massa resultante de madeira transformada em carvão, já fosse suficiente para garantir a independência do Nordeste, em termos energéticos. Grato a V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL — Agradeço a V. Ex^a, caro Senador Alberto Silva, por trazer uma outra demonstração de quão significativas as possibilidades de utilização de energia a partir da biomassa.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Ouço agora, agradecendo o aparte de V. Ex^a, o nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins — Desejo, nobre Senador Marcos Maciel, congratular-me com o discurso de V. Ex^a. Estou de pleno acordo em que o País tem que aproveitar as suas próprias oportunidades, as suas próprias possibilidades. No campo da energia renovável nós somos privilegiados. Há uma infinidade de alternativas, citadas algumas delas por V. Ex^a. Pena que disponhamos de tecnologia de ponta apenas no campo da produção de álcool, ou de energia renovável oriunda da cana, da mandioca ou do amido e celulose, já com início para a área de metanol, mas não dispomos, realmente, de tecnologia de ponta para o hidrogênio, nem para a fusão nuclear, realmente, nem para a carboquímica, esta é uma das grandes possibilidades do futuro. Como há bilhões de toneladas de carvão no mundo, há, hoje, uma tendência de transformação do carvão em petróleo, e isso abriria uma outra oportunidade para o ciclo do petróleo. O único cuidado — que eu aqui sugeriria a quem analisasse o discurso de V. Ex^a, que é de suma importância para o País — é que se anali-

sem bem essas alternativas. Se instalarmos um processo de energização do País, com base no álcool, estaremos sujeitos a ter, dentro de um período determinado, as nossas instalações obsoletas, já que o mercado pode oferecer propostas mais consistentes do que esta. No momento, não vislumbro tanta dificuldade, mas é possível que num prazo mais longo esta possa surgir.

O SR. MARCO MACIEL — Nobre Líder, Senador José Lins, agradeço o aparte de V. Exª e as considerações que fez sobre as alternativas de que dispõe o País e também as dificuldades, inclusive dificuldades financeiras para que bem possa explorar essa pletora, essa enorme massa de alternativas energéticas de que dispõe o País, graças, inclusive, ao seu enorme e diversificado território.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, gostaria de, antes de concluir minhas palavras, dizer que é necessário, por todas as razões, sugerir o Poder Executivo estimule crescentemente esse segmento tão importante, e, de modo particular, para a região nordestina, adote ou agilize, entre outras, as seguintes medidas:

a) Dinamização do PROÁLCOOL, ampliando-se-lhe as dotações financeiras e agilizando-se a liberação de recursos já consignados contemplando-se todo o setor, buscando-se, inclusive, os votados a evitar os estrangulamentos ainda existentes face à precariedade do sistema de armazenagem e distribuição do álcool produzido.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — A Presidência prorroga a sessão por mais 5 minutos, de ofício, tendo em vista que o prazo da mesma já se esgotou.

O SR. MARCO MACIEL — Agradeço, Sr. Presidente, o gesto de V. Exª

b) Concessão de prioridade pelo CDI — Conselho de Desenvolvimento Industrial — do Ministério da Indústria e do Comércio, aos projetos viáveis com a consequente outorga de incentivos fiscais e financeiros previstos na legislação vigente;

c) Apoio a FIBASE, do BNDES, e de outras instituições financeiras à capitalização de empresas privadas nacionais que venham a executar projeto no setor;

d) Realização de adequados e permanentes freqüentes estudos e análises de identificação de processamentos alcoólicos prioritários na região, a serem desenvolvidos pelo Ministério das Minas e Energia, através da PETROBRÁS ou suas subsidiárias, como a PETROQUISA, por exemplo.

Tudo isso sem contar com as indispensáveis medidas no plano da infra-estrutura física — como estradas, mormente as vicinais — e social, com vistas a melhorar a condição das populações da zona canavieira — através de ações no setor de educação, habitação, saúde, nutrição, previdência etc — conforme programa, acertadamente lançado pelo Governo João Figueiredo, executado pela SUDENE em cooperação com os Estados envolvidos.

Senhor Presidente,

Senhores Senadores:

Cremos ter os argumentos que, perfunctoriamente, acabamos de alinhar, dado uma mostra das imensas possibilidades da alcoolquímica no nosso País.

Cabe-nos, agora, exortar a Nação, por intermédio dessa Casa, para examinar as potencialidades que se oferecem nesse campo e chamar, também, as atenções do Poder Executivo para as perspectivas que permencem abertas, em época de tantas dificuldades.

Certos ficamos, porém de que a história saberá nos premiar, se acertarmos, com um futuro de desenvolvimento harmonioso, em bases sólidas, e de tranquilidade social, mas, igualmente, de que não teremos desculpas, ante a posteridade, se, em hora tão grave, deixarmos oportunidades fugirem de nossas mãos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER (PMDB — MT. Pronúncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O motivo destas minhas palavras, Sr. Presidente, Srs. Senadores é transmitir o apelo do povo de Mirassol — D'Oeste e portanto de uma parcela de Mato Grosso, ao Sr. Presidente do IBC (Instituto Brasileiro do Café) no sentido de ser instalado naquela cidade um Escritório do referido Instituto.

O Deputado Samuel Greve, legítimo representante, do povo de Mirassol D'Oeste é quem me transmitiu a solicitação, objetivando poder eu levar ao Digno Presidente, Dr. Octávio Rêinbo Neves a aspiração daquela localidade.

É natural que Mirassol D'Oeste deseje ter o Escritório, pois, ali é capital de uma região produtora de café. A estimativa de 1983 é de hum milhão de sacas.

Transcrevo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a justificação do pedido, formulado pelo nobre Deputado Samuel Greve que melhor do que eu explica a situação dos agricultores e produtores da área. Ao apelo do Deputado Samuel Greve, somo o meu com a esperança que sejamos ouvidos pelo dinâmico Presidente do IBC (Instituto Brasileiro do Café).

“O motivo justo e oportuno da presente prende-se ao fato de Mirassol D'Oeste ser elevada a Comarca e ter sob sua jurisdição os municípios de Quatro Marcos, Araputanga, Jauru e Pontes e Lacerda e ser todas estas regiões produtoras de Café.

Para se ter uma idéia, segundo dados estatísticos, esta região em 1979 já possuía 11.000 Has. de plantio para uma produção de 19.250 toneladas de café, sendo que, está estimada para a safra de 1983 uma produção de hum milhão de sacas, fazendo com que o café seja a principal economia desta rica região.

Sendo uma região voltada para o desenvolvimento da cafeicultura, Mirassol D'Oeste já tem por merecer um escritório de representação do IBC, pois a falta deste Órgão dificulta os produtores para obtenção de documentos exigidos por este Instituto e, quando tem que lançar mão de um registro da lavoura, guias para transporte e demais documentação pertinentes ao produto, obrigatoriamente se locomovem até outras cidades distantes, trazendo com isto perda de tempo e gastos irreparáveis ao lavrador, tendo em vista ainda que o café sendo a base econômica de exportação é por demais fiscalizado e as vezes os produtores não possuem os documentos exigidos, causando sérios problemas a nossa economia.

Ante o exposto, peço encarecidamente aos nobres pares a unanimidade do pedido, por ser justo e oportuno.”

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Pronúncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Sirvo-me desta tribuna para emprestar meu total apoio à Associação de Docentes da Universidade Federal da Paraíba, em Campina Grande, que vem constantemente sendo ameaçada por elementos não identificados, tentando intimidar os membros daquela Associação chegando mesmo a invadir o campus e até indo à inviolabilidade do lar atemorizando o Professor Wagner Batista, Diretor-Executivo da Associação.

Não se pode conceber permaneça esse clima de insegurança que vem pairando em Campina Grande provocado por elementos inescrupulosos que procuram levar o pânico à comunidade campinense, atingindo-se inclusive à imprensa, às autoridades religiosas e chegando até ao ataque ao Poder Judiciário.

A sanha desses elementos arbitrários precisa imediatamente ser contida pelas autoridades constituídas, de Campina Grande, para que se ofereça à população e aos segmentos mais representativos daquela cidade, a paz e a tranquilidade a que têm direito.

Infelizmente, ainda não desapareceram de nosso País grupos radicais que, ainda com o ranço daqueles dias mais negros por que passamos, teimam em querer manter um clima de arbitrariedades, não se conformando que possam subsistir pessoas ou entidades que defendam o livre exercício da democracia e que propugnem pelo respeito aos direitos humanos.

Por isso, os fatos de Campina Grande. Tanto a Associação de Docentes da Universidade Federal da Campina Grande, como a Comissão de Justiça e Paz dessa cidade e mais as maiores expressões da comunidade religiosa têm sempre atentas a qualquer desrespeito à dignidade humana. Mas essa posição, à avidez, não está agradando a alas radicais, daí, as perseguições, as arbitrariedades de que tem sido palco Campina Grande.

Passo a transcrever o documento que a Associação de Docentes da Universidade Federal da Paraíba, de Campina Grande, e, a Comissão de Justiça e Paz encaminharam à Secretaria de Segurança Pública do Estado, em razão dos fatos apontados.

Eis, na íntegra, o documento:

“A Comissão de Justiça e Paz e a Associação de Docentes da Universidade Federal da Paraíba, Campus de Campina Grande, vêm de público denunciar, mais uma vez, o clima de absoluta insegurança que reina na cidade, ao atingir agora o Campus da Universidade Federal da Paraíba, que na manhã do dia 9 do corrente mês foi acintosamente invadida por um veículo Fiat, cor amarela, chapa BC-4298 CG, ocupada por pessoas não identificadas, mas de atitudes suspeitas que, a pretexto de falar com um professor desta escola, na verdade procurava intimidar um dos membros da diretoria da Associação de Docentes, rondando posteriormente a sua residência.

Esse fato — prosegue a nota — prontamente comunicado à Pró-Reitoria de Interior e às autoridades competentes de Campina Grande, revela a completa insegurança e intranquilidade em que vive a comunidade campinense, onde as ameaças deste tipo são feitas desde à Imprensa, autoridades religiosas e chegam a atingir o próprio Judiciário.

Ao fazermos esta denúncia — conclui a nota — queremos reiterar o nosso mais veemente protesto contra essa onda de violência que grassa nesta cidade, exigindo providências que venham coibir o crime organizado e garantir a integridade física da população, já tantas vezes ameaçada.”

Senhor Presidente, Senhores Senadores:

Estou convicto que o Governo da Paraíba há de apurar de onde partem essas ameaças à população de Campina Grande. Há de oferecer à Associação de Docentes da Universidade Federal da Paraíba as necessárias garantias aos seus componentes para que possam bem exercer os direitos que lhes são inerentes. Há de garantir o Poder Judiciário e as autoridades religiosas contra elementos inconformados com as corretas posições que vêm assumindo esses importantes segmentos da sociedade campinense na defesa dos direitos humanos.

Endosso, plenamente, o apelo que me foi feito por Campina Grande e espero que se ponha cobro às atitudes radicais denunciadas, penalizado, devidamente, seus autores.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Câmara Municipal de São Fidélis aprovou, por unanimidade, requerimento do Vereador Aurênio Carneiro, no sentido de encaminhar-se ofício do Sr. Vivaldo Barbosa, Secretário de Justiça do Rio de Janeiro, solicitando-lhe a instalação do 6º Distrito daquela cidade fluminense, criado pelo Decreto-lei nº 6.178, de 29 de outubro de 1968, portanto há cerca de quinze anos.

Sucederam-se os governos estaduais e, até agora o Distrito de Ernesto Machado não foi instalado, embora se trate de uma das mais importantes zonas de São Fidélis, desenvolvendo intensa atividade no setor agropecuário, principalmente no cultivo da cana-de-açúcar, na produção e comercialização de cereais, de banana e de goiaba, transportadas em grande escala para as fábricas de doces de Campos.

Ernesto Machado preenche todos os requisitos exigidos para que se proceda à instalação do 6º Distrito de São Fidélis, tão longamente esperada e dependendo de providência meramente burocrática da Secretaria de Justiça fluminense.

A população do Distrito, nessa longa espera, multiplicou esforços pelo desenvolvimento local, dedicando-se a novas atividades além das tradicionais da pecuária e da agricultura, investindo recursos na pesca, enquanto ampliar as lavouras, aumentando a produção de leite e carne.

A Vila de Ernesto Machado, situada na margem direita do rio Paraíba do Sul, já dispõe de rede de água potável, Grupo Escolar, Jardim de Infância, apreciável atividade comercial, com modernas residências no perímetro urbano. Por isso mesmo, a população está lutando para a implantação do curso normal, que iniciaria o desenvolvimento do ensino do segundo grau.

Mas a falta de um Cartório e de um Juizado de Paz ocasiona sérios problemas para os habitantes da Vila, obrigados, constantemente, a abandonar suas atividades diárias, para dirigir-se à sede do Município ou ao 2º Distrito, para procurar, no caso de casamento ou óbito, certidões e registros necessários.

Criado o 6º Distrito por ato do Governador Geremias de Matos Fontes, as administrações estaduais que o sucederam não deram cumprimento à instalação do mesmo, com a criação do respectivo Cartório e Juizado de Paz, quando há número suficiente de feitos a justificar a medida.

Queremos, nesta oportunidade, endereçar um apelo ao Secretário de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no sentido de ultimar as providências que resultam na instalação do Distrito de Ernesto Machado, em São Fidélis.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando, para a sessão ordinária de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 1982 (nº 3.826/80, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo

PARECER, sob nº 627, de 1983, da Comissão — de Legislação Social, favorável, com voto vencido, em separado, do Senador Gabriel Hermes.

2

Votação, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 77, de 1981 — Complementar, de autoria do Senador Franco Montoro, que cria, nas regiões metropolitanas, o Conselho Administrativo constituído pelos Prefeitos e por representantes das Câmaras Municipais, modificando a Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973, tendo

PARECER, sob nº 740, de 1983, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 100, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 523, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Cavalcante (GO) a elevar em Cr\$ 11.290.000,00 (onze milhões, duzentos e noventa mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 524 e 525, de 1982, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Municípios, favorável.

4

Votação, em turno único, do Requerimento nº 753, de 1983, do Senador Aloysio Chaves, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 139, de 1980, de sua autoria, que dá nova redação ao art. 836 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho.

5

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 39, de 1983, de autoria do Senador Pedro Simon, que autoriza o Poder Executivo a conceder um abono de emergência de 70% (setenta por cento) para os servidores públicos federais, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 739, de 1983, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

6

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1983, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que estabelece critério e limite para os reajustes dos preços de ingressos de jogos de futebol, tendo

PARECER, sob nº 738, de 1983, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 28 minutos.)

PORTARIA Nº 750, DE 1983

O Primeiro Secretário, no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com o disposto no artigo 481, §§ 3º e 4º do Regulamento Administrativo do Senado Federal,

resolve designar Antonio Carlos Simões, Assessor Legislativo, Fernando Silva de Palma Lima, Assessor Legislativo, e Mário Sérgio da Silva Martins, Técnico Legislativo, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito incumbida de apurar os fatos constantes no Processo nº 005973 83 0.

Senado Federal, 18 de agosto de 1983. — **Henrique Santillo**, Primeiro-Secretário.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Criada com o objetivo de investigar problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro.

4ª Reunião, realizada em 19 de abril de 1983.

Aos dezanove dias do mês de abril de mil novecentos e oitenta e três, às dez horas, na sala de reuniões da Comissão de Economia, presentes os Senhores Senadores Almir Pinto, Claudionor Roriz, Mário Maia, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada com o objetivo de investigar problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores João Lobo, Marcondes Gadelha, Murilo Badaró, Eunice Michiles, Hélio gueiros, Jaison Barreto.

Havendo número regimental o Senhor Presidente, Senador Mário Maia declara abertos os trabalhos.

O Senhor Presidente solicita ao depoente que proceda a leitura do juramento.

Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Dr. Jessé de Souza Montello, Presidente do IBGE, na qualidade de depoente.

Em seu depoimento, o Dr. Jessé de Souza Montello faz considerações sobre a situação demográfica brasileira e perspectivas futuras.

Logo após o término da exposição do Dr. Jessé de Souza Montello, o Senhor Presidente declara que será concedido a oportunidade as pessoas presentes, que não sejam parlamentares, de fazerem perguntas ao depoente.

Durante a fase interpelatória, usam da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores Senadores Almir Pinto, Claudionor Roriz, Mário Maia e a Senhora Deputada Irma Passoni, bem como o Senhor Caio Cezar Penna e a Senhora Ana Maria Mendonça.

Finalizando, o Senhor Presidente determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas em anexo a presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Edson Luiz Campos Ábrego, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA COM O OBJETIVO DE INVESTIGAR PROBLEMAS VINCULADOS AO AUMENTO POPULACIONAL BRASILEIRO, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO DR. JESSÉ DE SOUZA MONTELLO, PRESIDENTE DO IBGE, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CPIAP.

PRESIDENTE: SENADOR MÁRIO MAIA

RELATOR: SENADOR ALMIR PINTO

***ÍNTegra DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO.**

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Declaro aberta a 4ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através da Resolução nº 1, de 1983, a fim de investigar problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro.

Hoje, para esta reunião, temos o prazer e a honra de receber para depois o ilustre Dr. Jessé de Souza Montello, Presidente do IBGE. Esta Comissão sente-se honrada com a presença de S. Senhoria.

Passamos a palavra ao depoente para que, inicialmente, preste o juramento de praxe:

O SR. JESSÉ DE SOUZA MONTELLO

“Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento, sobre quaisquer fatos relacionados a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro”.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Com a palavra, o Dr. Jessé de Souza Montello.

Ano	População (bilhão de pessoas)	Taxa geométrica de crescimento anual %
1750	1,0	0,06
1850	1,3	0,44
1900	1,7	0,54
1950	2,5	0,77
1975	3,8	1,71
1980	4,1	1,71

O SR. JESSÉ DE SOUZA MONTELLO — Exmº Sr. Senador Mário Maia, Exmº Sr. Senador Claudionor Roriz, Exmº Sr. Senador Almir Pinto, demais membros da Mesa, Senadores desta Casa, meus colegas:

Vamos, inicialmente, fazer um estudo sobre a população mundial e, em seguida passaremos para a população brasileira.

Temos nesta projeção a população mundial, que no ano de 1750 era de 1,0 bilhão de pessoas e atualmente é de 4,1 bilhões e as taxas de crescimento são, como se vê na projeção e notem bem em torno de 1,71%, que aliás é a taxa mais alta que temos. Este é o panorama da população mundial. Existem no mundo cerca de quatro bilhões e cem milhões de pessoas.

Agora, vamos entrar na análise da evolução da população brasileira desde 1872 até 1980, como se vê nesta tabela 1. No primeiro censo, que data de 1872, tínhamos 9.930 mil pessoas; para 1980, o censo registrou 119.071 mil pessoas; e atualmente, a estimativa deve estar na ordem de 126,7 milhões de pessoas. A taxa média geométrica de crescimento anual tem sido variável. Mas, a partir de 1960, ela começou a decrescer, caindo de 2,99%, em 1960, para 2,49%, em 1980. Uma outra coluna apresenta a densidade demográfica hab/km²: em 1872 tínhamos 1,2 habitantes por quilômetro quadrado e, em 1980, apresentávamos 14,1 habitantes por quilômetro quadrado.

TABELA 1
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA — 1872-1980

Censos	População (1 000 hab)	Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual %	Densidade Demográfica (hab/km²)
1872	9.930	—	1,2
1890	14.334	2,01	1,7
1900	17.438	1,98	2,1
1920	30.636	2,88	3,6
1940	41.165	1,49	4,9
1950	51.942	2,39	6,1
1960	70.070	2,99	8,3
1970	93.139	2,89	11,0
1980	119.071	2,49	14,1

FONTE: IBGE — Censos Demográficos de 1872 a 1970; Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980.

Nesta outra transparência, vemos que a taxa média geométrica de crescimento anual, em 1981, é de 2,5%, superior às dos seis países mais populosos do planeta. A China com 1,2%; a Índia com 2,1%; a União Soviética, com 0,8%; os Estados Unidos, com 0,7%; a Indonésia com 2,0% e o Japão com 0,8%. Verificamos, assim, que o Brasil ainda apresenta taxa de crescimento populacional maior do que todos os países mais populosos do mundo.

TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DOS PAÍSES MAIS POPULOSOS — 1975-1980

Países	Taxa Média Geométrica de Crescimento (%)
China	1,2
Índia	2,1
União Soviética	0,8
Estados Unidos	0,7
Indonésia	2,0
Brasil	2,5
Japão	0,8

FONTE — Population Reference Bureau Inc. 1981.
World Population Data Sheet.

COMPONENTES DO CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA ENTRE 1840 e 1980

Período	Taxa Bruta de Natalidade (N)(%)	Taxa Bruta de Mortalidade (M)(%)	Crescimento Natural (N-M)(%)	Migração Líquida (I)(%)	Crescimento Total (N-M+I)(%)
1840-70	46,5	32,3	14,2	0,9	15,1
1870-90	46,6	29,5	17,1	2,0	19,1
1890-00	46,0	27,8	18,2	6,0	24,2
1900-20	45,0	26,4	18,6	2,2	20,8
1920-40	43,5	24,8	18,7	1,8	20,5
1940-50	44,4	20,9	23,5	0,4	23,9
1950-60	43,3	14,2	29,1	0,9	30,0
1960-70	38,7	9,8	28,9	0,0	28,9
1970-80	32,1	7,2	24,9	0,0	24,9

FONTE — Censos demográficos.

Neste outro quadro, que é bem interessante, veremos a maneira como se decompõe o crescimento da população brasileira, entre 1840 e 1980. De um lado, temos a taxa bruta de natalidade; de outro a taxa bruta de mortalidade, tudo em relação a cada mil habitantes. Temos no período 1840-1870, 46,5% de taxa bruta de natalidade; entre 1870-1890, temos 46,6%, e assim sucessivamente, até o decênio 1970-1980, que apresenta 32,1%. A taxa bruta de mortalidade foi no decênio 1840-1870 de 32,3% e no decênio 1970-1980 de 7,2%. A diferença entre a taxa bruta de natalidade e a taxa bruta de mortalidade nos dá a taxa do crescimento natural da população brasileira. Se nós acrescentarmos o saldo da migração líquida, ou seja, os que entram — os imigrantes — e os que saem — os emigrantes — vamos obter a taxa de crescimento anual total da população, que aqui está expressa por mil, e que corresponde a 24,9, por mil, ou a 2,49% a que me referi. É o mesmo valor médio para o decênio 1970-1980. Assim, temos de acrescentar à taxa de crescimento natural a taxa de migração líquida para obtermos a taxa de crescimento total. Aqui, é importante salientar dois fatos: que a taxa bruta de natalidade está diminuindo no Brasil. Podem os Senhores acompanhar que, no princípio, ela se manteve praticamente constante, mas começou a decrescer. Acontece também com a taxa bruta de mortalidade, que também está decrescendo e que o balanço entre as duas taxas, a partir de 1950-60, começou a decrescer. Ou seja, a diferença entre a taxa bruta de natalidade e a taxa bruta de mortalidade.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL E TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL Brasil — 1940-1980

Anos	Taxa de Mortalidade Infantil (%)	Taxa de Fecundidade Total
1940	160	6,16
1950	146	6,21
1960	122	6,28
1970	116	5,76
1972	112	5,45
1973	109	4,89
1976	98	4,26
1977	96	4,25
1980	93	4,19

FONTE: Anais do 2º Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP; IBGE. Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980.

Agora, vamos ver por que a taxa de natalidade está decrescendo. Ela é resultante do fato de que a taxa de fecundidade da mulher brasileira está decrescendo. Essa taxa de fecundidade representa o número médio de filhos tidos por uma mulher durante toda a sua vida produtiva, que vai dos 15 anos até os 49 anos. Nesse intervalo, o número médio de filhos nascidos dessas mulheres é exatamente o que vemos aqui no quadro. Era 6,16, em 1940, agora estamos com 4,19. Portanto, o número está decrescendo. Esse decréscimo é importante, porque resulta de vários fatos: primeiro, o desenvolvimento econômico concorre para que haja decréscimo na taxa de fecundidade total da mulher brasileira; segundo, os anticoncepcionais também têm contribuído; em terceiro, a propaganda maior em termos de divulgação desses processos anticonceptivos; e ainda o rudimentar planejamento familiar que já existe em algumas famílias. Por exemplo, os meus filhos tiveram dois filhos e eu tive quatro filhos (Risos.).

Observa-se que já há um planejamento que vai sendo feito naturalmente; o que se verifica é que é preciso ampliar mais esse planejamento familiar.

É importante observar que a taxa de fecundidade decresceu. Chamo a atenção aqui para o fato de que a taxa

de mortalidade infantil é muito alta no Brasil, onde ela alcança 93 por mil, ou 9,3% das pessoas nascidas, no intervalo de 0-1 ano. Quer dizer, antes de completar 1 ano nós temos 9,3% ou 93 por mil como taxa de mortalidade infantil. É uma taxa muito alta mesmo.

TAXA ESPECÍFICA DE FECUNDIDADE POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO SEGUNDO GRUPOS DE IDADE — 1980

TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE

Especificação	Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural
TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL	4,19	3,50	6,09
15 a 20 anos	0,071	0,060	0,098
20 a 24 anos	0,202	0,173	0,279
25 a 29 anos	0,214	0,188	0,285
30 a 34 anos	0,169	0,144	0,243
35 a 39 anos	0,110	0,085	0,179
40 a 49 anos	0,036	0,025	0,066

Fonte: IBGE. Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980.

Temos um outro quadro bastante importante e sugestivo revelado pelas Tabulações Avançadas do Censo. É o desdobramento da taxa de fecundidade total, de 4,19%, que se pode decompor em duas taxas: uma, relativa à área urbana, e outra à área rural. A taxa urbana, notem que é um pouco mais da metade da taxa rural. É importante que tomemos conhecimento para verificar o que acontece. É claro que há um movimento de população muito importante, que vem do interior para a cidade e quando esse movimento se dá é claro que o processo de urbanização traz uma redução nessa taxa, de modo que, com o processo de urbanização tem-se uma taxa média entre a que existe na zona rural e a que existe na zona urbana, essa taxa média foi de 4,19%. E um dos meios dessa taxa diminuir resulta do processo de urbanização que foi muito acentuado no Brasil, a partir de 1940. Em 1940 nós tínhamos cerca de 30% da população na zona urbana e, em 1980, alcançamos 67% habitando as cidades. De forma que, nesse processo de urbanização é importante, também, que se analise e que se veja o seu reflexo sobre a taxa de fecundidade.

Agora, nós temos aqui as taxas específicas de fecundidade. Essas taxas representam a proporção de filhos nascidos das mulheres com as idades aqui indicadas. Por exemplo, de 15 a 20 anos 0,071, e 7,1% corresponde ao total de filhos tidos pelas mulheres de 15 a 20 anos. Também aqui vemos as taxas obtidas para as faixas etárias de 20 a 24 anos de 25 a 29 etc. O importante é verificar que essas taxas específicas de fecundidade crescem, até certo ponto e depois decrescem. Elas vão crescendo até 29 anos mais ou menos e depois decrescem. Isso acontece tanto na zona urbana quanto na zona rural. Apenas que na zona urbana essas taxas são menores do que na zona rural. Esse é também um fato importante de se verificar. O fato dessas taxas decrescerem e terem esse comportamento vai mostrar depois um problema que aparece quando nós projetamos a população para épocas futuras.

Agora nós temos aqui o que eu já chamei atenção dados sobre a mortalidade infantil. A mortalidade infantil reduziu-se bastante, mas ainda não alcançou o valor ideal. Esse valor aqui é um dos maiores valores observados na própria América Latina. Esse valor de 9,3%, ou 93%.

Além disso, já vimos que a mortalidade, em geral, diminuiu. A mortalidade diminuiu e, ao mesmo tempo, no-

tem que há um progresso do Brasil, que pode ser medido através dos Censos de 60, 70 e 80, onde vemos que no abastecimento d'água por exemplo, a rede geral, atendia 21,8%, dos domicílios em 1960. Em 1970, passou para 32,81% e em 80 para 53,23%. Então, houve um progresso; está havendo portanto no Brasil, implantação de um sistema adequado de abastecimento d'água. Isso é importante para reduzir a mortalidade. A mortalidade é reduzida não só pelos processos médicos, processos de higiene, como também sistemas adequados de abastecimentos d'água e instalação sanitária. Esses sistemas adequados de abastecimento d'água e instalação sanitária concorrem, muitas vezes, para a redução da mortalidade infantil mais do que qualquer providência médica que se possa realizar. Então, é importante que se tenha isto presente. E é importante que se olhe para esses números, que eles podem dar uma boa impressão do que aconteceu no Brasil entre 1960, 1970 e 1980. Por exemplo: instalação sanitária, rede geral. Nós tínhamos 13,13% em 1960 dos domicílios com rede geral, passamos depois para 13,15% em 1970, e quando foi em 1980 para 26,29%. Notem que há um progresso efetivo nas instalações sanitárias. A fossa séptica também está aumentando. Fossa rudimentar também. Há um encaminhamento no sentido de um melhor sistema de abastecimento d'água e de instalação sanitária. Isso também é importante para a mortalidade venha se reduzindo à proporção que o tempo passa.

Também temos aqui outros indicadores sociais importantes. A iluminação elétrica, por exemplo. A iluminação elétrica concorreu para a eletrificação do campo, e isso aqui resulta mais da eletrificação do campo do que nas cidades. Isso é importante porque a produção agrícola pode servir-se da iluminação elétrica e da energia elétrica.

Temos também os bens de consumo duráveis. Notem que os bens de consumo aumentaram em proporção. Estes dados indicam a proporção de domicílios que têm fogão, que têm rádio etc. No tocante as rádios eram 35% em 1960 passando para 76%, em 1980. Com relação a geladeiras, notem que de 11,62, em 1960, o número elevou-se a 49,5%, em 1980.

O número de domicílios com televisores cresceu de 4,6%, em 1960, para 24,1% e 54,9%, respectivamente em 1970 e 1980. E o de automóveis, passou de 9%, em 1970, para 22,4%, em 1980. Notem que essa década de 70 a 80

foi quando efetivamente o País progrediu do ponto de vista social, porque esses bens e essas utilidades todas serviram para um melhor nível de vida da população do Brasil.

Esse melhor nível de vida faz com que a mortalidade se reduza. A mortalidade vai-se reduzindo, também quando se ampliam as medidas higiênicas e as vacinações contra doenças transmissíveis e o que acontece quando a mortalidade diminui? Quando a mortalidade diminui a esperança de vida ao nascer das pessoas aumenta. Aqui temos uma série histórica mostrando que, em 1960 a esperança era de 41,53 anos. Ela foi aumentando e em 1980, está em 58,69. Ela já deve estar maior porque nós já estamos no início de 1983. Ela vai crescendo gradativamente com uma ampliação dos sistemas de abastecimento d'água e do aumento do nível de vida das populações.

Agora, notem bem uma coisa que é importante observar. É que os homens morrem mais rapidamente do que as mulheres, e isso pode ser visto através da esperança de vida. A esperança de vida é o número médio de anos que o homem deve viver a partir do nascimento. Notamos que esse número é menor para os homens do que para as mulheres. As mulheres têm uma esperança de vida bem maior e a diferença no Brasil é de 5 a 6 anos. Portanto as mulheres têm esta esperança de vida mais elevada do que a dos homens. Mas a esperança de vida, quer para os homens quer para as mulheres, está crescendo. E notem também que o crescimento já está alcançando a casa dos 61,96 anos para as mulheres, quase 62. Mas aos homens ainda está aquém; há uma diferença de cerca de 6 anos. É possível que essa diferença diminua entre os homens e as mulheres, porque as mulheres também estão entrando no mercado de trabalho.

Aqui há um problema que resulta no fato de haver diminuição, da mortalidade e redução da taxa de natalida-

de. Quando há uma redução da taxa de natalidade, que é resultante da redução da taxa de fecundidade da mulher brasileira, o que acontece é que a população envelhece. Há um envelhecimento natural da população brasileira, que resulta também de redução da mortalidade. O envelhecimento significa que há redução da proporção dos jovens e há aumento da proporção dos velhos, dos idosos. E isso vem acontecendo. Notem que, de 0 a 14 anos, a participação, que era de 42,67, em 1960, passou para 42,10 e 37,37, respectivamente em 1970 e 1980.

Isto aqui são percentagens em relação à população total. Então, notem que está decrescendo a proporção de jovens. Agora, vamos ver a proporção das pessoas idosas. De cinquenta e mais anos existia em 1950, 9,37%. Em 1960, 10,09%. Em 1970, 10,70% e em 1980 12,74%. Notem que isso se dá não só a partir da faixa de 50 anos e mais, como também com 60 e mais.

Tabela

ESPERANÇA DE VIDA AO NASCIMENTO, POR SEXO
Brasil — 1940-1980

ANOS	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCIMENTO (ANOS)		
	Ambos os Sexos	Homens	Mulheres
1940	41,53	39,02	44,19
1950	45,51	42,88	48,30
1960	51,64	48,82	54,64
1970	53,46	50,59	56,53
1973	54,64	51,73	57,75
1977	57,90	54,87	61,13
1980	58,69	55,64	61,96

Fonte: IBGE — Censos Demográficos de 1940 a 1970; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1973 a 1977; Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980.

Tabela

DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO, SEGUNDO
GRUPOS DE IDADE ESPECÍFICOS
BRASIL — 1950 a 1980

Grupos de Idade Específicos	População (%)			
	1950	1960	1970	1980
POPULAÇÃO TOTAL.	100,00	100,00	100,00	100,00
0 a 14 anos	41,86	42,67	42,10	37,37
15 a 49 anos	48,77	47,24	47,20	49,89
50 anos e mais	9,37	10,09	10,70	12,74
60 anos e mais	4,26	4,74	5,07	6,47
65 anos e mais	2,45	2,74	3,15	4,32
70 anos e mais	1,46	1,62	1,84	2,47

Fonte: IBGE — Censos Demográficos de 1950, 1960 e 1970; Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980.

Nota: População presente, em 1950, e população residente, a partir de 1960.

O crescimento de 4,26% para 4,74%, 5,07% e 6,47% na faixa dos setenta anos e mais acontece a mesma coisa.

Quer dizer, então, que está havendo um envelhecimento da população brasileira, ou seja, um aumento da proporção de pessoas idosas, enquanto que a proporção de jovens está se reduzindo. Isto tem consequências importantes no nosso seguro social, e como vimos é resultante

do fato de que a fecundidade está se reduzindo, a natalidade também e ainda a mortalidade. Quando isso acontece, em qualquer parte do mundo, há o envelhecimento da população, que é um fenômeno natural, que se dá em todas as populações do Mundo; desde que a taxa de fecundidade decresça, vamos ter, como consequência, o envelhecimento da população. É claro que é um fenômeno de longo prazo, e não de curto prazo. Mas, apesar disso, a nossa população está envelhecendo ainda muito gradativamente, não é muito acentuada, e essa gradação

é importante para que o País possa ajustar-se bem às suas consequências.

Passemos agora a estudar a população economicamente ativa. Essa população tem duas componentes: as pessoas que estão trabalhando e as que estão procurando trabalho, o total dessas duas componentes é a população economicamente ativa, ou força de trabalho ou, abreviadamente, PEA. Quer dizer, a PEA — população economicamente ativa — no Brasil, assumiu os valores a seguir discriminados:

Tabela 10-A
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)
Brasil

PEA						
Ano do	Total		Homens		Mulheres	
Censo	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
1950	17.117	100,00	14.610	85,35	2.508	14,65
1960	22.750	100,00	18.673	82,08	4.077	17,92
1970	29.557	100,00	23.392	79,14	6.165	20,86
1980	43.797	100,00	31.758	72,50	12.039	27,50

Em 1950, era de 17.117.000, em números redondos, depois passou para 22 milhões e 750 mil; depois, em 1970, passou para 29 milhões e 557 mil e, em 1980, para 43 milhões e 797 mil.

O crescimento da população economicamente ativa é função do desenvolvimento do País. Em conferência, que realizei em 1975, na Escola Superior de Guerra, mostrei o seguinte: que todas as vezes que o PIB — Produto Interno Bruto — cresce de 1%, o crescimento na força de trabalho era de 0,42%. Esse é um resultado que permite saber que, quando o PIB cresce a determinada taxa temos a taxa de crescimento correspondente na força de trabalho ou na população economicamente ati-

va. A cada 1% do PIB corresponde 0,42% na PEA. De 1% de crescimento do PIB, ou de investimentos, corresponde um crescimento da população economicamente ativa, que é de 0,42%.

Esse resultado, que eu havia previsto em 1975, usando dados de 1973, nessa conferência que se intitulava Panorama do Setor Terciário na Economia Brasileira, foi confirmado ultimamente pelo IPEA, através do Centro Nacional de Recursos Humanos, que mostrou que ao crescimento de 1% do PIB corresponde um crescimento de 0,4% da força de trabalho. Os meus resultados foram que 1% do PIB correspondia a 0,42%, que é praticamente 0,4%, mas foram cálculos que realizei com dados até 1973, e foram expostos em 1975.

De forma que, notem bem que a força de trabalho está crescendo, cresceu porque houve desenvolvimento do País. Essa força de trabalho compreende os homens e as mulheres. Notem que a proporção de homens na força de trabalho, na população economicamente ativa, está diminuindo. Em 1950, era de 85%; em 1980, passou para 72%. Com as mulheres aconteceu o contrário, elas partiram de 14,6%, em 1950, e estão, agora, em 27,5%.

Este dado vem mostrar como a mulher está entrando no mercado de trabalho, que é uma consequência, também, do desenvolvimento econômico que tivemos na década passada.

Passamos, agora, à tabela nº 13:

TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (%)

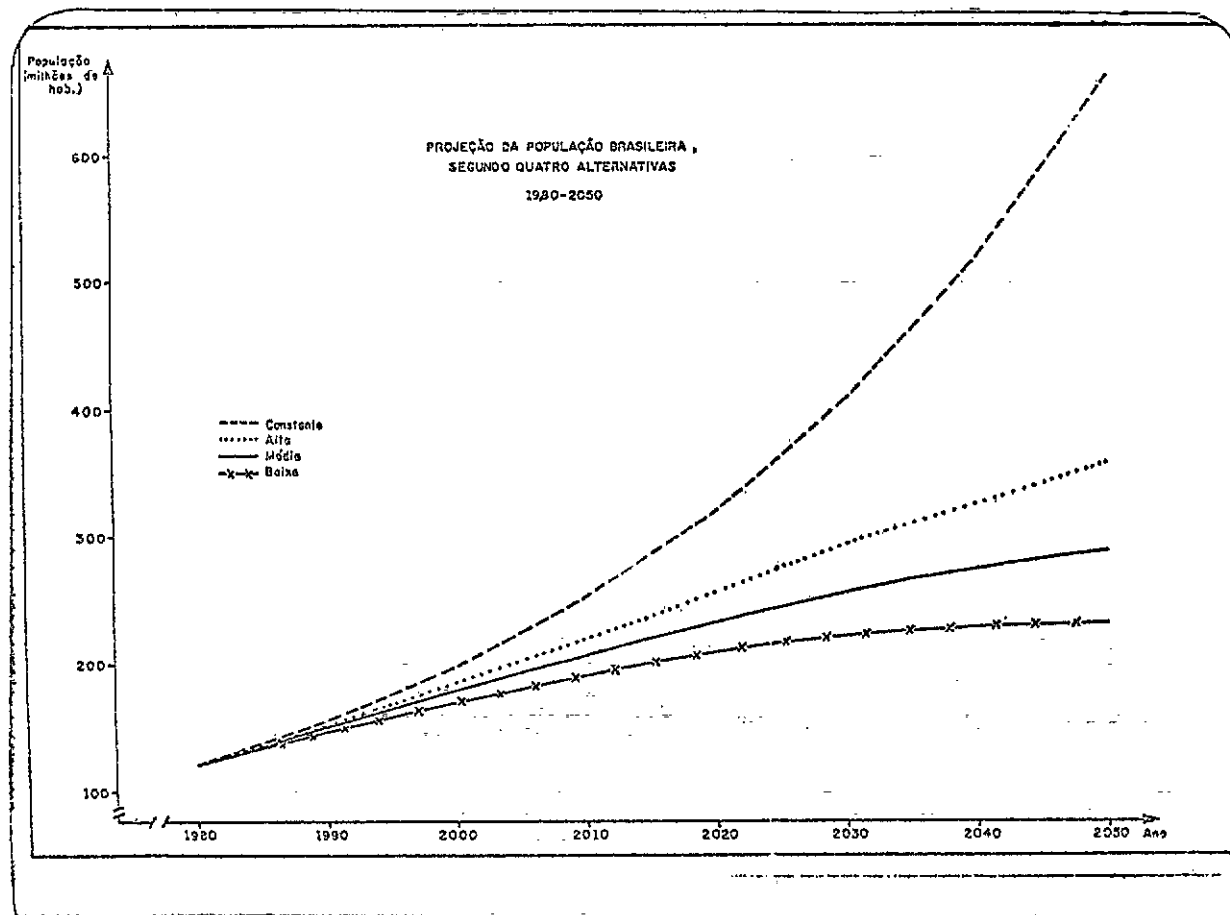
Intervalo	Taxa Geométrica de Crescimento da PEA		
	Total	Homens	Mulheres
1960 — 1970	2,65	2,28	4,22
1970 — 1980	4,01	3,10	6,92
1960 — 1980	3,32	2,69	5,56

Nesta tabela temos as taxas médias geométricas de crescimento anual da PEA, ou da população economicamente ativa. De 1960 a 1970, o crescimento foi de 2,65%. De 1970 a 1980, passou a ser de 4,01%. Os homens cresceram de 2,28% para 3,10%, e as mulheres, notem bem, de 4,22% para 6,92%. A taxa de crescimento da força de trabalho feminina foi mais do que o dobro da taxa de

crescimento da força de trabalho dos homens, no período de 1970 a 1980. E considerando o período de 1960 até 1980, temos 3,32%, como taxa média; para os homens 2,69% e para as mulheres 5,66%, que é praticamente o dobro de 2,69%. Quer dizer, a força de trabalho feminina cresceu, efetivamente, com grande velocidade e isso porque a modernização do País acarretou esse fato, que é

também normal. E também o fato do desenvolvimento econômico estar correlacionado a uma menor taxa de fecundidade na população e essa taxa está decrescendo naturalmente, como vimos aqui.

Agora vamos passar para o que vai acontecer com a evolução da nossa população.



ASSUNTO: _____
Nº _____

PRODUTOS VISUAIS
CLAREZA E OBJETIVIDADE
NA MODERNA COMUNICAÇÃO

Se admitirmos que a taxa de fecundidade permanecerá a mesma que foi verificada em 1980, então, o crescimento da população seria constante, conforme mostra o gráfico, um crescimento explosivo, de forma exponencial. Mas isso não deverá acontecer porque está havendo um decrescimento na taxa de aumento da população.

Fizemos duas hipóteses: a primeira é uma hipótese, que se supõe lenta que é aquela cuja taxa de crescimento vai se reduzindo lentamente e a segunda é aquela em que se reduz com maior velocidade que a observada a taxa de fecundidade da mulher brasileira até alcançar a mínima taxa de fecundidade que é a que coincide com a taxa de reposição da população ou seja, cada mulher dá origem a uma filha, na época devida. Quando isso acontecer, a nossa população vai assumir um valor da ordem de 320 milhões, por volta do ano 2.130.

Agora, tenho aqui um dado relevante de que no fim deste século ou seja no ano 2.000: a população estimada na hipótese média, que será a mais provável de verificar-se, deverá alcançar cerca de 180 milhões de habitantes. A nossa população — atualmente, quer dizer, em 1980 — é de 119,1 milhões de habitantes. No ano 2.050, ela deverá alcançar 280 milhões.

A variação para a máxima e para a mínima, no fim do século, ou seja, no ano 2.000, estaria entre um limite inferior de cerca de 172 milhões de habitantes, e um limite superior da ordem de 189 milhões de habitantes, em média teremos 180 milhões. Mas isso vai crescendo e no ano 2.050 teremos atingido um total estimado em 280 milhões; mas a população não pára de crescer ainda, vai

mais adiante, e quando chegar numa posição em que há a substituição da população, quando ela se tornar estável, será de cerca de 320 milhões, segundo cálculos que são realizados pelo Departamento de Estudos Demográficos do IBGE, cuja Chefe está aqui presente, que é a Professora Valéria Motta Leite.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Então, se estabilizaria em 320 milhões?

O SR. JESSÉ MONTELLO — Sim, em 320 milhões. Vamos, agora, verificar mais um problema importante, é que não é só o crescimento da população que é importante, mas também como se comporta a PEA, a população economicamente ativa.

(Documento a que se refere.)

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA ESTIMADA		
BRASIL — 1980-2000		
ANO	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA ESTIMADA (1) (em milh. de hab.)	AUMENTO ANUAL NO QUINTÊNIO (por mil)
TOTAL		
1980	(2) 43.796,7	1333
1985	50.453,0	1244
1990	56.683,3	1335
1995	63.380,0	1378
2000	70.252,1	
HOMENS		
1980	(2) 31.357,8	999
1985	36.753,1	899
1990	41.249,0	964
1995	46.070,7	994
2000	51.044,1	
MULHERES		
1980	(2) 12.038,9	334
1985	13.709,9	345
1990	15.434,3	371
1995	17.289,3	384
2000	19.208,0	

(1) Estimativa obtida aplicando-se à população de 10 anos e mais projetada a taxa de participação observada em 1980.

(2) Dados observados: IBGE. Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980.

Projeção
Cresc. pop. 1,98
Cresc. PEA 2,39
Cresc. PIB 4,38

T. 13

ACUNTO: _____
NP: _____

PRODUTOS VISUAIS 
CLAREZA E OBJETIVIDADE
NA MODERNA COMUNICAÇÃO

Nesse período, isto é, de 1980 até o ano 2000, deverá passar de 43.796,7 mil para 70.252,1 mil. Este é o crescimento previsto para a população economicamente ativa.

Esse crescimento da população economicamente ativa corresponde a uma taxa média de crescimento de 2,39% ao ano. O aumento médio anual do PIB necessário para que esse crescimento se dê seria da ordem de 4,38%. Muitas pessoas devem dizer assim: 4,38% é uma taxa alta; o Brasil não consegue obter isso. Mas, tenho dados históricos que mostram que, efetivamente, o Brasil é capaz de fazer isso. De 1900 a 1950 o PIB brasileiro cresceu de 4,3%; de 1950 a 1960, de 6,5%; de 1960 a 1970, 6,2% e de 1970 a 1980, 8,6%. É claro que não foi de uma maneira uniforme. Há épocas de crise, épocas de progresso, de modo que há sempre oscilações, mas nós devemos esperar que seja possível obter um crescimento do PIB de 4,38% ao ano, no período, que é compatível com tudo que, historicamente, se vê no Brasil.

Agora, notem bem o computamento observado no crescimento da PEA: as mulheres continuam a aumentar no mercado de trabalho, os homens também; embora sejam superior em número às mulheres, em termos relativos elas crescem mais rapidamente do que os homens na força de trabalho.

Assim, terminamos a nossa conferência. Desculpe-me a rapidez com que tive que falar, mas foi porque tinha que mostrar muitas coisas dentro do limite de tempo que me foi concedido.

Eu desejava em primeiro lugar, agradecer por estar aqui presente para dizer algumas coisas importantes sobre o nosso programa demográfico e, em segundo lugar, que nós chegamos a algumas conclusões nesse trabalho. Primeiro houve redução da taxa de mortalidade, no Brasil, e está havendo ainda; em segundo lugar houve a redução na taxa de natalidade o que corresponde a uma redução também na de fecundidade; terceiro que a força de trabalho feminina está entrando bastante no mercado de trabalho e isso é importante porque a maneira como ela está fazendo isso leva o País a progredir cada vez mais. E isso é natural que aconteça. E temos ainda como

fato fundamental que é possível obter um crescimento do PIB que seja compatível com o crescimento projetado para a força de trabalho. E quero também agradecer à chefe do Departamento de Estudos de População, do IBGE, Valéria Motta Leite, pelo auxílio que me deu, apresentando os dados que foram expostos aos Senhores. Muito obrigado. (Palmas.)

Q. SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Esta primeira parte dos nossos trabalhos consistiu no depoimento do Dr. Jessé Souza Montello sobre os problemas atinentes à demografia brasileira. Para a segunda parte iremos facultar a palavra aos Srs. Senadores e Deputados presentes, para fazerem perguntas a S. Ex^a o Sr. Presidente do IBGE.

Com a palavra o nobre Senador Almir Pinto.

O SR. RELATOR (Almir Pinto) — Sr. Presidente, terei que me ausentar um pouco, porque deverei estar presente à Comissão de Segurança Nacional que se realizará agora, às 11 horas.

Eu queria, em primeiro lugar, fazer algumas indagações ao Dr. Jessé e parabenizá-lo pela conferência que fez, quando foi bastante objetivo, que é o que serve para nós. Eu, pelo menos sinto o peso da responsabilidade como Relator desta Comissão, porque sabemos que o Governo brasileiro está muito interessado em resolver esse problema do planejamento familiar no Território Nacional. Como eu disse na vez passada, quando aqui esteve o Dr. Walter Rodrigues, o Governo deseja um planejamento tupiniquim, como se diz, um planejamento nosso, sem importações. Nós temos áreas diversificadas, V. Ex^a sabe. Na questão, por exemplo, da mortalidade, quando V. Ex^a disse do decréscimo populacional, eu anotei aqui, V. Ex^a deu os dados de uma maneira geral. Nós sabemos que onde há mais desenvolvimento há mais serviço médico, mais saneamento básico, aí a mortalidade é muito menor, esta que é a verdade. O Sr. não tem esses dados da mortalidade, no IBGE, por áreas? Se tiver será bom, porque é interessante termos esses dados por área. Norte, Nordeste, Sul, Centro-Sul e Centro-Oeste.

Teremos que ter esses dados para que conste no nosso relatório e fique bem patente onde a mortalidade é bem maior e é justamente por falta daqueles elementos citados, como saneamento básico.

A mortalidade tem diminuído muito, temos aqui presentes três médicos nessa Comissão, nós sabemos que a medicina evoluiu muito, os antibióticos af estão e a diminuição da mortalidade é muito grande devido à medição e também aos serviços de saneamento básico, as boas instalações sanitárias, tudo isso ajuda muito.

Eu queria dizer o seguinte: quando Secretário de Saúde de no Ceará, adotei numa área muito perigosa chamada Pirambu, — porque a mortalidade infantil corre naturalmente no interior mais pela questão da água, é um problema hídrico — então, como Secretário de Saúde, fiz a campanha do filtro. A Secretaria de Saúde não dava o filtro, vendia por um conto de réis que, naquele tempo, era mil cruzeiros, porque dando eles arrebentavam, eles acham que o que é dado pelo Governo é para arrebentar mesmo. Então, entrando com um pouquinho do sangue deles, dando aqueles mil cruzeiros para o filtro, nós fazíamos, Dr. Jessé, um trabalho de educação sanitária. Era uma maneira de dar uma educação sanitária com filmes. Criamos a líder de quarteirão, a líder de bairros e tínhamos um cidadão, aliás um oficial do Exército, que era Diretor de Saúde da 10^a Região Militar e como Secretário eu me dava muito bem com o Comandante da Região, que era o General André Fernandes, eu então consegui que ele permitisse, nas horas vagas, à noite principalmente, o Dr. Otávio, que depois foi Diretor do Hospital Geral do Exército, que ele nos ajudasse nisso. O que foi que aconteceu? Eu fiz um entrelaçamento com a Faculdade de Medicina, com a parte de doenças infecciosas — Dr. Walter Cantídio, que foi depois Reitor da Universidade — e passamos a ensinar o pessoal a usar o filtro: passávamos o filme, mostrávamos as velas brancinhas no filtro, como deveria ser utilizado, depois mostrávamos a vela suja, e explicávamos que toda aquela sujeita ia para o intestino da criança. Dentro de um ano o decréscimo de mortalidade infantil, naquela região de Pirambu, diminuiu para 41,2%, quase 50%, só pela questão do uso da água.

Queremos ver, por exemplo, qual é a percentagem na região Norte amazônica, na região Nordeste, porque isso fará parte do nosso relatório, para que o Presidente da Comissão apresente ao Senhor Presidente da República, dados precisos.

O SR. JESSÉ MONTELLO — Senador Almir Pinto, é com muito prazer que respondo a esta pergunta.

A pergunta tem que ser respondida indiretamente, através da esperança de vida ou da vida média das pessoas.

E tenho uma tabela que mostra que a vida média das pessoas — aqui é para o Brasil — ao nascer, em 1980, era de 57,90, para os homens, 54,37, e para as mulheres, 61,2. Como sempre tendo elas uma sobrevivência maior do que a dos homens.

No Rio de Janeiro já é diferente, lá nós temos 65,08 como vida média ao nascer, quer dizer, o que a pessoa espera sobreviver ao nascer, sendo que homens com 61,76 e as mulheres com 68,64.

Acontece a mesma coisa em São Paulo; é praticamente igual à do Rio. Em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul também a coisa é semelhante. Em Minas Gerais é mais ou menos igual. Quando chega no Nordeste — eu também sou nordestino, sou do Maranhão — nós verificamos uma queda para 49,16 observem a diferença 49,16, comparativamente a São Paulo e os demais Estados do Sul e também com relação a todo o Brasil. A vida média é baixa; sendo que dos homens é 46,41 e as mulheres é 52,06. No Distrito Federal é também parecido com a parte Sul. Também no Norte, em Roraima, Acre, Amazonas etc, não está muito baixa. A região que está

com uma vida média muito baixa, que a mortalidade precisa ter um tratamento especial, é efetivamente o Nordeste. É isso que este quadro nos mostra. Há o problema do abastecimento d'água.

A SR* — Qual é a proporção de crianças em domicílios servidos?

O SR. JESSÉ MONTELLO — Aqui temos a proporção de crianças menores de três anos em domicílios urbanos, segundo condições de saneamento dos municípios.

Este é um quadro interessante. Olhem que, enquanto a proporção de crianças que habitavam domicílios servidos de água no Brasil todo, era de 34,5% em 1970, passando para 62,7% em 1976, no Nordeste tais percentuais eram de 19,3 e 32,8, respectivamente, do total de crianças menores de três anos.

O SR. ALMIR PINTO — De quantos anos?

O SR. JESSÉ MONTELLO — De 0 a 1 ano e até 3 anos. Este quadro mostra bem que o problema de canalização e abastecimento d'água, juntamente com instalações sanitárias é importante porque quando esses sistemas são adequados, quando há instalação sanitária adequada, a mortalidade diminui bastante. Isso está acontecendo nessas zonas aqui. Podemos comparar Brasil com Nordeste e com o Estado de São Paulo. Notem bem a diferença acentuada que existe entre São Paulo e o Nordeste. Em 1970, tínhamos 48,4% da população de São Paulo servido de água com canalização interna, e no Nordeste, de 19,3% em 1970 passou para 32,8% em 1976, em São Paulo para 66,6%. É importante esse quadro para mostrar isso com respeito às crianças até 3 anos.

O SR. ALMIR PINTO — Eu anotei aqui também, quando o Sr. falou que o Brasil hoje tem menos jovens e mais velhos. Isso é atribuído a algumas interferências do planejamento familiar que o Brasil está fazendo, ou de outros órgãos?

O SR. JESSÉ MONTELLO — Eu não sei. Isso para mim é impossível saber, porque nós estamos medindo sempre as consequências do fato. Nós, no IBGE, não podemos prever os dados, nós podemos, apenas, é constatar os fatos.

O SR. ALMIR PINTO — Nós sabemos, hoje, que uma sociedade como a BENFAM, que é conveniada com alguns Estados da Federação, e salvo engano, com dois mil e poucos municípios brasileiros, é conveniada a fez o uso do planejamento familiar como opção, não é um controle familiar. O Brasil não pode adotar o planejamento familiar porque a Igreja não aceita, é como o Brasil é um País católico, é natural que o Senhor Presidente da República não queira criar esse choque. Então é o Planejamento Familiar um opção do relacionamento marido e esposa ao espaçamento dos filhos.

Este é justamente o problema, é por isso que estou fazendo essas perguntas. Se é em face desse planejamento que já se faz, haja vista o que está acontecendo em São Paulo, é o Estado que tem um trabalho de planejamento familiar muito grande. Essa é a grande verdade. Então, o que está acontecendo no Brasil — todos sabem perfeitamente e o Sr. é um homem que comanda um setor importante da administração pública, que é o IBGE também sabe — nós vamos encontrar uma situação como no Norte e Nordeste, em que não se sabe se é a miséria que aumenta a população ou se é a população que aumenta a miséria. Há uma convicção de que só quem tem filho, no Brasil, quem não pode ter. É essa área pobre por falta de informação, por falta de orientação. É isso que eu estou vendo. Esse aumento do número de velhos e diminuição de jovens é em toda área brasileira ou só mesmo na área Sul e Centro-Sul?

O SR. JESSÉ MONTELLO — Isto deve ser para todos os lugares. Não é só no Centro-Sul. Vou mostrar um quadro que é bem importante.

O SR. ALMIR PINTO — É uma situação bastante dura, por que nós sabemos que no Centro-Sul há um planejamento familiar bem orientado. A mulher, o casal saber fazer o seu planejamento. Aí sim, os velhos deveriam ter uma área maior porque nascem menos meninos. Na Região Norte, ou não se sabe fazer o planejamento familiar ou está nascendo muito menino.

O SR. JESSÉ MONTELLO — Vou mostrar um quadro muito útil, que indica, por unidade da Federação, a taxa de fecundidade total da mulher. Nós temos em 70 e em 80. Vemos que no Norte ela era 8,15, em 70, passando para 6,17, em 80. Na Região Nordeste, era 7,53 para 5,88. Na Região Sudeste, 4,56 para 3,30. Na Região Sul, 5,42 para 3,49, e na Região Centro-Oeste, 6,42 para 4,50. Nota-se que o Rio de Janeiro tem a menor taxa de fecundidade: 3,15. São Paulo tem um pouco maior, que é 6,49. Agora, a maior taxa de fecundidade que existe atualmente no Brasil é no Maranhão, na minha terra.

O SR. ALMIR PINTO — Bateu o Ceará?

O SR. JESSÉ MONTELLO — No Ceará 5,34. O Maranhão bateu o Ceará, o Ceará não está com o primeiro lugar, tirou o segundo lugar. Isso é interessante que se verifique. Agora, é claro que se tenha uma influência no planejamento familiar na determinação dessas taxas, porque todo o planejamento familiar age para diminuir essas taxas. Essas taxas refletem esse efeito.

— De forma que há. Não sei se o Senador Almir Pinto está satisfeito com a minha resposta. Mas há efetivamente o fato de que o planejamento familiar já está sendo levado em conta na determinação dessas taxas.

O SR. ALMIR PINTO — Eu agradeço, porque eu tinha essas dúvidas e ficaram bem esclarecidas.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Senador Almir Pinto, V. Ex^a encerrou suas perguntas?

O SR. ALMIR PINTO — Já. Quero agradecer ao Dr. Jessé Montello por ter tido a paciência de ouvir as indagações que achei necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra, agora, ao Senador Claudionor Roriz, Vice-Presidente desta Comissão, para fazer perguntas.

Antes que o Senador Claudionor Roriz comece a fazer as perguntas, quero esclarecer aos presentes que não é praxe, numa Comissão Parlamentar de Inquérito, conceder a palavra a pessoas que não sejam senadores ou deputados federais, entretanto, a Presidência desta Comissão que procura, na captação dos depoimentos, uma orientação genérica para o problema de investigação do aumento da população brasileira, nós vamos conceder, nesta reunião, também, a oportunidade de pessoas presentes, que não sejam deputados e senadores, fazerem também perguntas ao depoente, dentro do tempo estabelecido para os trabalhos desta Comissão.

Tem a palavra então o Senador Claudionor Roriz.

O SR. CLAUDIONOR RORIZ — Dr. Jessé Montello, eu queria saber qual foi o critério usado para essa afirmativa de que no ano 2.050 nós teremos 320 milhões? A pergunta específica seria em cima do seguinte: é uma população que caminha como caminha hoje ou se é uma população que será, dentro de um controle, quer seja ele institucionalizado ou seja dentro de um planejamento familiar?

Segunda pergunta: Eu queria saber se existe dentro do IBGE uma estatística ou qualquer estudo levantado, em

que o fator salário está vinculado à mortalidade infantil? São estas duas perguntas apenas.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Com a palavra o depoente para responder.

O SR. JESSÉ MONTELLO — Senador Claudionor Roriz, é com imenso prazer que respondo às duas perguntas.

A projeção da população é uma projeção feita de maneira normal, sem levar em conta nenhuma redução futura devido a um controle, vamos dizer assim, a um planejamento familiar. É uma projeção feita, caminhando naturalmente como vem acontecendo. Apenas fizemos uma hipótese futura de que há um crescimento baixo, prolongou-se o decrescimento na taxa de fecundidade, deu-se um decrescimento baixo e depois deu-se um decrescimento mais acentuado. E com essas duas hipóteses nós, então, calculamos qual seria a projeção da população.

Não levamos em conta nenhuma redução propositada ou orientada nas taxas de natalidade ou em taxas de fecundidade. Não houve esse problema.

Agora, a segunda pergunta?

O SR. CLAUDIONOR RORIZ — A segunda pergunta é se existe alguma estatística, dentro do IBGE, que identifique uma relação entre a mortalidade infantil e salários?

O SR. JESSÉ MONTELLO — Existe, entre a mortalidade infantil bem mais. Entre toda a mortalidade, a mortalidade da população e salários, ou melhor, entre a população e rendimento. O que se dá é o seguinte: quando o rendimento é baixo a mortalidade é alta. Isso está comprovado. Numa Conferência que fiz na Escola Superior de Guerra, como os Srs. podem ver nesta tabela, a mortalidade por classe, isto aqui pode ser medido através da esperança de vida ao nascer. Notemos o seguinte: quando os ganhos das pessoas são até meio salário mínimo — vamos usar aqui o ano mais recente que nós temos em 1977 era 55,43 a expectativa de vida, quando os ganhos era até meio salário mínimo. Quando é mais de meio até um, já passa a ser 62,3; quando é de um a dois 65,83, quando é mais de dois já é 68. Notem bem como se dá o crescimento em virtude do aumento do salário. O salário tem importância e muito na mortalidade. Isso é o que se vê.

Nós ainda não temos os dados de 1980, porque agora que eles estão sendo calculados, e esses estudos são muito delicados e devem ser feitos com muito cuidado.

Temos integralmente já feitos estudos de 70 e isto está confirmado já por dados que nós obtivemos através das PNADs ou por pesquisas nacionais amostragem de domicílios nos anos intercensitários. Isso se dá também no Nordeste e no Estado de São Paulo que usamos para termos de comparação. Como vêm, há uma influência forte e acentuada na esperança de vida ou sobre a mortalidade pelo salário. O salário é importante. As pessoas que ganham cada vez mais têm uma mortalidade menor e isso se reflete na esperança de vida, na expectativa de vida.

O SR. CLAUDIONOR RORIZ — Muito obrigado, Dr. Jessé Montello.

O SR. CAIO CÉSAR PENNA — Dr. Jessé.

O SR. JESSÉ MONTELLO — Pois não.

O SR. CAIO CÉSAR PENNA — Inclusive, nesse mesmo trabalho existe uma outra tabela — não sei se o Sr. dispõe dela aí, em que trabalhou-se apenas com a faixa salarial de um e dois salários. Quer dizer, dentro das mesmas condições de saneamento e de higiene, a modificação de um para dois salários aumenta muito a esperança de vida ao nascer.

O SR. JESSÉ MONTELLO — Eu tenho esse trabalho. Numa Conferência recente que fiz na Escola Superior de Guerra, eu apresentei uma tabela que fazia a ligação de sistemas adequados de saneamento, de rede de água e saneamento e também o salário. Levei em conta as duas variáveis e mostrei que, efetivamente, há uma transformação, uma mudança muito grande na expectativa de vida, quando se consideram esses dois fatores.

Essa Conferência eu posso lhe mandar, é só me dar o nome que lhe mandarei, porque é importante verificar que é um dado bem interessante.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra a Deputada Irma Passoni.

A SR.^a IRMA PASSONI — Eu gostaria de saber se o maior salário ajuda num planejamento familiar melhor ou não? Ou se o IBGE — ao mesmo tempo faço a pergunta correlacionada — se o IBGE faz distinção entre planos de controle de natalidade e planejamento familiar? Se ele distingue isso ou não? Se ele faz estatísticas ou se tem politicamente uma decisão de controle à natalidade e isso o que reflete? Se faz a distinção entre controle e planejamento e se, a medida em que aumenta o nível salarial aumenta ou não o planejamento familiar?

O SR. JESSÉ MONTELLO — O problema que nós obtemos os dados depois que acontece. Se o planejamento foi feito é claro que ele estará refletido nos dados finais. Não fazemos nenhuma experiência a respeito. Por exemplo, o IBGE junto com um determinado órgão que faz ou indica o planejamento familiar e depois o IBGE estuda o que acontece com a mortalidade. Isso ele não estuda, apenas o que ele faz é pegar o dado obtido das populações. Agora, se houver uma população que esteja fazendo isso sistematicamente e se o IBGE for a esse lugar e tirar os dados, é claro que esses dados refletirão também esse fato, de que efetivamente houve uma mudança, devido ao fato do planejamento familiar. Mas, normalmente, não temos esses dados, a não ser que nessas localidades se faça isso e que o IBGE tenha realizado ou esteja realizando um estudo nessa região sobre mortalidade.

A SR.^a IRMA PASSONI — A segunda questão seria: o nível salarial favorece o planejamento familiar?

O SR. JESSÉ MONTELLO — Acho que sim, apesar de ser uma resposta individual. É claro que deve favorecer o planejamento, porque, inclusive, a expectativa de vida é função desse salário, quer dizer, à proporção que esse salário aumenta, a expectativa de vida aumenta e é claro que essas pessoas racionalmente estão relacionadas e fazendo um planejamento familiar.

A SR.^a IRMA PASSONI — Então, a partir disso, nós mulheres que temos muitos filhos não somos as responsáveis pela miséria do País?

O SR. JESSÉ MONTELLO — Acho que não, espero que não se possa atribuir essa responsabilidade às mulheres. Mas acredito que com o progresso do País as mulheres reduzam, automaticamente, o aumento familiar, porque vão aprender mais pois elas vão tendo uma melhor idéia do problema. Eu, por exemplo, tive quatro filhos, cada um desses quatro teve dois filhos e não pretendem ter mais. Então, já está havendo um controle, ou mais precisamente, um planejamento, pois eles estão fazendo um planejamento para poder bem educar os filhos.

A SR.^a IRMA PASSONI — Devemos deixar bem registrado que devemos fazer uma diferença entre controle e planejamento.

Agora uma outra questão: sobre as causas da diminuição da fecundidade. Se existe algum estudo em torno disso? O que ocasiona a diminuição da fecundidade? Existem alguns dados sobre isso?

O SR. JESSÉ MONTELLO — Estudo direto pelo IBGE creio que não há. Dr.^a Valéria poderia nos esclarecer sobre esse ponto?

A SRA. VALÉRIA DA MOTTA LEITE — Temos a medida do declínio da fecundidade por classes de educação, rendimento familiar, mas não temos as causas que determinam o declínio.

O SR. JESSÉ MONTELLO — Obrigado.

A SRA. IRMA PASSONI — V. Ex.^a acha que os resultados dados do IBGE sem o levantamento dessas causas não limitam as informações?

O SR. JESSÉ MONTELLO — Acredito que não. O IBGE não faz estudos dessa natureza. O que ele faz é saber o que aconteceu e depois ele sugere. É claro que uma vez constatados os fatos, as universidades ou órgãos que se interessem por esses estudos, vão analisar ou explicar o fato. Portanto, não cabe ao IBGE explicar o fato, dar as razões do fato, mas cabe a ele dar os resultados.

O SR. CAIO CÉSAR — Existe esse trabalho, esse estudo em relação ao estado de São Paulo? É um trabalho com dados do IBGE que estuda a mecânica?

O SR. JESSÉ MONTELLO — Certo. Isso pode ser feito e nisso o IBGE coopera. Quando algum órgão ou pessoa pede tabulações especiais, nós as fornecemos, objetivando estudar o problema. Mas é uma pessoa que estuda, porque a nossa responsabilidade é a de fornecer o dado, como ele poderá ser utilizado e qual o dado que o Governo, as pessoas ou as empresas precisam.

A SRA. IRMA PASSONI — Outra questão que eu queria levantar é a seguinte: quando o IBGE faz o levantamento do saneamento básico, qual o tipo de saneamento que ele considera? Vou exemplificar para que V. S.^a possa entender melhor: São Paulo tem somente 4% de rede de esgoto tratada, temos 40% de redes de esgoto a céu aberto e no restante não existe nenhuma rede de esgoto. Quando se coloca como elemento de diminuição da mortalidade infantil esse dado de saneamento básico, eu gostaria de perguntar se o fato de se ter o esgoto a céu aberto, não se sabendo para onde vai e quais as suas consequências na mortalidade, isso é analisado?

O SR. JESSÉ MONTELLO — É analisado. No IBGE existe uma técnica de estatística chamada análise de experimentos. É claro que a análise é feita estudando-se uma e outra região, as regiões que podem ser classificadas com características desta região comparadas com as características da outra região. E pela técnica de análise de experimentos pode-se dar resultados e mostrar que, efetivamente, há diferença entre um caso e outro. De forma que essas técnicas podem ser usadas.

A SRA. IRMA PASSONI — Mais uma pergunta: V. S.^a disse que o País progride socialmente. Baseado em que V. S.^a diz isso?

O SR. JESSÉ MONTELLO — Digo isso tendo em vista aquele quadro, que já apresentei aqui, onde vemos que houve uma alteração importante, uma modificação para o aumento de nível de vida, com o saneamento básico, com a melhoria de redes de esgoto, de iluminação elétrica, o aumento de consumo de geladeiras. Este quadro, que mostramos aos senhores é sugestivo. Nesse sentido, podemos ver que a rede geral de abastecimento de água melhorou; nos poços ou nascentes vemos que houve uma redução o que é bom, pois eles traziam alguns problemas. O que mais nos interessa aqui é saber que a rede geral está dominando. Isso indica que a rede geral está entrando para substituir os outros sistemas de abastecimentos de água, o que é importante. Vemos também que nas instalações sanitárias a rede geral está crescendo, a fossa séptica cresceu um pouco menos, a fossa rudimentar também teve um crescimento, só que pequeno.

E o que não tem está caindo. Assim é que, por este quadro, vemos que as instalações sanitárias estão melhorando. São indicadores sociais importantes sobre a questão de instalações sanitárias. Também quanto a questão de abastecimento de água e iluminação elétrica, já estamos aqui com dados que são importantes. Esses bens, utilização de fogão e de rádio. Por este quadro os senhores podem ver como o nível das pessoas está melhorando, porque em 1970 58% de domicílios tinham rádio, atualmente são 75%. Em se tratando de geladeiras tínhamos 26% em 1970 e agora temos em 49%. Televisão, notem bem que ela está penetrando mais nos lares e dá uma ampliação de conhecimentos às pessoas.

A SRA. IRMA PASSONI — E por que que não entra o dado da qualidade de alimentação?

O SR. JESSÉ MONTELLO — Porque esse dado só pode ser fornecido com pesquisas especial.

A SRA. IRMA PASSONI — E os senhores não a possuem?

O SR. JESSÉ MONTELLO — Não.

A SRA. IRMA PASSONI — O relacionamento entre bens de consumo e a qualidade da alimentação.

O SR. JESSÉ MONTELLO — A qualidade da alimentação não temos. Porque devemos fazer, este ano ainda, uma pesquisa de orçamentos familiares, mas objetivando as ponderações para o INPC, que calculamos mensalmente. Mas aí quanto à qualidade da alimentação, nessa caracterização temos a qualidade dos alimentos. Isso aparece, porque a caracterização dos bens de consumo é feita por qualidade, por tipo, marca, etc.

A SRA. IRMA PASSONI — Levanto essa questão, porque às vezes, a pessoa compra televisão, mas deixa de comer ou então a compra da televisão diminui a qualidade de alimentação.

O SR. JESSÉ MONTELLO — Isso pode ser feito, embora não façamos. Podemos fornecer dados para pessoas que queiram fazer os estudos dessas condições.

A SRA. IRMA PASSONI — Eu pediria.

O SR. JESSÉ MONTELLO — Peça dados com tabulações especiais. São dados que podem ser estudados, não diretamente, porque o IBGE vai dando para as pessoas e esses dados sugerem outros dados e esses outros dados que são sugeridos, as pessoas os solicitam através de tabulações especiais.

A SRA. IRMA PASSONI — Eu considero que a televisão, o rádio e a geladeira aumentam a qualidade de vida, então, eu gostaria de ter dados relacionados à alimentação e à habitação. Porque, veja bem, se nós temos um aumento extremado de barracos, diminuindo a qualidade da habitação do povo e diminuindo a qualidade de alimentação do povo, mas ao mesmo tempo, se tem uma televisão ou geladeira, isso leva a concluir de que melhorou a vida do povo, a meu ver, gostaria muito desses dados.

O SR. JESSÉ MONTELLO — A gente pode entrar neste detalhe, porque o próprio IBGE tem dados de censo que dão a qualidade de habitação. É possível, com características da habitação. Se tem piso de madeira, paredes de alvenaria. Tudo isso existe nesses dados. De forma que pode ser feito através da técnica de regressão ou técnica de análise de variância. Podem ser feitos estudos nesse sentido. Mas não compete ao IBGE. Ele pode fornecer os dados, as características dos domicílios, classificar os domicílios por essas características e, a partir daí, as pessoas interessadas podem fazer os estudos que acham que devem fazer, em face desses dados que o IBGE fornece.

A SRª IRMA PASSONI — A mortalidade infantil cresceu ou diminuiu na grande São Paulo, nos últimos anos? O Sr. tem esse dado específico?

O SR. JESSÉ MONTELLO — Diminuiu.

A SRª IRMA PASSONI — De quanto para quanto, segundo o IBGE?

O SR. JESSÉ MONTELLO — Nós não temos aqui esses dados. Mas podemos mandar para a Srª. É só nos dar o endereço e mandaremos, posteriormente.

A SRª IRMA PASSONI — Aqui mesmo. Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Mais alguma pergunta?

A SRª IRMA PASSONI — Só espero os dados que me faltaram.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Peço ao secretário que anote as solicitações da nobre Deputada, Dona Irma, para lembrar ao IBGE os dados.

Não havendo mais Senadores ou Deputados para fazer perguntas, a Mesa liberalmente concede, aos demais presentes, a faculdade de fazer perguntas, desde que o Dr. Jessé de Souza Montello não se importe em respondê-las.

Então, aqueles que quiserem fazer perguntas pediria que se identificassem ou se inscrevessem na Mesa. Não tem muita gente. Poderia a pessoa se identificar e fazer perguntas.

Está aberta a inscrição para os demais presentes que não sejam Senadores ou Deputados.

ANA MARIA MENDONÇA — Professora, suplente de Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Com a palavra a Srª Ana Maria Mendonça, colega.

A SRª ANA MARIA MENDONÇA — Em primeiro lugar, desejo cumprimentar o Dr. Jessé Montello pela exposição, que realmente foi muito rica em dados, e externar o meu particular interesse pelo tema que, no meu entender, interessa bastante, sobremaneira à mulher, que está de uma forma ou de outra diretamente ligada à problemática populacional e com todas as outras questões a ela vinculadas.

E, tendo em vista, o ter sido abordado o tema do envelhecimento da população, eu gostaria de pedir ao conferencista que nos respondesse o seguinte: até que ponto se considera positivo ou negativo o envelhecimento da população e como evitar que a população envelheça se nós queremos reduzir a mortalidade infantil e se nós queremos elevar a expectativa de vida do brasileiro?

O SR. JESSÉ MONTELLO — A pergunta é muito boa. A suplente de Deputado fez bem as perguntas e eu queria responder da seguinte maneira: o envelhecimento da população cria um problema do seguro social brasileiro, pois aumenta os custos do seguro. Mas esse é um problema inevitável. Se diminuirmos a mortalidade, apesar de diminuirmos a fecundidade, a população tende a crescer e a diminuição dessas duas coisas faz com que a população envelheça naturalmente. Isso é um fenômeno universal. Ninguém pode prender ou controlar o envelhecimento da população, ela vai envelhecer. Surgem problemas e é claro que o envelhecimento da população cria problemas vantajosos e desvantajosos que chamamos de custos-benefícios, falando uma linguagem mais de economês. Entre os custos o seguro social é um problema que vai aumentar. O benefício é que como as taxas de fecundidade diminuíram os problemas de ensino vão ser relativamente menores porque a população que vai ser alfabetizada cresce, mas o faz em ritmo menos acentuado, então, é um benefício, pois vamos fazer

menor número de escolas e assim, há outras coisas que vão acontecer. Não se pode controlar o envelhecimento da população. Se pudesse ser controlado garanto que o fariam países como a Suécia, cuja população é bastante envelhecida, e populações como a dos Estados Unidos que estão envelhecendo e da França e da Alemanha. São problemas grandes que aparecem. Aqui, no Brasil, esse problema já está aparecendo. Antigamente não existia o asilo de velhos. Por que esses asilos estão surgindo? Porque há o problema de envelhecimento da população que aparece naturalmente, devido ao fato de que a natalidade diminui, porque a fecundidade diminui. Há, naturalmente, um planejamento familiar, objetivando uma redução mais acentuada desta natalidade, porque as pessoas precisam ser bem educadas e para poder educá-las bem, esse planejamento familiar não deixa de ser importante.

— A SRª ANA MARIA — Dr. Jessé, uma outra coisa que gostaria de esclarecer. É a seguinte: evidentemente, estamos desejando a elevação do nível de vida da população e vimos uma relação entre crescimento da população economicamente ativa e o PIB necessário para que se atenda aqueles requerimentos deste crescimento da população economicamente ativa. E essa proporção é de 4,38% de crescimento do PIB para o crescimento de 2,39% do crescimento do PEA — População Economicamente Ativa — esse cálculo inclui uma melhoria do nível de vida que é uma constante na sociedade? Nesse cálculo foi levado em conta o crescente desejo de melhoria de nível de vida?

O SR. JESSÉ MONTELLO — É claro que esse cálculo leva em conta isso. Ele é feito através de análise de regressão, que é uma técnica estatística que procura correlacionar essas variáveis, e é claro que essas variáveis são influenciadas por esses fatos. Isso tudo é levado em conta, quer dizer, há uma tendência no sentido de que, quando o PIB cresce 1% a população economicamente ativa pode crescer, sem problemas, de 0,42%. Esta relação é importante e na projeção que nós fizemos, o que nós havíamos dito era o seguinte: que a população, por volta de 1980 a 2.000 deve crescer com uma taxa mais baixa do que a que está sendo verificada agora, deve ser uma coisa da ordem de 1,98%. O crescimento da população economicamente ativa é 2,39, e, o PIB é 4,38, exatamente o que nós vimos. Mas, isso aqui, já está levando em conta a melhoria que se dá da população e, no decorrer do tempo, está certo? Já está levando uma melhoria do nível de vida, está levando em conta esse fato.

Agora, o que eu chamo atenção é que, é exequível que essa população possa crescer a 2,39%, porque o PIB que nós encontramos de 4,38%, é um PIB compatível com o que historicamente se verificou no Brasil. E, é claro que nós agora temos uma situação econômica adversa por causa do mercado internacional e esse programa todo, mas, já em outras épocas, passamos por condições como esta, e o crescimento dos PIBs que se verificaram foram importantes. De 1900 a 1950 foi 4,3% de crescimento, 1950 a 1960 — 6,5%, de 1960 a 1970 — 6,2, de 1970 a 1980 — 8,6, E, de 1980 a 1990 não sabemos quanto, mas eu espero que dê para cobrir os 4,3, porque historicamente esse fato vem se dando. Isso vai contribuir, naturalmente, para a melhoria do nível de vida da população, porque o PIB vai ser necessário, ele vai crescer de uma taxa, que eu espero que seja maior do que 4,38, porque, historicamente, isso se verifica.

A SRª ANA MARIA — Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE — (Mário Maia) — Mais alguma pergunta, Professora Ana Maria? (Resposta negativa)

Então, mais alguém quer fazer alguma pergunta? Está facultada a palavra aos presentes. Não tendo quem queira se manifestar, eu volto a conceder a palavra ao Sena-

dor Claudionor Roriz, que quer fazer mais alguma pergunta ou consideração sobre o problema.

O SR. CLAUDIONOR RORIZ — Eu queria fazer uma consideração no pronunciamento da companheira parlamentar, no sentido seguinte: no primeiro depoente, nesta Casa, ficou caracterizado que o planejamento familiar estava ligado diretamente a uma necessidade do controle político-econômico do País, ou seja, teria que existir normas que estipulassem esse planejamento, quer dizer, quase que fosse uma institucionalização de normas para que se chegasse a isso. Ao passo que, para o controle da natalidade foram levantados três fatores primordiais aqui, que levariam a uma conscientização para que acontecesse isso, ou seja, seria uma melhor condição de vida, ou melhores salários, seria o educação e seria comunicação. Então esses três fatores seriam os fatores integrantes para que o controle da natalidade fosse consciente, fosse uma coisa em que o casal analisava sua condição e, dentro da condição consciente de educação, de melhores salários fariam um planejamento em cima daquilo que ele achasse que era o certo.

Era apenas esse esclarecimento, da primeira reunião, que ficou bem patente para aqueles companheiros que aqui estiveram.

O SR. PRESIDENTE — (Mário Maia) — A Deputada Irma Passoni tem alguma consideração a fazer sobre o comentário do Senador?

A SRª IRMA PASSONI — Se possível, completar a informação, se tiver, não sei. Se foi considerada a necessidade ou não de que o Brasil tenha que ter necessariamente um planejamento do controle de natalidade. Se foi colocado isso.

O SR. CLAUDIONOR RORIZ — O que foi colocado é que deveria existir um controle.

O SRª IRMA PASSONI — Controle da natalidade.

O SR. CLAUDIONOR RORIZ — Aliás, um planejamento, e não um controle. Quer dizer, tem que ser consciente, tem que ser uma conscientização da população para que ela decida por conta própria, e não forçado através de leis.

A SRª IRMA PASSONI — E, por que que foi colocado a necessidade desse planejamento?

O SR. CLAUDIONOR RORIZ — A necessidade?

A SRª IRMA PASSONI — É!

O SR. CLAUDIONOR RORIZ — Se não me engano, o expositor anterior, ele achou que estava ligado diretamente a esses fatores, levantados pelo depoente de hoje, que seria realmente, uma maneira em que a economia, através do retorno social, através de educação, através da economia propriamente dita, seria então, como tendo um novo reemprego. Ou seja, para se educar 200 crianças necessita-se de X, para se educar 50, necessitaria de 200 menos X. Existiria um controle também financeiro, desde que houvesse uma taxa de natalidade, em cima de um planejamento e não em cima de um controle.

A SRª ANA MARIA — Eu poderia contribuir em alguma coisa ao entrar com um aspecto que talvez possa interessar a Deputada sobre o planejamento?

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Pode, desde que não se estabeleça assim um debate paralelo, eu concedo a palavra para esclarecimento da Professora Ana Maria.

A SRª ANA MARIA — Sr. Presidente, estive presente no primeiro, depoimento, e foi levantada, aqui, uma questão referente ao planejamento familiar, como sendo

uma questão de direito humano básico, como nós temos o direito à educação, à informação, à participação comunitária, o planejamento familiar, ou seja, o direito da família em decidir, com pleno conhecimento de causa, quantos filhos deverá ter e qual o espaçamento entre os filhos.

Adicionando essa nova informação, talvez que eu ajude um pouco para quem não participou do primeiro depoimento. O Planejamento familiar seria cumprir já um débito que existe para com a população mais carente, no sentido de oferecer a essa população os meios, as informações para que ela decida com plena liberdade quantos filhos deverá ter e, dentro de qual espaçamento.

É claro, que, paralelamente isto estaria dentro de um programa mais amplo de assistência materno-infantil que, inclusive, muitas moções já tem sido apresentadas, como o aleitamento materno, como a prevenção da gravidez de alto risco e, a complementação alimentar, e, evidentemente, um esforço no sentido da melhoria do nível de vida da população mais carente. Quer dizer, um programa desse estaria inserido em um contexto mais amplo de atender a essa reivindicação de uma população mais carente que necessita ser assistida. Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Esta Presidência, diante do debate que está se estabelecendo, sente-se no dever de esclarecer o seguinte: a Comissão Parlamentar de Inquérito tem a finalidade de investigar problemas vinculados ao aumento populacional no Brasil. É um título, que por si só já é muito amplo, abrangente. No roteiro dos nossos trabalhos, nós procuramos estabelecer normas que pudessem abranger um maior número de informações possíveis. De modo que, o Relator e a Presidência entraram em entendimentos, para que fossem consultados um maior número de divergências atinentes ao problema. A imprensa tem, insistentemente, chamado a atenção, nos comentários sobre essa Comissão, para o problema de natalidade e, às vezes, chamando indevidamente de Comissão do Controle da Natalidade, outras vezes, se referindo à Comissão da Natalidade. Não sabemos, honestamente, a Comissão não tem um ponto de vista preconcebido, não sabemos onde iremos parar, depois dos vários depoimentos aqui feitos. Nós estamos procurando os caminhos que levam às diretrizes, às metas que a Comissão, na sua abrangência genérica, possa dar.

Assim, achamos por bem convidar pessoas da área do Governo e convidamos alguns Ministros, se não me engano, em número de quatro ou cinco: Ministro da Saúde; Ministro da Educação e Cultura; um Ministro ligado à área de Segurança Nacional, porque nós achamos que o problema democrático está ligado à Segurança Nacional. O problema da distribuição das populações pelo território geográfico brasileiro também é um problema fundiário e, coincidentemente o Ministro escolhido é Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional e também Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários. Também têm implicações no problema da educação de nossa infância, problema de criminologia. Então, achamos que deveria convidar o Ministro da Justiça para depor, e áreas representativas das várias camadas não só sociais, como das instituições não oficiais, como a Conferência Nacional dos Bispos, representantes de outras religiões, associações de mulheres, representantes de sindicatos de classes, psicólogos, professores, médicos, representantes das várias camadas sociais para depor. Depois veremos se conseguimos fazer um roteiro para levar às autoridades, ao Congresso Nacional o ponto de vista coletado de toda a consciência nacional acerca do problema.

De modo que, o pensamento aqui exposto por cada depoente não é o pensamento da Comissão, é apenas um depoimento, cujos dados serão colhidos, tendo esses depoimentos o caráter informativo. Coletados esses dados,

o relator depois fará um resumo e daí tirará a conclusão e sugerirá ao Congresso Nacional as medidas cabíveis.

De modo que, o Dr. Jessé é o segundo depoente, o primeiro foi o Dr. Walter que expôs aqui os seus pontos de vista acerca do problema, enfatizando o planejamento familiar. Pode ter ficado subentendido que esse planejamento familiar teria o caráter restritivo, mas pode ser que outros depoentes aqui tragam, no seu depoimento uma ênfase contrária, um caráter expansivo da população. A coisa é muito aberta e a gente vai tirar uma conclusão, não temos um pensamento preconcebido.

O SR. RELATOR (Almir Pinto) — (Fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Almir Pinto) — A professora fez algumas perguntas interessantes que V. Ex.^a respondeu. Ela falou sobre a questão do espaçamento no planejamento familiar. É exatamente o que o Governo deseja, que a orientação da política demográfica brasileira diga bem de perto ao arbítrio de cada casal na citação do número desejado de filhos. Eu disse, naquela ligeira interpelação que fiz ao Dr. Montello, que, infelizmente no Brasil, quem tem mais filho é quem não pode ter nenhum, essa que é verdade. Aí entra o problema da Sr.^a Professora, é o problema da educação.

De certa feita, quando estive em Porto Rico e fui Presidente de Delegação no Simpósio de Demografia e de Bio-estatística, éramos vinte e dois brasileiros: dois funcionários do IBGE; dois padres — quando telefonei para o IBGE o Dr. Amaro disse-me que quem iria comigo era o Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro, Padre Gregory — ele, o padre Gregory e um outro padre, tinham lá um trabalho de planejamento em Santa Tereza. E naquela ocasião foi exatamente quando surgiu, em Porto Rico, o DIU, o Dispositivo Intra-Uterino. Eles diziam mesmo: "aqui há controle, porque se não o fizermos, teremos uma superpopulação. Se não houver controle e Miami pertinho daqui, nós vamos ter cinco, seis portorriquenhos um sobre o outro, para dormir em beliche."

É a tal história, nós vamos encontrar na região Amazônica, na região Nordeste exatamente isto. O Nordeste não precisa de planejamento familiar, exatamente porque lá nós temos muita gente e temos terra para todos trabalharem. Fato contrário na Amazônia, tem terra mas não tem gente. Então, não se pode pensar num planejamento familiar para a Amazônia, a não ser uma coisa muito cuidada, uma coisa assim instruída. Porque a Amazônia precisa ser povoada, mas com um planejamento racional, porque não vai adiantar colocar gente para nascer e deixar ao Deus dará, aí não tem sentido. É o caso do Canadá. O Canadá é um país de uma superfície muito grande. Mas, qual a população do Canadá hoje? Vinte milhões de habitantes, não é isso?

A SR.^a — Vinte e cinco milhões.

O SR. ALMIR PINTO — Vinte e cinco? Aumentou um pouco, mais ainda é um aumento racional, porque vai trabalhar, vai produzir. É o problema dos alimentos, cresce e não tem alimento, como é que pode? Não é produtivo, não é um crescimento produtivo, que vai trazer grandes problemas. Quero dizer exatamente isto que o Presidente disse. O meu relatório — eu dizia há pouco ao Dr. Montello — está aí em fita magnética, a taquigrafia está pegando. De cada depoente, eu tirei um flash daquilo que é mais importante para esclarecer o problema. O Dr. Montello no dia tal disse isso assim, o Dr. Walter disse assim, assim, como ponto cardeal. De cada um tiro um pouco, da pergunta que surge que seja de relevância para o meu relatório, eu cito. Dona fulana de tal, disse isto e aquilo. Para depois chegarmos ao consenso daquilo tudo e darmos o relatório final.

É muito interessante, o Presidente foi muito liberal em deixar, não só os poucos Senadores falarem, e as Sr.^{as} que estão aqui não estranhem, nesta Comissão temos cinco ou seis membros. As Sr.^{as} viram eu sair correndo daqui porque sou Vice-Presidente da Comissão de Segurança Nacional e fui chamado urgente, porque eu teria que assumir a Presidência daquela Comissão porque o Presidente era o também relator do processo que estava em julgamento e, como tal, ele não poderia presidir. Fui daqui para presidir esta Comissão.

O Senado só tem 69 Senadores, na Câmara são 479 Deputados. As mesmas Comissões que têm na Câmara, com 479 Deputados, o Senado tem com somente 69 Senadores. Então, aqui, é uma correria louca. Peço até desculpas ao Dr. Montello, que não é nenhuma desconsideração com S. Ex.^a Viemos três. A Comissão Parlamentar de Inquérito funcionando com o Presidente e o Relator, já funcionou muito bem, porque aqui não dá. No dia de hoje tem não sei quantas comissões funcionando nesta Casa. Então, vem aqui um corre para atender a outra Comissão e volta para completar o seu serviço. Acho que agora o Presidente pode encerrar, porque parece que não há mais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — A finalidade da Comissão Parlamentar de Inquérito, como o nome está dizendo, é inquirir, é fazer perguntas ao depoente. Como esta Comissão tem suas características próprias, é uma comissão de coleta de dados, portanto os depoentes trazem informações, são depoimentos informativos e nós registramos esses depoimentos.

Mas, antes de encerrar, eu gostaria, como Presidente da Comissão, se o ilustre conferente permitisse, fazer algumas poucas perguntas.

V. Ex.^a afirmou e mostrou aí no quadro que, realmente, há uma referência muito grande, há uma relação muito grande entre o desenvolvimento da população, a mortalidade infantil, a mortalidade geral da população e a própria fertilidade em relação às populações urbanas e a população rural. Onde se conclui que, a proporção que a população urbana cresce ou migra, dentro de regras econômico-sociais aceitáveis, há uma melhoria de vida. Imaginamos que o remédio maior para um planejamento familiar não seriam medidas, farmaco-dinâmicas ou medidas médicas especificamente, mas muito mais medidas sociais, melhorando as condições de vida das populações, porque essas populações melhorando as suas condições de vida, automaticamente, elas diminuem a sua proliferação. Terão capacidade não só de informação, como também de alcançar os meios que reduzam o aumento de sua família. Como V. Ex.^a mesmo informou, teve quatro filhos e seus filhos têm dois. É uma questão não só de educação, mas de acesso às condições sócio-econômicas oferecidas.

V. Ex.^a apresentou um dado que, nós chegaríamos a uma estabilização populacional quando alcançássemos 320 milhões de habitantes. A nossa pergunta é a seguinte: o IBGE acha que essa população, esse número populacional seria o ideal para a área geográfica do Brasil ou será esse alcance uma contingência do desenvolvimento natural, uma projeção do desenvolvimento de hoje para o futuro, além do ano 2.050? Esta é uma pergunta.

A outra pergunta, é sobre as diversificações das áreas geográficas no Brasil. Como V. Ex.^a sabe, nós temos o que, comumente, se chama dos grandes espaços vazios, a grande região Norte, a região Centro-Oeste são regiões praticamente desabitadas. O Estado do Amazonas, como nós sabemos, parece que não alcançou ainda um habitante por km² e são áreas muito rarefeitas. Tem o IBGE, estudos feitos sobre o ideal de ocupação, por unidade da Federação, para ocupação populacional?

Outra pergunta: sobre os movimentos migratórios internos, sabe-se que há, de épocas em épocas, permanentemente, uma migração do campo para a cidade e de re-

giões para outras regiões. Nós sabemos, é público e notório, a migração que ocorre do Nordeste para o Centro-Sul do País, principalmente para o grande Estado de São Paulo. Há estudos do IBGE quanto ao comportamento dessa migração e as suas causas?

Outra pergunta: sobre as migrações episódicas, que ocorrerem em direção a oeste e ao norte brasileiro, há estudos do IBGE que possam oferecer, às autoridades competentes, informações no sentido de que se estabeleça uma política para incentivar a migração no sentido contrário da cidade para o campo, buscando ocupar esses espaços vazios das regiões Centro-Oeste e Norte do País? Eram essas perguntas que nós gostaríamos que V. Ex.^a respondesse, se fosse possível.

O SR. JESSÉ MONTELLO — As perguntas, Sr. Presidente, Senador Mário Maia, são muito importantes, e eu terei o maior prazer em respondê-las.

Quanto ao problema de aumento da população, o que o IBGE fez e faz não é achar o ideal da população que vai ocupar o Brasil ou se esse número é o ideal, apenas ele fez projeções baseadas em algumas hipóteses que se aproximam, tanto quanto possível, da realidade para dar uma previsão futura do que seria a população no ano 2050. Este seria um primeiro problema.

Há também um outro problema que é a densidade ideal de população. O IBGE não determina a densidade ideal, ele determina a densidade que existe em cada região, através dos nossos censos, e os nossos censos dão essas densidades classificadas por regiões. Existem algumas regiões que estão densamente povoadas e existem outras que estão com a densidade muito rarefeita. Por exemplo, na Amazônia ainda não conseguimos, ainda estamos em 0,2 habitantes por km². Mas existem regiões como o Rio de Janeiro, que têm 260 pessoas por km². Existe aqui no Distrito Federal 204 pessoas por km².

Quer dizer, essa distribuição da população pelo território Nacional é um problema que depende de muitas condições econômicas e naturalmente sociais que essas regiões apresentam. É claro que as pessoas buscam sempre aquelas regiões em que o nível de vida seja melhor.

Agora, quanto ao deslocamento das populações do campo para cidade é um fenômeno natural, é um fenômeno que nós medimos no IBGE, através do Censo agropecuário. O que acontece é que a agricultura vai se mecanizando à proporção que o País vai também se industrializando. O problema da agricultura é sempre se modernizar, quando ela se moderniza, é claro que as populações se deslocam do campo para a cidade. Isso é um fenômeno natural que se dá em qualquer país do mundo. Nós temos aqui regiões como São Paulo, onde a urbanização é mais elevada, é onde nós temos a agricultura mais desenvolvida, a agropecuária mais desenvolvida. E nos Estados do Nordeste e do Norte, essa mecanização também entra, porque ela vai auxiliar o homem, vai melhorar. E além do mais, o fato de haver o deslocamento do campo para a cidade, e sendo um fenômeno natural, a própria mecanização e a modernização da lavoura cria empregos nas próprias cidades, cria grandes empresas industriais que vão dar empregos a essas pessoas em maior quantidade do que efetivamente elas obteriam no próprio campo. Esse problema é natural, é o problema de deslocamento de população.

Há também, no Brasil, e houve, e o Censo de 1980 revelou isso, o fato de que algumas regiões brasileiras sofreram um incremento de população muito grande, houve um incremento de população que se dirigiu para o Norte e para o Centro-Oeste. Isso porque essas regiões foram promissoras, foram regiões que permitiam se desenvolver de maneira mais rápida e mais econômica possível. De forma que, isso aconteceu no Brasil. Os próprios outros Censos que o Brasil realiza, não só o Censo

demográfico, mas o agropecuário, o comercial, o de serviços, os censos econômicos, de uma maneira geral, censo industrial em particular, são censos que mostram que houve uma melhoria geral em todo o Brasil, em todas as regiões brasileiras.

Era isso que eu gostaria de dizer ao nobre Senador.

Essas migrações se dão, embora, algumas delas aconteçam esporadicamente, mas são orientadas por algum problema que está sendo resolvido, algum incentivo ao desenvolvimento daquela região. Por exemplo, no Centro-Oeste houve incentivos, houve vários planos do Governo. No Nordeste também, no Norte também. Esses incentivos todos que o Governo tem dado, permitem que esses deslocamentos para essas regiões se deem, porque as pessoas procuram aqueles lugares onde as condições de vida são melhores, em que há melhoria ou facilidade de emprego. Isso é o que está se dando no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Agradeço ao Dr. Jessé de Souza Montello a presença aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga os problemas vinculados ao aumento populacional no Brasil, e às pessoas que nos honraram com a sua presença neste depoimento.

Esta Presidência, em nome do Senado da República, ao agradecer a sua presença aqui, espera que o IBGE esteja à disposição para a coleta de mais dados de que o relator necessite.

Na próxima terça-feira haverá nova reunião e teremos mais um depoente que será a Sr.^a Vera Santana que é Presidente da Associação das Donas-de-Casa de Brasília. De modo que, os presentes estão convidados para assistir ao depoimento da Sr.^a Vera Santana.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 10 minutos.)